

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA SABERES CULTURAIS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

FANEIDE PINTO FRANÇA BITTENCOURT

ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO: A FORMAÇÃO DE
MENINAS PARA SERVIR A DEUS, A FAMÍLIA E AO LAR -
ANANINDEUA/PA (1949-1971)

BELÉM/PA

2016

FANEIDE PINTO FRANÇA BITTENCOURT

**ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO:
A FORMAÇÃO DE MENINAS PARA SERVIR A DEUS, A FAMÍLIA E AO LAR -
ANANINDEUA/PA (1949-1971)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

BELÉM/PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA

Bitencourt, Faneide Pinto França

Escola doméstica Nossa Senhora da Anunciação / Faneide Pinto França Bitencourt; orientação de Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Sousa Avelino de França, Belém, 2016

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

1.Educação feminina. 2.Educação -História. 3. Escolas católicas- Ananindeua (PA) I. França, Maria do Perpétuo S. G. de S Avelino (orientador). II. Título.

CDD. 23° ed.370.9

FANEIDE PINTO FRANÇA BITTENCOURT

**ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO: A
FORMAÇÃO DE MENINAS PARA SERVIR A DEUS, A FAMÍLIA E AO LAR
ANANINDEUA/PA (1949 - 1971)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a. Laura Maria Silva Araújo Alves
Universidade Federal do Pará

Avaliado em: ____/____/____

BELÉM/PA

2016

Aos meus pais, Francisco de Assis Avelino de França (In memorian) e Lúcia de Fátima Pinto de França pelo apoio, incentivo e amor com que sempre estiveram ao meu lado, acreditando desde o início que eu poderia ser capaz de superar as minhas dificuldades e alcançar os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua bondade e misericórdia infinitas.

A Virgem de Nazaré, a São Francisco de Assis e a Santa Clara pela proteção.

Aos meus pais, Francisco (In memoriam) e Fátima, pois sem os seus esforços e sem a confiança que sempre depositaram em minha capacidade, jamais teria chegado até aqui.

Ao meu eterno pai Francisco (In memoriam) por todo amor que a mim dedicou. Como eu gostaria que ele estivesse aqui para dividir essa conquista que também é dele. Será sempre inesquecível para mim, pois tudo o que me tornei devo a ele. Eu o amarei para sempre.

A minha avó Izolina pelos esforços incansáveis em contribuir com a minha formação acadêmica e aos meus queridos irmãos, Izoneide e Francisco Júnior pela amizade e cumplicidade com que sempre me ampararam.

A minha querida tia Tereza pela generosidade em auxiliar em meus estudos e a minha amiga de infância e irmã de alma Ivanete por estar sempre ao meu lado.

Aos meus colegas de trabalho pela parceria e pela torcida por meu êxito no curso e também aos meus colegas e professores da 9ª turma do Mestrado em Educação da universidade do Estado do Pará-UEPA pelos momentos especiais que vivenciamos coletivamente.

A minha orientadora Profª Socorro França. Gostaria de registrar minha profunda admiração pela educadora e ser humano que ela é. Sem sua compreensão, sua humildade e sua sensibilidade, não conseguiria superar as dificuldades que enfrentei durante o curso.

Aos meus amados filhos Maria Clara e Francisco, pela generosidade com que compreenderam minhas ausências e por me acolherem com tanta ternura.

Ao meu amado esposo José Maria, pelo companheirismo, afeto e tão grande amor. Meu melhor amigo, que de maneira singular, me apoia, me incentiva e me ama, me fazendo acreditar que tudo é possível quando se tem fé, inclusive o nosso amor.

A gratidão é uma das maiores virtudes do ser humano. Aquele que consegue ser grato por tudo àquilo que a vida lhe oferece, alcança também outro dom divino que é a sabedoria.

Oração de São Francisco de Assis

“Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz

Onde houver ódio, que eu leve amor

Onde houver ofensa, que eu leve o perdão

Onde houver discórdia, que eu leve a união

Onde houver dúvida, que eu leve a fé

Onde houver erro, que eu leve a verdade

Onde houver desespero, que eu leve a esperança

Onde houver tristeza, que eu leve a alegria

Onde houver trevas, que eu leve a luz

Ó mestre, fazei que eu procure mais

Consolar, que ser consolado

Compreender, que ser compreendido

Amar, que ser amado

Pois é dando que se recebe

É perdoando que se é perdoado

E é morrendo que se vive para a vida eterna.

Amém.”

RESUMO

O estudo intitulado Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a família e ao lar – Ananindeua/PA (1949-1971) tem como objetivo geral analisar como eram formadas as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação em Ananindeua/Pa, no período de 1949-1971. Os objetivos específicos são: identificar de que forma as Irmãs anunciadas contribuíram para a formação das meninas internas; investigar as práticas escolares e culturais desenvolvidas com as meninas no internato; analisar de que forma as cerimônias institucionais realizadas no internato determinaram a formação das meninas. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica que utiliza a história oral como procedimento metodológico. As fontes orais são constituídas de quatro narrativas de ex-alunas internas na escola. As fontes documentais fazem parte do acervo particular da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, sendo: Histórico do Colégio Nossa Senhora da Anunciação, História das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria, História das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil e História das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Comunismo e fotografias. Para fundamentar esse estudo dialogo com Burke (1992), Chartier (1990), Conceição (2012a) e (2012b), Freitas (2006), Thompson (1992), Foucault (2003) e (2004), Goffman (1974), Nosella e Buffa (2009), Manoel (1991), Paiva (2011), Pesavento (2012), Rizzini (2009) e (2008), Sarges (2002), entre outros. O internato da instituição confessional Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação foi fundado pela Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação em 1949 com o intuito de atender meninas órfãs, desvalidas e pensionistas, em geral advindas de famílias afetadas pela hanseníase. Esta instituição ofertava o ensino regular, assim como diversas atividades como: pintura, bordado, corte-costura, culinária, horticultura, avicultura e criação de suínos. A rotina das meninas internas era intensa, permeada de atividades educativas, obrigações domésticas, celebrações religiosas e momentos de lazer. As regras, a disciplina e o controle eram fortemente impostos na instituição.

Palavras-chaves: Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação. Educação de meninas. Educação em Internato. Município de Ananindeua/PARÁ

ABSTRACT

The study entitled Domestic School Our Lady of the Annunciation: the formation of girls to serve God, family and home – Ananindeua/PA (1949-1971) has the general objective to analyze how the orphan girls, underprivileged and internal pensioners were formed in Domestic school Our Lady of the Annunciation in Ananindeua/PA, in the 1949-1971 period. Are your specific goals: to identify how the sisters announced contributed to the formation of internal girls; investigate the educational and cultural activities carried out with the girls at the boarding school; analyze how institutional ceremonies held at boarding determined the formation of girls. This is a documentary and bibliographic research using oral history as a methodological procedure. Oral sources consist of four narratives of internal former students at the school. The documentary sources are part of the private collection of the Congregation of Our Servants Sisters Lady of the Annunciation, as follows: College of History Our Lady of the Annunciation, History of the Sisters of Our Lady of the Annunciation in Hungary, History of the Sisters of Our Lady of the Annunciation in Brazil and History of the Sisters of Our Lady of the Annunciation in Communism and photographs. To support this study dialogue with Burke (1992), Chartier (1990), Conception (2012a) and (2012b), Freitas (2006), Thompson (1992), Foucault (2003) and (2004), Goffman (1974), Nosella and Buffa (2009), Manuel (1991), Paiva (2011), Pesavento (2012), Rizzini (2009) and (2008), Sarges (2002), among others. The boarding of the confessional institution Domestic School Our Lady of the Annunciation was founded by the Congregation of the Sisters of Our Lady of the Annunciation in 1949 in order to meet girls orphaned, underprivileged and pensioners, generally arising from families affected by leprosy. This institution offered regular education as well as various activities such as painting, embroidery, cutting-sewing, cooking, horticulture, poultry and pig farming. Routine internal girls was intense, permeated with educational activities, household chores, religious celebrations and leisure time. Rules, discipline and control were heavily taxes the institution.

Keywords: Domestic School Our Lady of the Annunciation. Education of girls. Education Internship

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Corredor da escola atualmente.....	67
Fotografia 2 - Interna auxiliando na preparação da alimentação – Década de 1970.....	103
Fotografia 3 - Interna auxiliando as Irmãs a estender roupas no varal.....	103
Fotografia 4 - Internas trajando o uniforme diário “Bibi” – Década de 1970.....	107
Fotografia 5 - Fachada da capela atualmente.....	117
Fotografia 6 - Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã – Década de 1970.....	120
Fotografia 7 - Primeira Eucaristia – década de 1970.....	124
Fotografia 8 - Bodas da Irmã Filomena – década de 1970.....	130
Fotografia 9 - Pintura de Nossa Senhora da Anunciação na entrada da capela.....	136
Fotografia 10 - Desfile escolar da semana da Pátria – Década de 1960.....	138
Fotografia 11 - Brincadeiras no pomar – Final da década de 1960.....	145
Fotografia 12 - Brincadeiras no jardim – Final da década de 1960.....	147

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Cônego João Boda.....	49
Imagem 2 – Pe. José Domitrowitsch.....	51
Imagem 3 – Irmã Inácia Isabel Maté.....	61
Imagem 4 – Município de Ananindeua – Década de 1950.....	64
Imagem 5 – Estação da estrada em Ananindeua – Década de 1950.....	65
Imagem 6 – Mapas com o percurso da estrada de ferro Belém – Bragança...	66
Imagem 7 – Fachada da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação – Década de 1950.....	73
Imagem 8 – Tabuada adotada pela instituição nas décadas de 1960 e 1970.	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descritor – Educação em internato.....	14
Quadro 2 – Descritor – Educação de meninas.....	15
Quadro 3 – Caracterização das instituições totais.....	40
Quadro 4 – Administração anunciada.....	75
Quadro 5 – Condições socioeconômicas das internas.....	78
Quadro 6 – Celebrações religiosas.....	116
Quadro 7 – Ludicidade no internato.....	146

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EEFM	Escola de Ensino Fundamental e Médio
GHEDA	Grupo de Historia da Educação na Amazônia
IEEP	Instituto de Educação do Estado do Pará
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PPGED	Programa de Pós – Graduação em Educação
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A IGREJA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	31
2.1	Surgimento do internato no Brasil.....	32
2.2	A Congregação Das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Pará.....	44
2.3	A Criação da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação.....	62
3	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE MENINAS NO INTERNATO.....	70
3.1	A administração das Irmãs Anunciadas.....	71
3.2	Admissão e condições socioeconômicas das internas.....	78
3.3	A Legião Brasileira de Assistência no internato.....	83
3.4	As políticas assistencialistas e higienistas na educação no Pará.....	86
3.5	Práticas escolares e culturais no internato.....	91
3.6	A Alimentação das meninas.....	102
3.7	O uniforme das meninas internas.....	105
3.8	O dormitório no internato.....	108
3.9	A questão da saúde no internato.....	109
4	CERIMÔNIAS INSTITUCIONAIS NA ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO.....	113
4.1	As celebrações religiosas no internato.....	114
4.2	A festividade de Nossa Senhora da Anunciação.....	131
4.3	A festa de aniversário do internato.....	134
4.4	O desfile escolar da semana da pátria.....	137
4.5	As festas natalinas no internato.....	140
4.6	A recreação e o lazer no internato.....	142
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	FONTES DOCUMENTAIS.....	152
	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	160
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	162

1 INTRODUÇÃO

É importante ressaltar que o interesse pela História da Educação como campo de conhecimento, tem me acompanhado há muitos anos, tornando-se parte de minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

No período de 1992 a 1994, cursei o extinto Curso de Magistério (Curso Normal) no Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP), sendo este o espaço do primeiro contato com a disciplina de História da Educação. Esta disciplina foi ministrada nos dois últimos anos do curso de Magistério, por dois professores diferentes, mas naquele momento, não houve nada de extraordinário que despertasse o desejo de aprofundar os estudos nessa área.

No entanto, foi através da experiência vivida no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) no período de 1997 a 2000 que o interesse pela referida disciplina tornou-se evidente.

Na graduação tive a oportunidade de cursar a disciplina de História da Educação em três semestres distintos, sendo ministrada por um único professor, o qual proporcionou reflexões relevantes no que tange este campo científico, especialmente no que trata da história da educação no Brasil.

Através de debates e pesquisas realizadas na referida disciplina, pode conhecer as principais correntes pedagógicas que caracterizaram a educação em nosso país, assim como pensadores expoentes que muito contribuíram para a formação do pensamento educacional brasileiro.

Em decorrência das discussões realizadas na disciplina de História da Educação no curso de Pedagogia, foi possível constatar o quanto a Igreja por meio dos jesuítas, teve papel decisivo na educação no Brasil desde o período colonial.

Para ratificar essa afirmativa Paiva coloca que

Por isto, pensando na organização da missão, pensa no colégio. O colégio era instrumento da obra da religião. Assim o sentiam os portugueses. O clero deveria se envolver com colégios, porque o colégio significava letras; letras significava o suporte da fé. Chegados ao Brasil, como pensar em cristianização sem pensar mediatamente na ereção de um colégio que lhe desse sustentáculo? (PAIVA, 2011, p.84)

A partir desse momento a presença jesuítica na educação, a criação de colégios religiosos, por assim dizer confessionais e o papel da igreja no processo de

formação da educação brasileira passaram a me inquietar, tornando-se o meu principal ponto de atenção científica dentro do campo da História da Educação.

Desde então, comecei a nutrir um interesse muito particular pela história, em especial pela da educação e pelas diversas possibilidades de contá-la. De acordo com a abordagem da Nova História Cultural tudo tem uma história conforme Burke (1992), inclusive a educação e tudo aquilo que a ela se refere.

Percebi então que o campo da História da Educação poderia ser explorado em uma perspectiva mais ampla, contribuindo para a construção de saberes ligada a história da educação no contexto regional.

Após alguns anos, realizei um levantamento sobre as linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Educação implantados no Pará. Nessa busca, me identifiquei com a singularidade da linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia do curso de Mestrado em Educação da UEPA.

Na ocasião de uma visita a Secretaria do Mestrado em Educação da UEPA para obter informações sobre o processo seletivo do referido curso, descobri a existência de um grupo de pesquisa que discute a história da educação em nossa região.

No ano de 2011 ingressei no Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) vinculado a UEPA, que tem como objetivo discutir assuntos que tratam da história da educação escolar e não escolar na Amazônia.

Através das participações nas reuniões e seminários do GHEDA pude constatar o quanto é relevante criarmos espaços para estudos e socialização do que é produzido na área da educação na Amazônia, pois conhecer a história da educação é fundamental para compreender também a história do nosso povo em seus aspectos sociais, políticos e culturais.

No ano de 2013, trabalhando na Escola E.E.F.M. Prof^o Joaquim Viana, situada em Ananindeua/PA, participei de um projeto pedagógico sobre a história deste município denominado “Descobrimo a cidade dos Ananins”. Este trabalho era voltado para os alunos do 6^o e 7^o ano do Ensino Fundamental, tendo a frente dois professores de História e três Técnicas em Educação.

O projeto “Descobrimo a cidade dos Ananins” tinha como objetivo conhecer a história do município no qual esta escola está inserida, por meio do levantamento geográfico, político, social e cultural do lugar. O estudo envolvia a pesquisa bibliográfica e de campo, onde os alunos tiveram oportunidade de visitar bibliotecas,

igrejas, cemitérios e parques ambientais, além de realizar entrevistas com os moradores mais antigos do município.

No decorrer do projeto, por meio de entrevistas realizadas pelos alunos com habitantes de Ananindeua, surgiu nos relatos o “Colégio Nossa Senhora da Anunciação”, descrito como uma escola que funcionou em regime de internato para meninas e que desponta ainda hoje, como uma das escolas mais tradicionais do município.

Na ocasião reporte-me a minha infância vivida em Bujaru, norte do estado do Pará, onde rememorei momentos da década de 1980, quando muitas meninas, incluindo familiares, saíam de sua cidade natal, para virem educar-se no Colégio Nossa Senhora da Anunciação, por ser considerada uma instituição de referência naquela época

O interesse em realizar um estudo minucioso sobre A Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, no município de Ananindeua/PA, levou-me em 2013 a submeter-me ao processo seletivo do Mestrado em Educação da UEPA.

Nos últimos meses de 2014, realizei um levantamento nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no PPGED-UFPA e no PPGED-UEPA, no período de 2008 a 2014, utilizando os descritores: educação em internato e educação de meninas.

O levantamento dos dados priorizou publicações que tratam de instituições escolares confessionais voltadas para o atendimento de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas, que funcionaram em regime de internato, incluindo asilos, orfanatos e escolas internas.

Quadro 1: Educação em internato

ANO	PRODUÇÃO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2011	Dissertação	O centro supletivo de qualificação profissional da Fundação Divina Pastora: uma instituição escolar em sua singularidade (1970-1996)	Anderson Mendes Sampaio	Universidade Federal da Bahia
2011	Tese	Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas de Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)	Maria Aparecida Arruda	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2011	Dissertação	Colégio Imaculada Conceição: a história do Curso Normal (Tupaciguara-MG/ 1961-1977)	Izabel Rozzeti	Universidade Federal de Uberlândia
2012	Tese	Internar para educar colégios-internatos no Brasil (1840 1950)	Joaquim Tavares da Conceição	Universidade Federal da Bahia
2012	Dissertação	Colégio Sagrado Coração de Jesus: missão pedagógica, social e religiosa em Valença-RJ (década de 1950)	Christiane Guimarães Pancardes da Silva	Universidade Federal do Rio de Janeiro
TOTAL: 05				

Fonte: CAPES, 2014.

No quadro 01 (um) temos três dissertações e duas teses voltadas para a temática de educação em internato no Brasil, entre os séculos XIX e XX. Desses trabalhos, um trata sobre os diversos tipos de colégios-internatos, enquanto que os outros quatro estão direcionados para instituições católicas.

Essas dissertações e teses foram desenvolvidas em programas públicos de Pós Graduação em Educação no Brasil, localizados em: Rio de Janeiro (dois), Bahia (dois) e Minas Gerais (um).

Ao analisarmos os resumos dessas pesquisas, verificamos que a discussão central está voltada para o funcionamento dos internatos e para o papel que estas instituições exerceram na formação de meninos e meninas.

Quadro 2: Educação de meninas

ANO	PRODUÇÃO	TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO
2008	Dissertação	Memórias (in) visíveis: narrativas de velhos sobre suas infâncias em Belém do Pará (1900 - 1950)	Antônio Valdir Monteiro Duarte	Universidade Federal do Pará
2008	Dissertação	A educação de mulheres no Colégio São José (1950-1962)	Marilene Maria Aquino de Castro	Universidade do Estado do Pará
2011	Dissertação	Mulheres destinadas ao êxito: trajetórias escolares e profissionais de ex-alunas do curso científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960)	Estela Maris Sartori	Universidade do Estado de Santa Catarina
2011	Dissertação	Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)	Josineide Siqueira de Santana	Universidade Federal de Sergipe
2011	Dissertação	Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a educação feminina em Aracaju (1914-1952)	Nadja Santos Bonifácio	Universidade Federal de Sergipe
2011	Tese	Artes de fazer de uma Congregação católica: Uma leitura Certeausiana da formação e trajetória das Filhas da Imaculada Conceição (1880-1909)	Maria Aparecida Correa Custodio	Universidade de São Paulo
2012	Dissertação	Uma educação moral cristã: a atuação da Congregação das Irmãs de Notre Dame em Maravilha-SC (1954-1975)	Vitor Marcelo Vieira	Universidade de Passo Fundo
2012	Dissertação	Educação de meninas no Orfelinato Paraense (1893-1910)	Adriene Suellen Ferreira Pimenta	Universidade do Estado do Pará
2012	Tese	O asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)	Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira	Universidade de São Paulo
2012	Dissertação	A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)	Elianne Barreto Sabino	Universidade Federal do Pará
2012	Tese	A educação das meninas em pelotas: a cultura escolar produzida no internato confessional católico do Colégio São José (1910-1967)	Rita de Cássia Grecco dos Santos	Universidade Federal de Pelotas
2014	Dissertação	A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado de D. Antônio de Macedo Costa em Belém-Pará (1878-1888)	Benedito Gonçalves da Costa	Universidade do estado do Pará
TOTAL: 12				

Fonte: CAPES, 2014.

No quadro 02 (dois) na página anterior temos nove dissertações e três teses que discutem a educação de meninas nos séculos XIX e XX. Desses trabalhos, um trata da educação da infância feminina, enquanto que os outros onze estão voltados para a educação de meninas em regime de internato, exclusivamente em instituições religiosas católicas.

Esses trabalhos estão vinculados a programas públicos de Pós-Graduação em Educação no Brasil, centrados em: Sergipe (dois), São Paulo (dois), Santa Catarina (um), Rio Grande do Sul (dois) e Pará (cinco), demonstrando um crescente interesse nessa temática por parte dos pesquisadores de nosso estado.

As instituições escolares investigadas foram administradas por diversas ordens religiosas, dentre elas: Missionárias da Imaculada Conceição, Irmãs Vicentinas, Filhas de Sant'Ana, Frades Franciscanos, entre outras. No entanto, dentre as publicações levantadas no período de 2008 até 2014, não se encontrou nenhuma que estivesse ligada a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação.

Assim, acreditamos ser fundamental a realização de um estudo sobre a Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, pois nos Programas de Pós-Graduação em Educação do país, entre os anos de 2008 e 2014, não existe nenhuma pesquisa que trate dessa instituição escolar.

De acordo com Nosella e Buffa (2009) as instituições escolares se constituem em ambientes de construção e socialização de saberes e experiências, com cultura própria, permeada por interesses, regras e conflitos. Esses espaços têm forte relação com sua comunidade local, fazendo parte da história das pessoas que neles interagem e do lugar em que estão inseridos.

Contudo, em uma pesquisa sobre instituições escolares “é importante, ainda, que a escola tenha alguma densidade histórica, isto é, tenha demonstrado, no decorrer do tempo, a realização dos objetivos a que se propunha e que a sociedade identifique traços significativos de sua própria história.” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.56)

Para que as pesquisas sobre instituições escolares tenham êxito, é necessário que elas possuam significado social reconhecido. De acordo com Nosella e Buffa (2009, p. 56) “As melhores pesquisas ocorreram quando a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, dos alunos que formou etc.”.

A partir da segunda metade do século XX, os estudos que tratam de instituições escolares têm conquistado espaço nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no entanto as pesquisas sobre escolas confessionais voltados para a dinâmica da cultura escolar comum as instituições em regime de internato ainda são incipientes.

Quando se refere à cultura escolar está se considerando a materialidade escolar, as normas impostas, as relações pacíficas e conflituosas, as diversas culturas expressas na escola, assim como o modo que os conhecimentos são transmitidos e os comportamentos são moldados.

A respeito do conjunto de normas e práticas que permeiam a cultura escolar, de acordo com Nosella e Buffa (2009) podemos inferir que:

Essas práticas e normas, que variam no espaço e no tempo e que podem até coexistir mantendo suas diferenças, aninham-se na instituição escolar e é possível evidenciá-las com base nos seguintes tópicos que funcionam como categoria de análise: contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo: origem, apogeu e situação atual; vida escolar; o edifício; organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; normas disciplinares: regimento, organização de poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos: festas, exposições e desfiles. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 18)

Segundo Conceição (2012) quando tratamos de educação em internato podemos perceber a existência de uma zona silenciosa onde poucos pesquisadores focam seus interesses nesse tema, o que acaba gerando uma escassa produção, em detrimento de outras temáticas.

Ao longo da investigação, fui construindo o objeto de pesquisa, buscando o entendimento de que este deve ser um processo dinâmico, onde o pesquisador deve estar atento para a necessidade constante de pensar e repensar seu objeto. Nosella e Buffa (2009) apontam que:

Sabemos que um objeto de pesquisa nunca é dado: é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve construindo, assim aos poucos, o seu objeto. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.56)

Na oportunidade de uma visita exploratória ao colégio objeto deste estudo, me deparei com um ambiente inquietador. Aqueles espaços com corredores enormes, fotografias nas paredes e móveis antigos me pareceram ter muitas histórias a nos revelar.

A perspectiva do trabalho com fontes históricas traz uma discussão que postula sobre o interesse e o prazer do pesquisador que envereda na pesquisa documental ao tratar das fontes. Segundo Bacellar (20015, p.24) em geral, “a aflição dos alunos é comum: ter um contato mais próximo com o ambiente arquivístico, conhecer as fontes, visualizar um documento do passado”.

Foi este sentimento de inquietação que me levou as primeiras visitas à biblioteca e ao arquivo da instituição objeto deste estudo. A possibilidade de estar naquele prédio de arquitetura antiga e simples, em meios a documentos amarelados e ricos em informações, trouxe um envolvimento intenso com o lócus da pesquisa.

Ao iniciar a pesquisa, localizei na biblioteca da instituição um histórico do colégio, elaborado pela ex-aluna interna e atual diretora administrativa Irmã Márcia Madalena Jank, que traz informações detalhadas da criação e funcionamento da referida instituição.

Este documento é resultado de um projeto realizado em 2007 com as turmas do Ensino Fundamental do Colégio Nossa Senhora da Anunciação, sob a coordenação da Irmã Márcia Madalena Jank, com o objetivo de resgatar e socializar com a comunidade escolar a trajetória desta instituição.

De acordo com o histórico do colégio, em 1937 as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação chegaram ao Pará trazidas pelo Pe. José Domitrowitsch. Nascidas na Hungria, que aceitaram a missão religiosa de virem para o nosso estado para cuidar dos doentes vítimas de hanseníase, que se encontravam alojados na Colônia do Prata, município de Igarapé-Açú/PA.

Foi o Arcebispo de Belém Dom Antônio Lustosa que solicitou ao Pe. José Domitrowitsch, salesiano que trabalhava há 11 anos nas missões com índios no Amazonas, que trouxesse em uma de suas viagens a Hungria, uma congregação que estivesse disposta a dedicar-se com abnegação aos cuidados com os doentes no leprosário.

O religioso Dom Antônio Lustosa era natural de Minas Gerais e chegou ao Pará em 1931 para tornar-se Arcebispo da Arquidiocese de Belém. Permaneceu

nesta função por dez anos e apesar da extensão territorial e da grande dificuldade de acesso, visitou todo o território que compreende a Arquidiocese de Belém.

O Arcebispo Dom Antônio Lustosa publicou inúmeras obras, dentre elas artigos no periódico católico “A Palavra” e uma bibliografia completa sobre a vida do Bispo do Pará Dom Macedo Costa. Ele também realizou inúmeros feitos, como aberturas de Seminários, criação de diversas Paróquias no estado e instalou muitas comunidades religiosas, inclusive a das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação¹.

Segundo os registros expostos no histórico do colégio, a missão foi aceita por seis Servas de Nossa Senhora da Anunciação, as quais sendo naturais da Hungria saíram da Europa de navio, desembarcando em Belém no dia 04 de Novembro de 1937.

No final de dezembro de 1937, a Colônia do Prata no município de Igarapé-Açu/PA, passou a ser a residência das Servas de Nossa Senhora da Anunciação, onde elas deveriam desenvolver seus trabalhos humanitários. Esta propriedade era mantida pelo governo do estado, mas estabelecia parceria com a igreja católica, a qual tinha a função de dar assistência física e espiritual as pessoas atendidas no leprosário.

A situação da hanseníase no estado era alarmante, com elevadas taxas de pessoas afetadas pela doença. Era necessário criar novos espaços para abrigar os hansenianos, especialmente os que estavam em locais distantes, no interior do estado. De acordo com Costa (2013) criou-se:

A Colônia Agrícola do Prata (1923) que, de acordo com Araújo (1924), foi um feito que significou a criação do primeiro “ Leprosário Agrícola no Brasil”, a “Lazarópolis do Prata”, situada em terras do município de Igarapé-Açu no local onde funcionou “ a colônia de órfãos e desvalidos do Prata”, e que foi construída para somar esforços no sentido de abrigar os “lázarus” que vinham especialmente do interior do Estado sempre em grande e crescente número. (COSTA, 2013, p. 64)

A construção da Estrada de Ferro Bragança aconteceu no período de 1883 a 1908, tendo funcionado até meados de 1964. Tinha como principais objetivos

¹¹ As informações sobre a vida e a obra de Dom Antônio Lustosa foram retiradas do site pt.wikipedia.org/. Encontramos neste site referências a diversas obras que mencionam a figura de Dom Lustosa, assim como obras de sua autoria, dentre estas Dom Macedo Costa - Bispo do Pará de 1939, publicada pela Cruzada da Boa Imprensa.

interligar alguns municípios do Pará, como Benevides, Igarapé-Açú, e Bragança, assim como escoar a produção agrícola, fortalecendo a economia no estado.

Em 1947, percebendo a necessidade de se receber novas missionárias e formar um noviciado paraense, algumas irmãs sob a orientação de Pe. José Domitrowitsch, pároco da Igreja Nossa Senhora das Graças em Ananindeua/Pa, estabeleceram-se neste município, onde passaram a residir em um espaço alugado pelo próprio padre. Este espaço localizava-se em uma rua próxima a Estação Ferroviária de Ananindeua, onde hoje funciona o Mercado Municipal da cidade.

Para Almeida (2010), o funcionamento da Estrada de Ferro Bragança foi determinante para a criação deste lugar, pois foi no entorno da Estação Ferroviária de Ananindeua, que servia de parada para passageiros e escoamento da produção, que surgiu o povoado que daria origem ao município de Ananindeua, que recebeu este nome devido à grande quantidade de árvores de Ananins presentes em seu território. Ananindeua foi instituído município em 1943, através do Decreto-Lei nº 4505 assinado pelo então Interventor Estadual Joaquim Cardoso de Magalhães Barata.

A Escola Doméstica foi criada nas proximidades da Estação Ferroviária, tornando-se parte da evolução histórica e cultural de Ananindeua. Esta instituição funcionava em um barracão localizado no centro da sede do município, tendo um caráter assistencial e religioso, sendo administrada pelas Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, a qual ofertava para a sua clientela do 1º ao 4º ano primário².

Esta escola, como já expomos, funcionava inicialmente em um local improvisado, alojando no mesmo ambiente sala de aula, dormitório e refeitório, com capacidade para trinta meninas desvalidas, em geral oriundas de famílias afetadas pela hanseníase.

Após um incidente, onde uma forte chuva derrubou por completo o telhado do prédio onde funcionava a instituição, Pe. José e as demais Irmãs da Anunciação iniciaram uma captação de recursos através de empréstimos, para construção do primeiro prédio onde funcionaria a casa das irmãs e a escola doméstica.

² Como a escola funcionava de maneira precária e sem equipamentos adequados, os exames eram prestados no Colégio José Marcelino de Oliveira. (JANK, 2007)

O novo prédio da instituição foi construído na rodovia BR-316 em Ananindeua/PA às margens da Estrada de Ferro Bragança, a qual passou a chamar-se Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação. A inauguração aconteceu no dia 02 de abril de 1949, onde passou a oferecer inicialmente o ensino primário e posteriormente o ginasial.

A escola funcionava em regime de internato, onde a formação das meninas privilegiava atividades como: bordado, pintura, corte-costura, culinária, avicultura, horticultura e criação de suínos, além da participação em celebrações religiosas e obrigações domésticas.

Para compreendermos o processo de formação das internas, torna-se fundamental que saibamos quem eram essas meninas e como elas ingressavam no internato, pois é:

[...] essencial indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para se definir o sentido social da mesma; assim como é essencial analisar os currículos aí utilizados para se compreender seus objetivos sociais. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 83)

No ano de 1971 a escola passou a chamar-se Colégio Nossa Senhora da Anunciação, em virtude da autorização do curso de formação de professores de 1ª a 4ª série, extinto Curso de Magistério. Neste período a instituição já funcionava em regime de internato, semi-internato e externato.

Em meados de 1987 o colégio definitivamente deixou de atender em internato e semi-internato, atendendo dessa forma somente alunos externos e com a novidade da presença de meninos na escola, que até então era exclusiva para meninas. A instituição permanece ativa até os dias atuais, tendo grande reconhecimento de sua comunidade.

Através da análise do histórico do colégio, constatamos que a instituição passou por algumas importantes mudanças em sua estrutura: No período de 1947 a 1949 atendia meninas com a intenção de formar novas missionárias, oferecendo do 1º ao 4º ano primário. A partir de 1949 até 1971 atendia meninas em regime de internato, ofertando o ensino primário e posteriormente o ginasial. A partir de 1971 começa a funcionar o curso de formação de professores de 1ª a 4ª séries (Curso de Magistério), nas modalidades internato, semi-internato e externato. No ano de 1987 encerram as atividades de internato e semi-internato, passando a atender somente em externato.

Constatamos também que em decorrência dessas mudanças no funcionamento das modalidades de ensino ofertadas, houve alterações na nomenclatura da instituição: Primeiramente, no período de 1947 a 1949 denominou-se Escola Doméstica. Na fase de 1949 a 1971 passou a chamar-se Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação e por fim, denominou-se Colégio Nossa Senhora da Anunciação, permanecendo assim desde 1971 até os dias atuais.

Assim, esta pesquisa intitula-se **Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a família e ao lar - Ananindeua (1949-1971)**. Este estudo está vinculado à linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, na área de interesse da História das Instituições Educativas, Intelectuais e Impressos do Grupo de pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA), que busca discutir e repensar questões que envolvem a educação e a cultura de nossa região.

O período histórico que demarca este estudo conta do ano de sua criação em 1949, indo até o ano de 1971, tempo em que a instituição funcionou exclusivamente em regime de internato para meninas.

O interesse pelo que Goffman (1974) denomina de instituições totais, em especial por internatos, sempre me acompanhou desde o início de minha trajetória acadêmica. Essas instituições educativas voltadas para a formação integral e para o trabalho são campos fecundos de estudo para compreensão da expansão dos processos educativos no Brasil, em particular na Amazônia.

Segundo Goffman (1974) instituições totais são espaços onde indivíduos convivem juntos por um determinado tempo, realizando atividades com regras e obrigações iguais para todos. A administração dessas instituições é marcada pela formalidade e pelo rigor, onde a autoridade e a disciplina são intensas. Como exemplos desses espaços, podemos citar: orfanatos, leprosários, penitenciárias, quartéis militares, escolas internas, conventos, entre outros.

Para Conceição (2012) os internatos surgem no Brasil na segunda metade do século XIX para fins de instrução ou educação, apresentando forte influência jesuítica e europeia. Esse modelo de regime educativo prevalece até a metade do século XX, período de fundação do colégio foco desta pesquisa. Segundo o autor configura-se no país neste período histórico, uma política educacional que passa a adotar o regime de internato como modelo educativo, uma vez que:

A educação brasileira revela uma prática ou estratégia histórica de instruir, educar e moldar meninos e meninas nas regras do bem viver. Trata-se da “pedagogia de internar” praticada em diversas “instituições fechadas” como colégios, seminários, recolhimentos, conventos, etc. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 31)

Conceição (2012) afirma que a “pedagogia de internar” é caracterizada pelo controle de internos por uma “equipe dirigente”, em um espaço específico, onde o poder da disciplina e a conformação moral são trabalhados de maneira intensa.

Considerando o que diz Foucault (2003), podemos inferir que o rigor dentro dos internatos tinha um caráter disciplinador. O poder de controlar o tempo e o espaço demonstra o caráter hierárquico, punitivo e vigilante das instituições internas com relação a todas as atividades desenvolvidas em seus domínios.

Dessa forma, a problemática que buscamos responder nesta investigação é: como eram formadas as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação em Ananindeua/PA, no período de 1949-1971?

As questões norteadoras dessa pesquisa são: Qual a contribuição das Irmãs Anunciadas na formação das meninas internas? Que práticas escolares e culturais eram desenvolvidas com as meninas no internato? De que maneira as cerimônias institucionais realizadas no internato determinaram a formação das meninas internas?

Este estudo tem como objetivo geral analisar como eram formadas as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação em Ananindeua/PA, no período de 1949-1971.

Os objetivos específicos são: identificar de que forma as Irmãs anunciadas contribuíram para a formação das meninas internas; investigar as práticas escolares e culturais desenvolvidas com as meninas no internato; analisar de que forma as cerimônias institucionais realizadas no internato determinaram a formação das meninas.

As categorias de análise definidas para interpretação e análise das fontes são: memória, internato; meninas órfãs, desvalidas e pensionistas; Irmãs Anunciadas; instituição total; práticas escolares e cerimônias institucionalizadas.

A metodologia desta investigação tem como fundamento a História Oral. Para Freitas a História Oral (2006, p. 18) é uma estratégia metodológica “que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de

narrativas da experiência humana”. Utilizamos também a pesquisa bibliográfica e documental para analisar as informações obtidas com os relatos orais.

Em concordância com Freitas (2006), afirmamos que a história oral é um procedimento metodológico de pesquisa que permite o diálogo entre o passado e o presente, objetivando recontar a história de determinados grupos e pessoas, a partir das memórias dos narradores coletadas por meio de entrevistas.

Corroborando com essa afirmativa, Thompson (1992) afirma que a História Oral provoca a imparcialidade do pesquisador, pois permite que os narradores venham:

Também entre as classes subalternas, os desprestigiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo. (THOMPSON, 1992, p.26)

Segundo Freitas (2006), na perspectiva da História Oral a entrevista deve ser compreendida como um momento de troca de experiência entre pessoas com formação e vivências diferenciadas. Através das entrevistas indivíduos de faixas etárias, culturas e condições econômicas distintas dialogam sobre uma mesma questão, promovendo uma interação entre entrevistador e entrevistado.

As fontes orais utilizadas de forma isolada podem causar um choque entre as fontes pesquisadas, no entanto, essas “fontes orais podem auxiliar-nos a compreender como se constitui aquele contexto. Além disso, acenam com a promessa de avançar nessa compreensão de modo fundamental”. (THOMPSON, 1992, p. 329).

A pesquisa em História oral pode ser uma possibilidade de mudança tanto no conteúdo, quanto na própria finalidade da história, isso vai depender da maneira como o trabalho com as narrativas orais será conduzido. Esse método pode levar a alteração do enfoque histórico, a revelar novos campos de estudo, a vencer barreiras e até devolver as pessoas que fizeram a história o papel essencial de agente histórico. Para Freitas (2006) a História Oral enquanto método:

Possibilita novas versões da História ao dar voz aos múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral

possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial. (FREITAS, 2006, p.79)

A visão de Thompson (1992) acerca da história oral também pode ser compreendida como não sendo:

Necessariamente um instrumento de mudança: isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante a história oral pode ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto à finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção de história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (THOMPSON, 1992, p.22).

Conforme Bosi (1994) as reminiscências, ou seja, as lembranças de tempos idos auxiliam as pessoas a reescreverem as suas próprias histórias. Essas memórias se transformam em possibilidades de se conhecer determinado grupo e seus integrantes, revelando seus relacionamentos, suas crenças, seus anseios e a história.

Para a História Oral as narrativas orais são entendidas como fontes documentais, pois de acordo com Freitas (2006, p.19) esse método “tem como principal finalidade criar fontes históricas. Portanto essa documentação deve ser armazenada, conservada, e sua abordagem inicial deve partir do estabelecimento preciso dos objetivos da pesquisa”.

O trabalho com narrativas orais muito tem a contribuir com a pesquisa, uma vez que configurar-se como uma alternativa de expandir as informações sobre o objeto investigado, obtendo outro olhar em relação a sua história. Sobre as narrativas orais diz Chizzotti (2008).

[...] as possibilidades que os recursos aos testemunhos orais podem oferecer, como suprir deficiência de documentos disponíveis, alcançar informações não registradas ou inacessíveis, compreender o contexto vivido para além das informações unidimensionais oferecidas pelos documentos, extrair uma perspectiva não-oficial, registrar a visão de grupos que não tem tradição escrita ou domínio dela. (CHIZZOTTI, 2008, p.107)

Dessa maneira, a história oral é compreendida como um procedimento metodológico de pesquisa, onde o pesquisador reúne informações orais de uma ou até mais pessoas sobre determinada coisa, lugar ou acontecimento. Esses dados

são organizados e interpretados de modo a serem transformados em saberes históricos. Para Lozano (2006, p.17) “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e experiência dos outros”.

Segundo Pollack (1992) a utilização da memória em pesquisa não significa que o indivíduo fará uma descrição dos acontecimentos. O que torna esse tipo de pesquisa relevante é o fato da subjetividade do relato poder revelar os desejos, as lutas, o significado do esquecimento e dos silêncios.

Para Freitas (2006) existem três maneiras de se fazer História Oral: Tradição Oral, História de Vida e História Temática. Utilizarei nesta pesquisa a História Oral Temática, uma vez que:

A entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista - que tem característica de depoimento - não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo. (FREITAS, 2006, p.21)

Nosso propósito foi trabalhar os relatos orais no sentido de reunir indícios da memória do grupo em relação à instituição escolar pesquisada. Para tanto, as entrevistas foram realizadas com quatro ex-alunas que estiveram internas na instituição entre as décadas de 1950 e 1960, e que se dispuseram a participar espontaneamente da pesquisa: Dona Irene com 78 anos, Dona Maria com 75 anos, Dona Lígia com 73 anos e Dona Ana com 69 anos.

Na perspectiva do trabalho com memórias, devemos refletir acerca da função do idoso, pois fazemos uma associação dos “velhos” com a função que eles devem exercer no tempo presente, que seria a “obrigação de lembrar”. (BOSI, 1994, p.63)

A contribuição da Associação das ex-alunas internas no Colégio Nossa Senhora da Anunciação, por intermédio de sua presidente, a ex-aluna interna Lourdes Sousa, foi fundamental para que se pudessem localizar as participantes desta pesquisa.

A ex-aluna interna Lourdes Sousa é sobrinha de Dona Maria e da Irmã Ângela, que foi diretora por vários anos da instituição. Dona Maria que é a primeira

de nossas narradoras foi a ponte para que pudéssemos chegar até as outras três ex-alunas internas que contribuíram para a concretização deste trabalho.

Por intermédio de Dona Maria, consegui localizar o endereço de Dona Irene. Dona Maria nos explicou em que rua Dona Irene mora e revelou que seria fácil encontrá-la, pois como Dona Irene foi professora, muitos a conheciam nas redondezas. De fato Dona Maria estava certa, encontrei a residência de Dona Irene sem grandes dificuldades. A partir de Dona Irene, pude encontrar Dona Lígia e Dona Ana.

Para Thompson (1992) a maneira mais eficaz de delimitar um campo de estudo e as ideias que o nortearão, é selecionar um narrador que encaminhará as demais entrevistas. No nosso caso, Dona Maria foi esta “narradora” que nos possibilitou acessar as demais ex-alunas internas.

Analisamos as narrativas das ex-alunas internas com a concepção de que a memória é uma construção social. Entendemos que o passado não pode ser revivido, mas pode ser reelaborado através do presente. A partir das memórias podemos fazer uma nova leitura do passado conforme Bosi (1994).

Além das narrativas orais, trabalhamos também com as seguintes fontes documentais: histórico do colégio, três documentos da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação (História das Irmãs servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria, História das Irmãs servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil e História das Irmãs servas de Nossa Senhora da Anunciação no Comunismo) e fotografias pertencente ao acervo da Associação das ex-alunas internas no Colégio Nossa Senhora da Anunciação.

Os documentos são fontes, que devem ser analisados minuciosamente, com olhar atento e crítico para cada detalhe, mesmo que algumas vezes eles nos pareçam imperceptíveis. Nós enquanto pesquisadores cautelosos, devemos ter a preocupação de analisar as fontes com especial atenção, uma vez que as mesmas fazem referência a um determinado contexto, trazendo informações que podem nos induzir a conclusões imprecisas. Para tanto, podemos inferir que:

[...] é preciso considerar que nenhum documento é neutro. É preciso compreender o documento no contexto em que foi produzido. As palavras e expressões contidas no documento são carregadas de significados que variam no tempo e no espaço. Nem sempre os seus significados se mostram claros ao pesquisador e podem se constituir em armadilhas ao seu trabalho. (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p.61)

Segundo Bacellar (2005) a relação entre os historiadores e as fontes documentais sofreu mudanças no decorrer do tempo. Desde os que viam os documentos como verdade, testemunhos neutros do passado, até aqueles que analisam os discursos presentes nos documentos, desconstruindo conteúdos e contextualizando fatos e visões.

Para tanto, esta pesquisa deve trilhar caminhos que nos permitam juntar os indícios que evidenciem o cotidiano daquele ambiente, buscando dar visibilidade para as coisas que podem parecer comuns. Para Del Priore (1997) “estamos em um momento que é emergencial que busquemos o novo, o diferente, o sensacional. Assim, devemos empregar forças naquilo que está encoberto pela banalidade de nosso cotidiano”.

Sobre o uso de fontes históricas na pesquisa podemos afirmar, de acordo com Rodrigues e França (2010) que:

Os documentos assumem hoje as mais variadas formas e podem ser encontradas nos mais variados lugares. As informações que se pretende obter de um determinado objeto de estudo podem ser encontradas em livros, revistas, correspondências, diários, noticiários de rádio, televisão, filmes, internet, produções iconográficas, testemunhos orais, entre tantas outras. (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p.55)

A relação do micro com o macro é vital, tanto que Nosella e Buffa (2009, p. 62) questionam “[...] como, sem desprezar as novas abordagens do singular, chegar a compreensão racional e universal da realidade?...é preciso articular o particular com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios(...)”

Buscaremos justamente esta relação do particular (objeto investigado) com o macro (contexto social, político e cultural), para que além da compreensão dos processos de formação desenvolvidos no internato, possamos também fazer uma leitura do contexto social e cultural no qual esta instituição esteve envolta, buscando captar a sua função social e político-cultural.

A intenção de situar este trabalho no movimento da nova história cultural, dar-se por acreditarmos que tal prisma trará a contextualização e significação desejada. Essa busca pelas coisas consideradas simples e banais que permeiam o dia-a-dia sempre foi presente na vida humana, uma vez que:

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas

pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. (GINZBURG, 1980, p.151)

Dessa forma, buscamos indícios que pudessem nos auxiliar na compreensão da história deste internato. Para Ginzburg (1980) essa é uma forma interpretativa que se baseia nos resíduos e indícios que evidenciam a história, através de detalhes considerados muitas vezes normais, sem importância. Portanto, o pesquisador que envereda neste caminho deve primar por operações intelectuais que envolvam a análise, a comparação e a classificação dos dados obtidos durante a pesquisa.

Segundo Ginzburg (1980, p.152) o que caracteriza o saber baseado em indícios é justamente “a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”.

Nessa perspectiva aquilo que é considerado simplório e comum pode revelar riquezas de detalhes através das pistas encontradas nas diferentes fontes, possibilitando dar visibilidade a fatos negligenciados até então, buscando a conexão entre o objeto estudado e seu contexto histórico e social. Para Burke (1992):

O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto a própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. (BURKE, 1992, p.15)

Este texto de dissertação está organizado em quatro seções: a primeira seção compreende a introdução, são apresentadas as motivações do estudo, os dados das produções acadêmicas relacionadas à educação de meninas em internato, as questões norteadoras da pesquisa, os objetivos, a metodologia utilizada para a investigação e o aporte teórico.

A segunda seção **A Igreja na educação brasileira** traz uma discussão sobre a influência da Igreja na educação no Brasil, o surgimento dos internatos no país, a fundação da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, a Hanseníase no Pará, a formação do município de Ananindeua e a criação da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação.

A terceira seção **O processo de formação das meninas no internato**, aborda a administração das Irmãs Anunciadas, a admissão e condições socioeconômicas das internas, a importância da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no internato, as políticas higienistas e assistencialistas no Pará, as práticas escolares e culturais desenvolvidas no internato, assim como uniforme, alimentação, dormitório e saúde no internato.

Na quarta seção **Cerimônias Institucionais na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação** são focalizadas as celebrações religiosas, as festividades no internato, o desfile cívico da semana da pátria, lazer e recreação, e o dia de visitas.

Nas considerações finais trazemos os principais pontos discutidos no trabalho, apontando possíveis questionamentos e possibilidades que poderão ser exploradas posteriormente em outras pesquisas.

Acreditamos que o estudo sobre o processo de formação de meninas no internato da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação muito tem a contribuir para a história da educação paraense, pois o regime de internato caracterizou o ensino formal por várias décadas em nosso estado, trazendo nesta modalidade educativa aspectos sociais, culturais, políticos e históricos que podem nos auxiliar a compreender o contexto educacional e regional da época.

2 A IGREJA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os termos podiam, pois, ser invertidos: o ensino da fé levando, naturalmente, ao estabelecimento de escolas; a escola tendo como principal objetivo o cuidado da fé. É preciso entender esta passagem mútua para compreender o porquê de padres se incubirem de colégios, para se entender o caráter religioso do ensino, e finalmente a relação igreja/educação na história da sociedade brasileira. O não entendimento da questão produz uma leitura anacrônica do colégio jesuítico no Brasil, do papel da igreja na educação escolar. (PAIVA, 2011, p.82)

De acordo com Paiva (2011), desde o Brasil Colônia podemos perceber a presença determinante da Igreja Católica na educação brasileira, onde os padres Jesuítas propagavam a fé cristã através de seus colégios religiosos, ao mesmo tempo em que essas instituições se fortaleciam pela religião.

Segundo Conceição (2012) a Companhia de Jesus criou e administrou diversas instituições educativas confessionais, dentre elas os colégios jesuíticos, que surgiram ainda no período colonial e se caracterizaram como os precursores das escolas em regime de internato, estando nestes colégios seculares às origens históricas das instituições internas no Brasil.

Para Freyre (1968) estas instituições tinham a finalidade de instruir ou educar tendo se estabelecido através dos tradicionais colégios jesuítas do século XIX. Esses internatos eram destinados a meninos, filhos de famílias abastadas, proprietárias de engenho, que buscavam dar a seus herdeiros uma educação erudita e disciplina por meio dos colégios religiosos.

Esta seção busca fazer uma reflexão a respeito do papel da Igreja e da contribuição jesuítica para a educação brasileira, focalizando o surgimento dos internatos, dando destaque para a formação de meninas.

Do mesmo modo, traz para discussão a trajetória da Congregação das Irmãs Servas da Anunciação e seu papel na educação paraense, assim como o processo de criação da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, fazendo a contextualização histórica do lugar e do tempo onde está instituição educativa foi gerada.

2.1 Surgimento do internato no Brasil

Desde a Idade Média as letras³ estavam ligadas quase que exclusivamente ao clero, onde estas tinham a função de registrar a melhor forma de se viver com o outro, o que era entendido como um projeto da realização da família de Deus. Ao definir seu caráter histórico e social, podemos inferir então que as “letras eram religiosas” em sua natureza. (PAIVA, 2011, p.77)

Paiva (2011) também afirma que as transformações econômicas e políticas ocorridas dos séculos XII ao XVI foram responsáveis por grandes reformulações nas relações sociais, criando oportunidades de crescimento para o comércio no mundo todo. As letras tiveram que acompanhar tais mudanças, transformando assim o seu papel social. Agora, além de religiosas, passaram a ser também mercantis.

A necessidade de uma instituição que fosse responsável por uma formação que atendesse as demandas econômicas era emergencial. Surge então a escola, ligada ao clero, que estava igualmente voltada para as experiências sociais vividas neste contexto de ebulição econômica. Segundo Paiva (2011, p.81) “a escola foi criada para ensinar. Ensinar era próprio da igreja: vivo autêntico e perene magistério instituído por Jesus Cristo, fazendo-se prática cotidiana do clero.”

A partir do século XII, nobreza e clero se aliam para atrelar o ensino das letras às demandas econômicas e sociais que o mercado apresentava. Dessa forma, clero e nobreza estabeleceram uma parceria para através da educação buscar a manutenção da fé católica e atender o cenário mercantil. Paiva (2011) aponta que:

Colégio e fé se imbricavam, não alterando a compreensão que desde a Idade Média, se tinha dos estudos. O que estava alterado - e a isto os estudos vinham atender - era a realidade social em que a fé se exercitava. Era natural, pois, que o rei buscasse junto ao clero os meios de realização do ensino das letras, nos termos das novas exigências sociais. (PAIVA, 2011, p.81)

Era consenso entre clero e nobreza que as escolas deveriam ser de responsabilidade da Igreja, assim como alicerçar as instituições educativas, fossem colégios ou universidades, era igualmente uma tarefa inerentemente eclesiástica.

³ As letras eram caracterizadas como a capacidade de ler, escrever e compreender as informações expressas através da escrita. Na idade média as letras estavam concentradas em poder do Clero, que as utilizava em razão da Igreja.

Era qualidade educativa promover o ensino da fé por meio dos colégios, assim como “estabelecer escolas era derivação direta da competência de ensinar a fé, núcleo de tradição cultural.” (PAIVA, 2011, p.82)

Nos primórdios da colonização brasileira a educação formal priorizava apenas meninos. Em meados do século XVI, “os colégios dos jesuítas visavam dois objetivos principais: ensinar a ler e escrever aos pequenos índios isolados de suas famílias e arrancados a cultura indígena; e formar os quadros para a própria Companhia de Jesus.” (SILVA, 2011, p. 131)

Santos (2000) também aponta que os indícios de um projeto de educação em regime de internato no Brasil aparecem desde o período colonial, fortalecendo-se por intermédio dos colégios jesuíticos, dos recolhimentos e dos seminários, os quais atendiam somente meninos, pertencentes, sobretudo, as famílias nobres da sociedade.

Conforme Silva (2011) a Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa que teve como objetivo principal a disseminação da fé católica pelo mundo, na tentativa de combater o protestantismo que se disseminava pela Europa.

Para Conceição (2012b, p.25) apesar de inicialmente os Jesuítas atenderem exclusivamente homens com o objetivo de formar religiosos para a Ordem, a Companhia de Jesus “contribuiu de forma decisiva na consolidação dos colégios e de características culturais adotados no internamento escolar”.

Paiva (2011) afirma que os jesuítas tinham uma organização semelhante à militar, onde se consideravam soldados a serviço da Igreja, com o dever de agir nas esferas sociais e culturais, a fim de acabar com qualquer ameaça ao catolicismo. Esses religiosos eram orientados para resistirem as mais adversas situações, sendo submetidos a uma série de privações que os preparavam para viverem em locais distantes e se adaptarem às mais difíceis condições.

Silva (2011) coloca que a Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549 com a intenção de cristianizar as populações indígenas do território colonial. Os padres jesuítas promoveram as missões, onde organizavam seu trabalho com os indígenas baseados no trabalho e na religiosidade.

Segundo Paiva (2011) paralelamente a atuação religiosa junto aos nativos, os jesuítas também foram responsáveis pela fundação das primeiras instituições de ensino no Brasil colonial. Dessa forma, todo tipo de produção e socialização de conhecimento da época, era fortemente controlado pela Igreja.

A influência da Igreja na educação brasileira é de grande relevância para compreensão de aspectos que caracterizaram a nossa cultura como o grande respaldo dado às escolas confessionais comandadas por importantes congregações religiosas e a predominância da religião católica em nosso país.

Conforme Santos (2000) os internatos no Brasil se caracterizaram como espaços educativos fechados que primaram pela proteção, abrigo e construção de indivíduos bem cuidados fisicamente e formados com base em princípios religiosos, éticos e morais.

De acordo com Silva (2011) a Companhia de Jesus tinha papel decisivo na educação e formação da sociedade brasileira. Percebendo a necessidade de centralizar o poder de Portugal e acabar com a influência dos jesuítas, Marquês de Pombal em meados do século XVIII expulsou os jesuítas do território brasileiro, mandando fechar os colégios e reformulando o ensino no país.

Até a expulsão do Brasil em meados do século XVIII, os jesuítas concentraram em suas mãos o ensino daqueles que pretendiam seguir carreira eclesiástica, e só com a reforma pombalina da instrução foram eles substituídos por mestres régios nas Aulas de Ler e Escrever, Gramática Latina, Filosofia e Retórica, acrescentando-se, em algumas cidades aulas de Grego. (SILVA, 2011, p.132)

Para Silva (2011) a intenção de Marquês de Pombal ao instituir a Reforma Pombalina, não era apenas de ser responsável pela educação no Brasil, mas, sobretudo de fazer com que a instrução formal priorizasse as demandas do mercado, o que transformaria Portugal numa metrópole capitalista, assim como outros países da Europa.

Os estudos de Cardoso (2011, p.180) apontam que “em 1759, o governo português desmantelou toda uma estrutura administrativa escolar baseada na educação religiosa jesuítica, instituindo, em seu lugar, **as Aulas Régias**.” (grifo nosso). A partir de então, a educação no Brasil fica ao encargo de Portugal, que a torna laica, apesar da forte presença do Catolicismo.

Concomitante aos esforços jesuíticos em educar a população da colônia, existiam outros mestres que realizavam trabalhos de leitura com meninos. Segundo Silva (2011) os juizes de órfãos no século XVI faziam a seguinte orientação para os tutores: meninos deveriam aprender a ler, escrever e contar, quanto que as meninas ficavam relegadas as tarefas de aprender as prendas domésticas.

Para Silva (2011) isso não significa afirmar que as meninas não sabiam ler algumas frases, todavia não conseguiam escrever seu próprio nome. Algumas delas livravam-se do infortúnio do analfabetismo, uma vez que oriundas de famílias que possuíam dotes financeiros, eram enviadas para conventos em Portugal e ilhas atlânticas para serem educadas e seguirem a vida religiosa.

A decisão por parte das famílias em enviar meninas para conventos portugueses nada tinha haver com vocação religiosa, pelo contrário, era uma questão de status social, uma vez que “como era prática da nobreza colocar as filhas em conventos, os plebeus endinheirados de Minas Gerais viam a reclusão conventual, como uma forma de promoção social”. (SILVA, 2011, p. 133)

Ainda segundo Silva (2011), era grande o número de meninas que saíam do país para prepararem-se para seguir a vida religiosa. Os governantes brasileiros preocupados com essa situação passaram a pressionar o rei português afirmando que se não houvesse uma proibição por parte da nobreza, correríamos o risco da maioria das mulheres brasileiras seguirem a vida religiosa.

Silva (2011) também afirma que na tentativa de diminuir o movimento de meninas que saíam da colônia para seguir a vida religiosa em Portugal, o rei D. João V através do alvará de 14 de abril de 1732, ordenou que primeiramente fizessem uma avaliação a fim de constatar se essas moças apresentavam tendência à vocação religiosa ou se estavam sendo obrigadas de alguma forma, a viver no convento.

Após o alvará de 1732 notou-se que o fluxo de meninas que se candidatavam ao recolhimento em terras portuguesas se manteve, no entanto de maneira menos intensa. Embora alguns conventos tivessem sido criados em alguns territórios da colônia, somente nos últimos anos do século XVIII podemos afirmar que surgem os primeiros recolhimentos pautados em fins educativos conforme Silva (2011).

Para Alves (2011) o Seminário de Olinda foi fundado por D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco, em 16 de fevereiro de 1800. Esta instituição foi apontada como o primeiro recolhimento feminino do Brasil, tendo o propósito de formar meninas da emergente nobreza e fidalguia brasileira.

Conforme Silva (2011) os Estatutos dos recolhimentos escritos por D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, deixavam claro o papel das “recolhidas” e das “educandas”. As recolhidas eram moças que tinham sido educandas nos

recolhimentos antigos e que agora assumiriam a função de mestras, sendo responsáveis pelo ensino na instituição, trabalhando com leitura, escrita e contas com as novas educandas, que deveriam ser formadas conforme os padrões religiosos e morais para conviverem em sociedade.

Em relação à educação dessas meninas nos novos recolhimentos a autora aponta que:

[...] todas as regras a elas referentes assentavam no princípio da necessidade da educação das meninas, dado “o grande influxo que as mulheres têm no bem, ou no mal, das sociedades”. Os papéis femininos eram claramente definidos: “elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude”. Para virem a bem desempenhar estas funções, as meninas deviam ser retiradas das casas paternas, onde sua formação era descuidada, para serem educadas no recolhimento. (SILVA, 2011, p.134)

Nos planos de estudos expostos nos Estatutos dos recolhimentos notava-se uma grande preocupação por parte da Igreja em combater problemas e vícios domésticos que circulavam entre as meninas: interesse pela vida alheia, ócio, prazeres da carne, prolixidade, entre outros. Para tanto, segundo Silva (2011, p. 135) “as meninas limitar-se iam a aprender a ler, escrever e contar, além de coserem e bordarem, pois isso bastaria para o governo de suas casas no futuro”.

Apesar dos recolhimentos primarem por uma formação doméstica, sua política de alfabetização de meninas pode ser considerada inovadora para o período, pois a leitura e escrita durante muitos anos foram privilégio dos homens, sendo que no Brasil colônia “as mulheres que sabiam assinar seus nomes e escrever cartas” eram exceções. (SILVA, 2011, p. 135)

Silva (2011) coloca que após terem dominado a escrita e leitura, era o momento de aprender a contar, o que envolvia as quatro operações matemáticas, pois a ordem da casa dependia da aprendizagem das contas. A Europa do século XVIII chamava esse saber de economia doméstica, sendo que aqui no Brasil isso se caracterizava como algo novo, uma vez que as mulheres mais abastadas tinham muitas escravas domésticas e não se envolviam com a organização do lar.

As meninas aprendiam ainda a coser, desenhar e bordar para que pudessem confeccionar roupas, meias, toalhas e outros utensílios para serem utilizados por sua família. Conforme Silva (2011, p. 136) todos esses saberes eram parte do plano de estudos, proposto pela Igreja, que “correspondia ao ideal feminino que se pretendia implantar na sociedade colonial”.

Silva (2011, p.137) afirma que ao considerarmos algumas instituições voltadas para a educação feminina podemos perceber que as diferenças sociais são notórias, uma vez que ao mesmo tempo em que alguns colégios recebiam moças com excelentes condições financeiras para aprenderem “língua portuguesa e inglesa gramaticalmente”, bordado, costura e organização da casa, recebiam também escravas para aprimorarem seus conhecimentos nos serviços domésticos a fim de servirem melhor seu senhorio.

Essas instituições aceitavam meninas que pertenciam a diferentes classes sociais, oferecendo um currículo diferenciado para cada uma delas, a fim de atender as necessidades que o mercado de trabalho exigia. Aparece também a existência de colégios em regime de internato para meninas, voltados para uma parcela mais elitizada da colônia, onde:

Cada menina levava “cama completa, três toalhas de mão, um talher completo e copo de prata”. As famílias deviam mandar semanalmente seus criados aos colégios com as roupas lavadas necessárias mas, se algumas residissem longe, far-se-ia um ajuste especial a esse respeito. O fato de se tratar de alunas internas não significa que elas não pudessem ir a casa nos domingos e dias santos, desde que regressassem a hora para as aulas do dia seguinte. (SILVA, 2011, p.138)

A segunda metade do século XVIII foi um marco na criação de instituições que trabalhavam em sistema de internato, caracterizando-se como “um ensino particular variado, ministrado principalmente a alunos internos, embora fossem também recebidos alunos externos pagando mensalidades mais baixas”. (SILVA, 2011, p.144)

Ao tratar do colégio-seminário pombalino, Alves (2011), coloca que este estabelecimento “que, na superfície, guardava alguma semelhança com o colégio-seminário jesuítico, vingou na segunda metade do século XVIII e entrou em decadência no início do século XIX, em especial após a Independência”.

Apesar dos estudos de Silva (2011) estarem voltados para as capitâneas de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, podemos concluir que suas considerações são extremamente relevantes para que possamos compreender o processo de expansão dos colégios no Brasil durante o período colonial. Não obstante, nos fornece informações sobre as instituições que funcionaram em sistema de recolhimento feminino, fato que veio embasar o surgimento dos primeiros internatos voltados para meninas na colônia.

Nesse sentido Manoel (2008, p.23) coloca “que a educação escolarizada para as mulheres não tinha sido uma preocupação da sociedade patriarcal brasileira até meados do século XIX”, uma vez que a figura feminina vivia no ostracismo doméstico, destinada aos cuidados com o lar e com os filhos, submissa as ordens do marido.

Segundo Paiva (2011) os jesuítas foram responsáveis pela implantação de um sistema de educação formal no Brasil colônia, pois perceberam que a conversão dos indígenas ao catolicismo só seria possível se eles compreendessem minimamente a leitura e a escrita. Para se comunicarem com os índios e assim poderem iniciar o processo de catequização, os religiosos também tiveram que aprender os idiomas dos nativos.

Apesar dos colégios jesuítas atenderem preferencialmente o público masculino, seus padrões de organização e funcionamento serviram de modelo para implementação dos primeiros recolhimentos femininos no Brasil. Os recolhimentos funcionavam em sistema interno, sendo considerados como instituições que deram origem aos internatos no país.

Segundo Conceição (2012b, p.48) no século XIX os colégios-internatos se fortaleceram no Brasil trazendo em sua essência os “usos e costumes herdados das primeiras instituições com internato implantadas no país (colégios dos jesuítas, colégio-seminário, conventos e recolhimentos)”.

No final do século XIX a oligarquia brasileira começa a mudar a sua compreensão em relação à educação feminina, almejando tirar suas filhas da situação de isolamento e ignorância em que estavam imersas. Nesse contexto, a escola como instituição social, passa a ter papel fundamental na formação feminina, voltada para atender as novas demandas da sociedade decorrentes do processo de urbanização e do contato com outras culturas segundo Manoel. (2008).

Não temos a intenção de discutir de maneira mais profunda o papel dos jesuítas na educação no período colonial, mas sim de situar o leitor para que ele compreenda que a atuação desta ordem religiosa foi determinante para a consolidação dos internatos desde a colônia, perpassando o império e a república, período histórico em que se concentra este estudo.

Indícios históricos evidenciam que a prática de internamento escolar no Brasil deu-se através de forte influência jesuítica, os quais educavam por meio de “fechamento” promovendo aos educandos uma vida regrada, com privações para

que não adquirissem maus hábitos e nem cometessem pecados. Sobre esta afirmação Conceição (2012) assim se refere:

A educação brasileira revela uma prática ou estratégia histórica de instruir, educar e moldar meninos e meninas nas regras do bem viver. Trata-se da “pedagogia de internar” praticada em diversas “instituições fechadas” como colégios, seminários, recolhimentos, conventos, etc. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 31)

De acordo com Conceição (2012, p.31) a pedagogia de internar trata da educação de indivíduos em condições fechadas, a qual “não surge no vazio tem suas raízes históricas”, uma vez que os primeiros internatos foram criados no Brasil no período colonial e tiveram seu declínio na segunda metade do século XX.

Conforme Goffman (1974) o “fechamento” é uma característica das instituições totais, sendo este um espaço voltado para residência e trabalho, onde indivíduos vivem em situações semelhantes. Nesses espaços os indivíduos ficam isolados da sociedade por um determinado período, regidos por disciplina e regras severas.

Goffman (1974) e Foucault (2003) abordam a questão da disciplina nas instituições totais e/ou fechadas. Esses estudiosos ressaltam a necessidade da equipe dirigente em exercer o poder disciplinar, assim como a importância das penalidades para aqueles que descumprem as normas estabelecidas. Assim, tornava-se sanção disciplinar no internato a:

[...] inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não conforme: o soldado comete uma ‘falta’ cada vez que não atinge o nível requerido; a ‘falta’ do aluno é, assim como um delito menor, uma inaptidão a cumprir suas tarefas. (FOUCAULT, 2003, p. 149)

Segundo Goffman (1974), toda instituição tem características de “fechamento”, uma vez que toma “parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo”. Algumas se apresentam mais fechadas do que outras, com proibição de saídas incluindo esquemas físicos como muros altos, cercas, portas fechadas, entre outros.

Para Foucault (2004) a vida nestes espaços “fechados” tem um caráter disciplinador e conformador diante das condições a que os indivíduos são sujeitados. O “fechamento” torna-se a marca registrada das escolas internas, onde as disciplinas, as normas e os rigores são claramente definidos.

Existem, pois diversos tipos de instituições totais, acessíveis ou não para os mais diversos segmentos sociais, sendo que algumas oferecem certo status social para aqueles que as frequentam (independente da qualidade do serviço oferecido) como escolas, universidades, conventos, etc. Há também a existência de instituições que podem inferir um caráter pejorativo, denegrindo socialmente a imagem de quem as frequentam, como as cadeias, leprosários, sanatórios, etc. (GOFFMAN, 1974, p.16)

De acordo com Goffman (1974) as instituições totais podem ser classificadas em cinco grupos, conforme o quadro 3 (três) abaixo:

Quadro 3: Caracterização das instituições totais

INSTITUIÇÃO	CLIENTELA
Orfanatos, asilos, abrigos	Pessoas incapazes, porém inofensivas, que não representam nenhuma ameaça para a sociedade.
Leprosários, sanatórios, hospitais	Pessoas incapazes, porém representam uma ameaça não intencional para a sociedade.
Penitenciárias, campos de concentração, cadeias	Pessoas que representam perigo intencional para a sociedade
Quartéis, colônias, navios, escolas internas	Pessoas interessadas em desenvolver de modo adequado alguma tarefa de trabalho
Conventos, mosteiros, abadias	Pessoas que buscam instrução religiosa, assim como um refúgio do mundo.

Fonte: GOFFMAN, 1974.

Nesse esquema de agrupamentos podemos verificar o aparecimento das escolas internas como uma instituição total voltada mais especificamente para a formação para o trabalho, mas que igualmente as outras apresentam um caráter fechado e rigoroso.

A respeito das instituições totais, Goffman (1974) estabelece que esses espaços apresentem particularidades e finalidades próprias, assim definidas

[...] Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, a seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de

regras formais explícitas e um grupo de funcionários... (GOFFMAN, 1974, p. 17)

Para Goffman (1974, p.17) o entendimento das instituições totais não pode ser visto de forma clara e com fim em si mesmo, devendo ser encarado como uma possibilidade de “uma definição puramente denotativa da categoria como um ponto de partida concreto”.

Além dos aspectos da vida interna serem realizados no mesmo ambiente e sob uma única autoridade, temos como outras características destas instituições, o fato das atividades diárias serem realizadas na presença de um grupo numeroso de participantes, com horários rigorosamente estabelecidos, havendo uma sequência de atividades, onde uma leva automaticamente a outra, onde são impostas e acompanhadas por uma equipe de funcionários. (GOFFMAN, 1974)

Os internatos que se estabeleceram no Brasil sofriam forte influência do modelo europeu, tendo prevalecido e tomado espaço no contexto educacional da época, o que para Conceição (2012, p.34) ocorreu, “seja motivado pelas necessidades de uma vida rural marcada pelas grandes distâncias, seja como “princípio pedagógico” que recepcionou o internamento como ferramenta ideal para “endireitar” meninos e meninas”.

A organização dos internatos sempre foi alvo de críticas, tanto de alguns segmentos da sociedade, quanto da literatura que trata sobre a vida dentro das instituições “fechadas”. Para Freyre (1968) o colégio-internato não era um lugar agradável, se caracterizando como uma atmosfera de tristeza e duras privações. No entanto, apesar das críticas o autor ressalta as contribuições do internamento, que por meio da disciplina, inculca o conceito da necessidade de uma ordem social.

Ainda segundo Goffman (1974) o ser age nas esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes e sob diferentes autoridades sem um plano racional geral. No entanto, ao inserir-se numa instituição total, passa agir num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas, com tratamento, obrigações e regras iguais para a realização de atividades impostas.

Este autor afirma que as instituições totais são formadas por dois grupos de indivíduos: “internados” e “equipe dirigente”. Os internados são aqueles que vivem na instituição, mantendo contato limitado com o mundo exterior. Já a equipe dirigente desempenha suas funções dentro das instituições e após cumprir sua carga horária de trabalho, volta a se integrar ao mundo externo.

Nessa relação os “internados” são entendidos como o grupo controlado e a “equipe dirigente” como uma equipe de supervisão. Para Goffman (1974) é evidente que a partir desta polarização dos papéis dos sujeitos, surgem conceitos generalizados e repletos de preconceitos envolvendo os dois lados: os internados são vistos como inferiores, fracos e culpados; ao mesmo modo que a equipe dirigente é tida como condescendente, arbitrária e mesquinha.

A administração rigorosamente formal, denominada por Goffman (1974) de equipe dirigente, baseia-se no discurso de atendimento aos objetivos institucionais, apresentando a tendência de “fechamento” o que vai simbolizar o seu caráter “total”.

O cotidiano dos internatos é marcado por uma rotina intensa, onde surgem inúmeros problemas que geram preocupação, tanto para as autoridades quanto para a sociedade que usufrui desses espaços. A higiene precária, os excessos sexuais, as despesas com manutenção dos dormitórios e a insalubridade física e moral, eram os pontos que mais se discutiam para melhoria desses estabelecimentos de ensino segundo Conceição (2012).

No início do século XX, o discurso higienista⁴ começa a ser largamente difundido como uma tentativa de resolver a situação alarmante de insalubridade e falta de higiene nos internatos. De acordo com Freyre (1968) existiam relatos de onanismo e pederastia ocorridos nesses espaços, práticas que para os higienistas favoreciam a disseminação de doenças como gonorreia e sífilis.

Apesar de existirem prédios que foram planejados para atenderem em regime de internato, existia uma grande parte de estabelecimentos “fechados” que funcionavam em casarões e prédios que foram adaptados, não atendendo os padrões de higiene necessários.

A construção planejada dos prédios que abrigariam os internatos deveria estar de acordo com os fins pensados para a instituição que funcionaria nesses locais. Conceição afirma que

Os edifícios-internatos originalmente planejados eram construídos de acordo com a finalidade educativa a que se propunha a instituição. Assim poderiam ser prédios para o funcionamento de internatos para educandários

⁴Segundo Gondra (2011) o projeto higienista escolar centra-se nos cuidados com a higiene do espaço escolar, do corpo dos educandos e com as leituras utilizadas nas escolas. Para os higienistas a saúde e o bem-estar de toda a comunidade escolar dependiam de hábitos salutarres de higiene, fato que também era essencial para a aprendizagem e para o desenvolvimento físico-mental dos educandos.

(escolas, colégios, ginásios e liceus) ou para fins diversos, não propriamente destinados a uma educação formal, como os orfanatos, asilos, abrigos, recolhimentos, reformatórios, colônias e outros. (CONCEIÇÃO, 2012, p.40)

Segundo Conceição (2012, p.41) a situação de adolescentes e crianças desvalidas nos internatos era extremamente preocupante, na medida em que esses lugares se caracterizavam como “espaços apertados em que os menores ficavam amontoados, vivendo em promiscuidade”.

Ainda de acordo com esse autor, inicia-se assim, na primeira metade do século XX , um movimento para construção e/ou adequação dos prédios onde funcionavam os internatos, com o objetivo de tornar esses espaços apropriados para atender os internos em excelentes condições de higiene e salubridade.

As orientações para construção de novos prédios para funcionamento de internatos incluíam entre outras coisas: ruas tranquilas sem muito movimento e barulhos, deveriam ser afastadas do centro da cidade e distante das proliferações de mosca ou odores fortes. Essas exigências primavam por um ambiente que favorecesse além da higiene, um local favorável a aprendizagem e ao desenvolvimento de bons modos e costumes.

O “dormitório coletivo continuava sendo dominante nos internatos, sobretudo por razões de economia (menos despesas, maior rendimento) e funcionalidade (facilitava o controle dos internos)” e se apresentava como uma ameaça à higiene e salubridade desses locais, pois Conceição (2012, p.42) afirma que “a superlotação dos dormitórios” era algo normal, típico dos internatos da época.

Esse tipo de instalação também facilitava “a vigilância e exigia menos pessoas para controlar os internos”, uma vez que geralmente os dormitórios coletivos eram instalados em grandes salões, sem divisórias, com capacidade para muitas camas, comportando um significativo número de internos em um único espaço. (CONCEIÇÃO, 2012, p.42)

Juntamente com os dormitórios coletivos, havia todo um cuidado com a organização e limpeza dos refeitórios e cozinha. No que tange esses espaços, estabelecia-se que tivessem boa iluminação, que fossem arejados e amplos, assim como deveriam ser limpos constantemente, pois situações desfavoráveis poderiam inibir o apetite dos “internados”, fato que era indesejado pela administração das instituições, pois traria prejuízos ao desempenho do alunado.

A atenção no que se refere aos banheiros dos internatos era intensa, onde os “sanitários e banheiros deveriam ser construídos e dispostos próximo ao dormitório, mas em espaço diferenciado e específico. Além disso, fazia-se necessário observar a proporção de número de privadas por alunos.” (CONCEIÇÃO, 2012, p.44)

Outra dependência imprescindível para o bom funcionamento do internato era a enfermaria, a qual deveria oferecer condições não apenas de tratar os internos afetados por alguma enfermidade, mas, sobretudo de controlar o contágio dos “internados” saudáveis. Sobre as enfermarias, Conceição (2012) afirma que:

Objetivava-se com esta oferecer os cuidados médicos e o recolhimento dos acometidos por alguma moléstia. Uma enfermaria em um internato deveria ser construída separada do corpo do edifício-internato, evitando as contaminações dos alunos sadios. Exigia uma sala ampla, com instalações sanitárias bem ventiladas e a disposição de camas bem espaçadas. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 45)

Podemos concluir, então, que desde o surgimento dos primeiros internatos, sua principal finalidade, era a formação do indivíduo baseada na disciplina e no rigor. A maioria destas instituições estava voltada para a preparação para o trabalho, seja por meio de uma formação específica, doméstica ou religiosa.

2.2 A Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Pará

As discussões aqui expressas foram obtidas em três documentos elaborados por membros da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, os quais são utilizados na formação vocacional de noviças que ingressam na ordem religiosa, para que conheçam a história e os princípios da congregação.

Essas fontes foram encontradas em um arquivo particular da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação. Sua materialidade impressiona pela peculiaridade com que se apresentam, sendo documentos datilografados e encadernados que não foram publicados, confeccionados de forma artesanal, ilustrados através de recortes, fotografias e pinturas.

Essas ilustrações trazem imagens que expressam os ritos católicos, através de santos da Igreja, crucifixos, animais e diversas flores. Trazem também fotografias

de Bispos e Padres que auxiliaram na trajetória da ordem religiosa, assim como de religiosas que ocuparam posições de destaque dentro da congregação.

As fontes históricas foram escritas entre as décadas de 1970 e 1990, não podendo precisar com exatidão o ano e nem quem as escreveu, com exceção de uma delas que é assinada de próprio punho pela Irmã Terezinha de Jesus Annes, uma das religiosas que assumiu a direção geral da congregação no Brasil.

Essas fontes históricas são organizadas em três documentos: 1- História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria com 215 páginas, que trata de sua criação e trajetória; 2- História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil com 215 páginas, que relata a ação das religiosas no país e 3- História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no tempo do comunismo/ Hungria de 1944-1956 com 156 páginas, o qual informa a atuação das religiosas durante a guerra.

Apesar de essas fontes serem escritas por membros da congregação, estando assim permeados por seus interesses, consideramos importantes para a pesquisa uma vez que “[...] o historiador lida com uma temporalidade escoada, como o não visto, o não vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele.” (PESAVENTO, 2012, p.42)

Para produção deste item da seção utilizaremos as informações extraídas de duas das fontes históricas localizadas, sendo a História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria e a História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil.

A origem da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação tem suas raízes no ano de 1860, em Graz na Áustria, onde a congregação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula exercia suas funções religiosas, trabalhando na assistência de enfermos entre 1944 e 1956.

Segundo esse documento, o número de religiosas pertencentes à congregação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo era insuficiente para atender a demanda de doentes. Mediante esta situação os diretores desta ordem o Pe. Vilmos Guilherme Müngensdorf e a Madre Leopoldina Brandisz, escolheram algumas “filhas de Maria” para auxiliar no trabalho assistencial.

Essas meninas eram chamadas de “Irmãs Enfermeiras” ou “Irmãs Pequenas”, demonstrando a hierarquia existente na Congregação. Elas residiam na “Casa Mãe”, no entanto seus aposentos eram separados das irmãs professoras,

aquelas que já tinham ingressado há muitos anos na vida religiosa. (HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO NA HUNGRIA, s.d)

Ainda de acordo com essa documentação, as “Irmãs Enfermeiras” ou “Irmãs Pequenas” estavam subordinadas às Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula as quais deviam obediência incondicional, sendo que o objetivo principal destas religiosas era cuidar de pessoas doentes e sofredoras, independente de suas condições econômicas e sociais.

A vida das novas religiosas na “Casa Mãe” tinha um regulamento próprio denominado Estatuto das Irmãs Pequenas, que foi repassado a elas pela Madre Leopoldina Brandisz, no qual continha todas as orientações que deveriam ser seguidas fielmente pelas novas religiosas. Em relação às orientações para o cumprimento dos estatutos, as irmãs pequenas:

Deviam ler mensalmente os estatutos para que compreendessem todos os seus pontos e parágrafos e para que os pudessem seguir e realizar, assegurando, assim, sua felicidade aqui na terra e na vida eterna. [...] Deviam exercitar-se na virtude da pobreza, obediência e no serviço dedicado aos doentes. Essas virtudes são necessárias para a sua vida espiritual e deveriam ser perfeitas, mas não fazer os votos dessas virtudes. (HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO NA HUNGRIA, s.d, p.6)

A partir de 1892 algumas religiosas nascidas na Hungria, subordinadas a Congregação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula, demonstraram interesse em ingressar para a ordem das “Irmãs Pequenas”. Iniciaram seus trabalhos de assistência aos doentes na Clínica da Universidade de Budapeste e no Hospital das Irmãs da Caridade em Eger.

Para assumirem a vocação de dedicar suas vidas para cuidarem da vida de outrem, as “Irmãs Pequenas” ou “Irmãs Enfermeiras” deveriam ter algumas virtudes: pureza de coração e de intenção, mansidão, humildade, exercício da caridade, santa pobreza, pureza virginal e obediência. As instruções revelam que

Para ser uma Irmã Enfermeira precisam-se almas fortes e perseverantes. Almas as quais para Deus nada é difícil, nada é demais. Almas se entregam a Deus e por Ele são capazes de enfrentar todas as dificuldades apesar de todos os sofrimentos. Não devem esquecer nem nos anos avançados de sua vida, nem nos anos de plena flor, porque entraram na Ordem. Não para terem uma vida agradável, mas entraram para enfrentar dificuldades, trabalhos, sacrifícios. Não são mais seres e pessoas seculares, mas pessoas dedicadas a Deus, que devido a sua vocação devem viver em uma vida humilde sobrenatural. Devem permanecer nesta obediência da

vocação divina. Conforme as palavras do senhor: “Quem põe a mão no arado e olha para trás, não é apto para o reino de Deus.” - Lc. 9,62. (HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO NA HUNGRIA, s.d, p.10)

Ao longo dos anos o número de “Irmãs Pequenas” na Hungria foi crescendo de maneira expressiva, tanto que em 1913, após uma nova convocação das Madres Superiores, o quantitativo de religiosas contava com 90 noviças húngaras, as quais receberam o santo hábito após a cerimônia dos votos sagrados.

Segundo a documentação História das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria, o trabalho vocacional das “Irmãs Pequenas” voltado para o tratamento de pessoas doentes sempre esteve atrelado às orientações espirituais e profissionais das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paula, estando a essas subordinadas desde o início de seu surgimento.

No entanto, como a ordem das “Irmãs Pequenas” estava recebendo forte adesão de novas religiosas, as superiores Irmãs Vicentinas apresentaram um relatório a sede geral de sua congregação em Paris, no qual explanavam sobre a relevância dos trabalhos realizados pelas “Irmãs Pequenas” e a necessidade de reconhecê-las oficialmente enquanto congregação hierarquicamente ligada as Vicentinas. (HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO NA HUNGRIA, s.d, p.10)

Contudo, em 1915 as autoridades eclesiásticas se posicionaram de maneira contrária, uma vez que não encontraram uma solução jurídica de incorporar a congregação das “Irmãs Pequenas” às Vicentinas, pois o regulamento da ordem de São Vicente de Paula sendo rigoroso e imutável, somente admitia o reconhecimento de uma categoria de religiosas em sua ordem.

Esse era um momento muito turbulento para Europa que vivenciava a primeira guerra mundial, na qual a Hungria participava ativamente. Esse fato foi determinante no atraso da organização definitiva da congregação, uma vez que todos os segmentos da sociedade estavam voltados para o conflito europeu.

De acordo com essa documentação, a grande guerra devastava a Europa, sendo que o número de soldados e civis feridos assustavam o mundo e exigia cada vez mais pessoas para trabalhar nos hospitais. Com base nisso, a chefia do serviço médico militar solicitou as Irmãs Vicentinas que designassem algumas religiosas para atuarem na assistência às vítimas de guerra, o que foi prontamente atendido com a autorização de quatro “Irmãs pequenas” para trabalhar em Szombathely, na Hungria.

Para acompanhar o serviço assistencial das “Irmãs pequenas”, as autoridades eclesiásticas enviaram o Cônego João Boda para Szombathely, tendo este assumido a função de orientador e confessor das religiosas. Mas, o sacerdote já conhecia o trabalho das “Irmãs Enfermeiras”, pois há alguns anos havia sido tratado pelas religiosas ao contrair tifo, em um período que uma epidemia assolou a região húngara.

O terror da guerra exigiu das “Irmãs Pequenas” e das Vicentinas uma dedicação intensa aos trabalhos nos hospitais e igrejas, a fim de dar assistência aos que dela necessitavam. Por várias vezes viram-se obrigadas a refugiar-se de bombardeios e ataques, ficando sem abrigo e alimentação.

Conforme o documento História das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria, com o final da guerra em 1918, as “Irmãs Pequenas” começaram a se organizar novamente buscando acolhida das Irmãs Vicentinas. No entanto, a casa de São Vicente de Paula não poderia mais abrigar essas religiosas, uma vez que o número de integrantes das duas ordens tinha crescido consideravelmente, o que iria requerer maiores condições físicas e econômicas, as quais as Vicentinas não dispunham.

Diante desta situação em que se encontravam as religiosas, o Cônego João Boda interferiu junto à Sua Eminência, o Bispo Conde Mikes, para que através do voto tríplice da Diocese de Szombathely, a sociedade das “Irmãs Pequenas” fosse instituída como uma instituição autônoma, tendo seu próprio Estatuto.

Dessa forma, a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação foi fundada em Szombathely, na Hungria, no dia 14 de setembro de 1920, pelo Reverendíssimo Cônego João Boda.

A data que marca o início da trajetória desta ordem religiosa foi escolhida por ser o dia dedicado à festa de exaltação da Santa Cruz, como mostra um trecho da carta que o Cônego João Boda escreveu às irmãs, contido no documento História das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria.

Para que as senhoras também se alegrem, agora posso comunicar-lhes que a Congregação foi definitivamente constituída ontem no dia 14, no dia da festa da Exaltação da Santa Cruz, Graças a Deus, tudo está caminhando bem. Amanhã irei ver sua Eminência, a fim de tratar do assunto. Espero que ele me compreenda, e que aceite nossas solicitações e que nos acolha bem. Agora só vejo as linhas gerais do caso e não posso adiantar pormenores sobre sua evolução, mas tenho certeza que tudo saíra da melhor forma possível, porque não se trata de uma obra humana, mas sim

da obra de Deus. (HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO NA HUNGRIA, s.d, p.29)

Imagem 1: Cônego João Boda



Fonte: HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO NA HUNGRIA

O contexto histórico que caracterizava a Europa do início do século XX foi determinante para o reconhecimento das “Irmãs Pequenas” enquanto Congregação das Servas de Nossa Senhora da Anunciação. O papel que essas religiosas desempenharam no atendimento aos feridos em conflito foi fundamental, não só para que afirmassem a sua relevância social, mas principalmente para que divulgassem a fé católica.

Na época, primeiros anos do século XX, a Hungria passava por uma situação política difícil, pois o Rei Carlos IV havia sido exilado. A Igreja exercia grande influência e buscava expandir seus domínios, tendo a frente o Bispo Conde João Mikes e o pontífice Papa Pio XI.

A Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação tinha outras atribuições além do trabalho com os doentes, como o estudo de seu Estatuto, a organização de sua casa que ficava nos fundos do hospital de Szombathely, além de dedicarem-se a confecção de seu hábito, ritual muito importante, pois a indumentária identificava a ordem.

A Congregação deveria fazer o registro para enviar a Roma, através de uma petição juntamente com fotografia, das irmãs vestindo devidamente o hábito oficial, para que pudesse ser aprovado pelo Papa Pio XI. A elaboração do hábito deveria ter as características definidas pelas irmãs, o qual deveria demonstrar a sobriedade, o desapego material e a postura de modéstia das religiosas, além de primar pelo silêncio e discrição, para que não chamassem a atenção e nem despertassem nenhum tipo de sentimento nas outras pessoas. Assim, as religiosas definiram que:

O hábito deveria ser confeccionado de fazenda preta, com saia pregueada, na frente duas vezes três pregas e na parte posterior duas vezes, oito pregas laterais, com corpete justo, mangas largas. Perguntamos como deveria ser o nosso terço. “Pois é...seja o terço amarrado ao lado esquerdo do hábito, com corrente ou com fita, discutam entre si o assunto: pode ser de cindo mistérios, não muito comprido, para que não faça barulho no chão, quando se ajoelham e não tenham uma caída que possa impedi-las durante o trabalho. Não coloquem nenhuma medalha nele, nem no pequeno terço que vão usar durante as suas orações, a não ser uma medalha junto a conta inicial. Barulho de terço nunca deve atrapalhar as orações e meditações dos outros. (HISTÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO NA HUNGRIA, s.d, p.38)

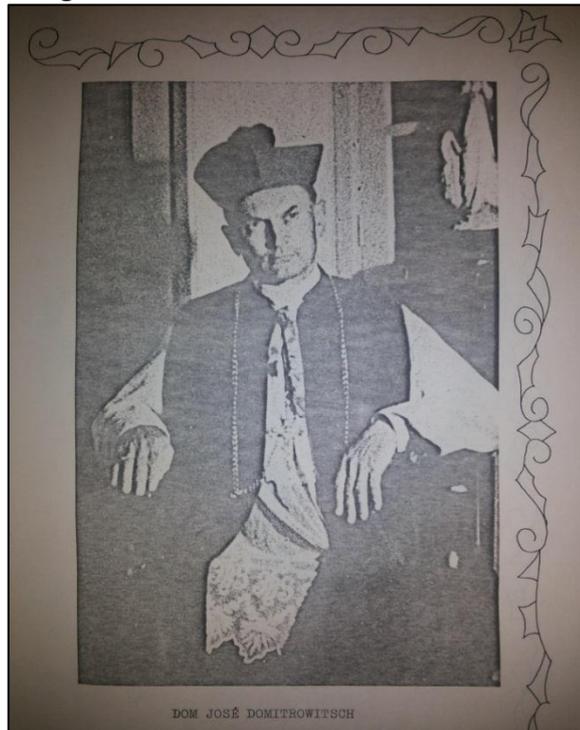
Esse tipo de informação nos possibilita remontarmos uma realidade passada, no qual o processo de elaboração da indumentária das religiosas é permeado por significados, símbolos e representações, que podem evidenciar vários indícios do cotidiano desta congregação. Pesavento aponta que:

A proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar por vezes, incompreensíveis para ele, dado os filtros que o passado interpõe. (PESAVENTO, 2012, p.42)

Em 04 de outubro de 1937 as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação chegam ao Brasil, aportando em Recife, estado de Pernambuco. No período em que estiveram nesta cidade ficaram hospedados na casa das Irmãs Dorotéias, fato que durou duas semanas.

Nascidas na Hungria, as religiosas vieram para o país a convite do então Pe. Salesiano José Domitrowitsch, que conheceu essa congregação religiosa em uma de suas viagens no território húngaro para visitar seus familiares.

Imagem 2: Pe. José Domitrowitsch



Fonte: ANNES, s.d

Esse contato deu-se pelo fato de Pe. José Domitrowitsch ter adoecido gravemente durante o período que esteve na Hungria, tendo ficado internado no Hospital Geral de Szombathely – Sabaria, onde as Irmãs Servas da Anunciação trabalhavam com extrema devoção na assistência aos doentes.

Após seu restabelecimento, Pe. José Domitrowitsch procurou a Madre Geral da congregação Irmã Jacinta para pedir seu auxílio, pois tinha interesse em levar algumas religiosas para atuarem no tratamento de hansenianos no Brasil, especificamente no estado do Pará. No entanto, Madre Jacinta negou o pedido feito pelo padre salesiano, utilizando-se do argumento que o trabalho das Irmãs da Anunciação não era nas missões.

Contudo, Pe. José Domitrowitsch continuou insistindo para que Madre Jacinta autorizasse a ida de religiosas para o Brasil dada a necessidade e a urgência de aumentar o contingente de pessoas envolvidas no combate da hanseníase no Pará.

O Pe. José Domitrowitsch era natural da Hungria, da Ordem dos Salesianos, tendo chegado ao Brasil em meados de 1926 para atuar na catequização de povos indígenas nas missões na Amazônia, participando também de atividades pastorais em diversas paróquias paraenses, inclusive em Ananindeua segundo Jank (2007).

Os esforços deste religioso salesiano em instalar as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil, especificamente no Pará, foram decisivos tanto para alicerçar essa ordem religiosa no país, como também para que elas viessem a atuar na área educacional.

A ideia de trazer religiosas da Hungria para trabalhar em leprosários no Pará foi de religioso mineiro Dom Antônio Lustosa, Arcebispo de Belém, o qual recomendou Pe. José Domitrowitsch que trouxesse pelo menos cinco Irmãs que pudessem dedicar-se com abnegação ao trabalho de atendimento aos hansenianos.

Segundo Jank (2007) enquanto Dom Antônio Lustosa esteve à frente do arcebispado de Belém, em um período que durou dez anos, foi um sacerdote muito atuante. Embora o estado paraense fosse muito extenso e as dificuldades em transitar por seus municípios fossem muito grandes, o religioso visitou todas as comunidades que congregam a Arquidiocese de Belém.

Após algumas tentativas, Madre Jacinta concorda em designar religiosas para o Brasil, mas devido o risco que a missão oferecia, resolveu consultar as Irmãs para que todas estivessem cientes da situação que iriam enfrentar.

Na terceira vez quando Pe. José Domitrowitsch pediu as irmãs, a Madre Jacinta vendo neste pedido um apelo de Deus e como esta não podia dar uma resposta antes de consultar as irmãs enviou uma carta circular para cada casa, para verificar se algumas das irmãs estavam dispostas a dar seu “sim” espontâneo como fez Maria a fim de sair de sua terra e ir atender o apelo de seus irmãos necessitados. A bondosa Madre Jacinta escreveu que todas pensassem bem porque era uma missão muito séria, porque a lepra sendo uma doença contagiosa e se alguma das irmãs contraísse a lepra nunca mais poderia sair do leprosário e voltar para a sua Pátria. (ANNES, s.d, p.4)

Um significativo número de Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação aceitou a missão, sendo que trinta religiosas se dispuseram a vir para o Brasil, mas somente cinco foram autorizadas, sendo elas: Ir. Inácia Isabel Maté, Ir. Kapistrana Katalin Kocza, Ir. Sinforosa, Ir. Dolorosa Verônica Stáber e Ir. Coronata Elisabet Tersár, como esta última teve problemas referentes à documentação necessária para a viagem, foi substituída pela Ir. Úrsula Verônica Jurescaka, que igualmente havia aceitado a missão.

Alguns contratempos ocorreram fazendo com que a data da viagem fosse alterada algumas vezes. Como alguns padres salesianos também vinham para as missões no Brasil, as Irmãs da anunciação deram por providencial tais adiamentos,

uma vez que teriam mais tempo para organizar os documentos e o enxoval que tinham preparado para levarem para sua nova morada.

Foi organizada uma cerimônia de despedida presidida pelo religioso José Grösz, o qual celebrou a Santa Missa, onde fez uma reflexão sobre o texto bíblico no qual “Deus falou a Abraão: deixe a tua casa e ide à terra que te mostrarei.”.

No momento houve uma comoção muito grande, onde familiares e religiosos se emocionaram muito ao ter que afastar-se de seus entes queridos diante daquela situação. Referindo-se a este episódio, a religiosa revela que:

Ninguém ficou insensível e todos os pensamentos voltaram-se para os que estavam presentes e iam deixar seu torrão natal, suas famílias, suas casas, partindo para uma terra longínqua...desconhecida. Parecia, no momento que todos estavam participando de um enterro coletivo. (ANNES, s.d, p.7)

O grupo de Irmãs da Anunciação juntamente com oito padres salesianos, entre eles o Pe. José Domitrowitsch e seu irmão seminarista Estevão Domitrowitsch, partiram rumo ao Brasil no dia 17 de setembro de 1937. O percurso começou pela Itália, onde conheceram alguns lugares como hospitais e igrejas, assim como várias cidades, incluindo Roma.

No dia 25 de setembro de 1937 as Irmãs da Anunciação e os padres salesianos chegam à cidade de Nápoles, último ponto terrestre da viagem até o Brasil, onde as 14 h saíram a bordo do transatlântico “Neptonia” em uma viagem que duraria alguns dias.

As religiosas despediram-se com pesar da Madre Jacinta, pois apesar de terem aceitado participar espontaneamente das missões, tinham por sua superiora grande afeto e respeito. Na ocasião do adeus às Irmãs da Anunciação, Madre Jacinta pronuncia as seguintes palavras:

Minhas filhas de coração sangrando deixo-vos partir para a Missão. Deixais muita falta, porque a messe aqui também é grande, mas confio em deus que recompensará o sacrifício de vossos trabalhos. Pode ser que daqui a alguns anos vocês serão a semente que salvarão a nossa Congregação. (ANNES, s.d, p.9)

Depois de uma longa viagem as Irmãs da Anunciação chegam a Belém em 04 de novembro de 1937 a bordo do navio Comandante Ripper. Tão logo chegaram, acompanhadas pelo Pe. José Domitrowitsch foram resolver questões burocráticas referentes a documentos pessoais e autorização para permanecerem no estado.

Inicialmente as Irmãs da Anunciação ficaram hospedadas na casa das Irmãs de Sant'Ana, local onde funciona o Colégio gentil Bittencourt. No entanto, como as religiosas húngaras ainda não dominavam o idioma local, fez-se necessário que aprendessem a comunicar-se para somente depois assumirem a missão para que foram designadas.

Dessa forma, as Irmãs da Anunciação foram levadas para o Orfanato de Santa Isabel, localizado no município de Santa Isabel do Pará, que também era ligado a congregação das Irmãs Filhas de Sant'Ana e onde hoje funciona o Colégio Antônio Lemos. O objetivo era auxiliar na socialização das Irmãs da Anunciação, para que elas aprendessem o nosso idioma e se habituassem ao lugar onde viveriam. Sobre essa relação, observemos o seguinte trecho:

Dom Lustosa entrando num acordo com as Irmãs de Sant'Ana levou as irmãs para o Orfanato de Santa Isabel e lá elas ficaram até o final do mês de dezembro. As Irmãs de Sant'Ana foram as primeiras professoras das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação. (ANNES, s.d, p.12)

De acordo com Pimenta (2012) a Ordem das Filhas de Sant'Ana foi fundada na Itália pela Ir. Rosa Gattorno, tendo chegado ao Pará em 1884 para se dedicar aos cuidados de enfermos no Hospital Bom Jesus dos Pobres, posteriormente sendo denominado de Santa Casa de Misericórdia do Pará.

As Filhas de Sant'Ana tiveram uma intensa atuação em nosso estado, prestando serviços em diversos hospitais e assumindo a direção de renomadas instituições educativas, dentre elas: Orfanato Antônio Lemos, Colégio Gentil Bittencourt e Colégio Santa Rosa conforme Pimenta (2012).

Para Pimenta (2012, p.105) essas religiosas “desenvolveram importante trabalho administrativo e educativo, em um período em que a educação para a mulher ainda era pensada para que esta fosse a mãe amorosa, a habilidosa e dócil dona do lar”.

Logo nos seus primeiros dias no Pará as Irmãs da Anunciação, em companhia de Pe. José Domitrowitsch e de outros salesianos, foram visitar o leprosário da Colônia do Prata, no município de Igarapé-Açú, local onde deveriam alojar-se definitivamente a fim de atender as pessoas afetadas pela hanseníase.

De acordo com Costa (2013) a Colônia do Prata foi o primeiro leprosário agrícola do Brasil, edificado para abrigar o grande número de hansenianos existente no estado, especificamente os vindos das áreas mais afastadas do interior do

estado. Segundo a autora, “o agravamento das condições de infraestrutura do Asilo do Tucunduba⁵, bem como do considerável avanço da hanseníase nos anos de 1924 a 1925, marcou a emergência da Colônia do Prata fundada em 1923. (COSTA, 2013, p.88)

A hanseníase no estado crescia a passos largos, sendo que os municípios de Cametá, Bragança, Soure e Mosqueiro eram os mais atingidos. A União, em parceria com o Estado daria o suporte financeiro para construção de um novo leprosário, o qual deveria ser construído em uma grande área para cultivo, com certa facilidade de comunicação e o mais próximo possível da capital de acordo com Costa (2013).

Em relação à iniciativa de se criar um novo leprosário para atendimento da excessiva demanda de hansenianos no Pará, Costa (2013) afirmar que:

A idéia de fundação da colônia do Prata foi concebida pelo então chefe do Serviço de Saneamento Rural do Pará, o Dr. Heraclides César de Souza Araújo que em Julho de 1921 havia assumido a direção do asilo do Tucunduba, três dias depois de haver sido instalado no Pará o serviço de Profilaxia da Lepra. Segundo o próprio Souza Araújo (1924) sobre os condicionantes que, nessa época, o levaram a idealizar a construção do novo asilo. (COSTA, 2013, p.91)

Quando as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação chegaram à colônia foram recebidos pelo então Diretor Sr. Alfredo Bluth, que os levou até as dependências da instituição, mostrando os pavilhões que abrigavam os doentes e a casa em que as religiosas iriam residir.

Nesse primeiro contato com o leprosário as Irmãs da Anunciação ficaram estarecidas com a situação dos hansenianos que se encontravam em grande número e em estágio avançado da doença. As religiosas demonstraram seu sofrimento em ver as “pessoas deformadas, sem dedos nas mãos, os pés alejados, outros com o corpo cheio de feridas, outros com o rosto deformado e triste. As Irmãs ficaram penalizadas em ver até as crianças de 04 a 10 anos atacadas por esta terrível moléstia”. (ANNES, s.d, p.13)

A hanseníase é uma doença que sofre forte preconceito desde os primórdios de sua existência, sendo vista como sinais de impureza, de pecado e de castigo divino, como demonstram as escrituras sagradas.

⁵ Instituição asilar criada em 1815 pela Santa Casa de Misericórdia para abrigar e tratar de doentes acometidos pela Lepra, sendo extinto em 1838.

Podemos encontrar no antigo testamento no livro de Levítico, nos capítulos 13 e 14, uma série de orientações sobre a doença e seus sintomas. Segundo esse livro, os sacerdotes tinham a missão de diagnosticar e tratar a doença, sendo que nesta época a enfermidade era interpretada pelo prisma da religião, ou seja, não havia um cunho científico, portanto não havia tratamento médico adequado que gerasse possibilidades de cura e/ou controle da hanseníase.

Esta enfermidade era relacionada à fraqueza humana oriunda de pecados e devia ser combatida com sacrifícios, purificações e rituais, que incluía desde a queima de objetos pessoais, até a proibição de contato com aqueles considerados impuros.

Para ilustrar esta afirmativa, o qual relata muito bem tanto a função dos sacerdotes que curavam pelos desígnios divinos, quanto à necessidade de se purificar e segregar o indivíduo acometido pela hanseníase veja - se a passagem bíblica de Levítico na qual:

Disse o senhor a Moisés e a Arão: O homem que tiver na sua pele inchação, ou pústula, ou mancha lustrosa, e isto nela se tornar como praga de lepra, será levado a Arão, o sacerdote, ou a um de seus filhos sacerdotes. O sacerdote lhe examinará a praga na pele; se o pelo na praga se tornou branco, e a praga parecer mais profunda do que a pele da carne, é praga de lepra; o sacerdote o examinará e o declarará imundo. Se a mancha lustrosa na pele for branca e não parecer mais profunda do que a pele, e o pelo não se tornou branco, então, o sacerdote o encerrará por sete dias o que tem a praga. (BÍBLIA, 2009, p. 133)

Observamos uma preocupação milenar em identificar os acometidos pela hanseníase para então impor-lhes o devido tratamento, seja na tentativa de lhes recuperar a saúde ou de lhes afastar do convívio social para que não contaminem os sãos.

A Igreja exerceu grande influência no tratamento e no combate da hanseníase em todo o mundo, onde “cumpriu importante papel no controle e na produção de uma atitude resignada de aceitação da sua condição de “doente” que deveria viver fora do convívio social com os ditos normais.” (COSTA, 2013, p. 62)

O mesmo autor afirma também que durante os séculos XVIII e XX a maior parte do território europeu ainda adotava o isolamento com tratamento para as vítimas da hanseníase. No Brasil, desde os últimos anos do século XVIII, os hansenianos passaram a ser atendidos nos “lazaropólis” espalhados por todo o país,

os quais proliferaram com o crescente número de casos existentes, e com a necessidade de recolher os doentes andarilhos.

Conforme Costa (2013), no início do século XX a hanseníase era endêmica na maioria das regiões brasileiras, pois se alastrava de forma progressiva e estava fora do controle das autoridades. Dentre os fatores que favoreciam o crescimento da hanseníase no Brasil estavam às condições precárias de vida da população e uma medicina pouco avançada em relação ao mapeamento da doença.

No Pará, a Colônia do Prata tinha como finalidade tratar e abrigar os hansenianos, em especial os que residiam no interior do estado, no sentido de mantê-los afastados como medida preventiva, para evitar a disseminação da doença no meio da sociedade. Esse fato caracteriza o que chamamos de segregação compulsória⁶, onde todo portador de hanseníase deveria ser afastado do convívio da sociedade, para preservá-la do contágio da doença. Costa (2013) refere que:

No bojo das políticas destinadas à assistência dos Hansenianos no Pará do século XX, um conjunto articulado de saber-poder médico e político cuidará para que os “lazarentos” sejam submetidos a práticas institucionalizadas capazes não apenas de isolá-los em proveito dos sãos, mas de produzir determinados tipos de subjetividades marcadas, estigmatizadas e “desclassificadas” por influência, sobretudo, do saber médico veiculado à época, um saber- poder capaz de influenciar os modos de conceber e tratar os chamados desvalidos. (COSTA, 2013, p. 72)

No momento em que Dom Antônio Lustosa, arcebispo de Belém, teve certeza que as Irmãs Servas da Anunciação viriam para o Brasil, deu início a instalação da Paróquia de São Jorge, distante três quilômetros de onde as religiosas iriam morar na Colônia do Prata, sendo que este leprosário pertence a referida paróquia, sendo administrado pela Igreja, mantido através de doações e por escassos recursos repassados pelo governo.

O leprosário da Colônia do Prata contava com a solidariedade do Pe. Duboi da Congregação dos Barnabitas, da paróquia de Santa Isabel, que mediante a situação de penúria em que se encontrava o leprosário dispunha-se a ajudar arrecadando por meio de doações utensílios domésticos, máquinas de costuras, roupas, cortes de fazenda, etc.

A distribuição desses donativos era realizada na época de Natal, sendo que no ano de chegada das religiosas húngaras no Pará, as mesmas participaram da

⁶ Isolamento social obrigatório imposto pelo governo às pessoas diagnosticadas com hanseníase.

entrega juntamente com o Pe. Duboi para que aprendessem como este religioso organizava essas atividades, uma vez que as Irmãs da Anunciação seriam as responsáveis por desenvolvê-las nos próximos anos. O Pe. Duboi além de ter se tornado amigo das religiosas, também se tornou para elas uma espécie de orientador espiritual e material.

O número de vocações recebidas pela Congregação das Irmãs Servas da Anunciação cresceu sensivelmente após o estabelecimento de religiosas húngaras no Pará, tendo chegado quase ao número de 400. A congregação atribuía este aumento (ANNES, s.d) ao fato das irmãs terem se doado para o tratamento dos hansenianos no Pará. Para as religiosas, a profecia de Madre Jacinta tinha se cumprido, Deus havia recompensado o vosso sacrifício, multiplicando a quantidade de irmãs a serviço da fé cristã.

Os primeiros anos no leprosário foram muito difíceis, pois não conheciam os costumes brasileiros e o clima era totalmente oposto ao europeu. Além disso, tanto os doentes quanto os funcionários se recusavam a aceitar o trabalho das religiosas.

Podemos notar a presença de diversos conflitos no ambiente, gerando um clima hostil nas relações.

Nos primeiros tempos havia forte resistência em acolher as irmãs, pois a maioria não queria sair do seu comodismo, viam a visita das irmãs com maus olhos, não ligavam para o que elas falavam, não davam valor para sua presença e seus ensinamentos. Muitos chegavam até a não abrir as portas quando estas iam visitá-los. Para as irmãs ganharem a confiança dos doentes custaram muitos sacrifícios, morte, renúncia. Elas deixaram tudo para dar a eles a vida, promovê-los, valorizá-los, fazê-los viverem com dignidade de pessoas e filhos de Deus, mas eles resistiram. (ANNES, s.d, p.17)

Não podemos esquecer que os dados que estamos utilizando fazem parte de um documento elaborado pela congregação, assim sendo, é permeado por filosofia e interesses próprios da Igreja. É inegável que as irmãs tinham propósitos religiosos de caridade e solidariedade ao próximo, no entanto não sabemos se no desenvolvimento de suas atividades as religiosas tinham algum tipo de comportamento ou atitude que desencadeasse essa rejeição por parte dos doentes e funcionários.

Inicialmente as irmãs trataram de higienizar e organizar as instalações de maneira adequada, para isso contaram com a ajuda dos doentes cujo estado de saúde não era tão grave, os quais aos poucos iam se aproximando e se colocando a

disposição para auxiliá-las. A limpeza envolvia todas as áreas do leprosário como: enfermaria, quartos, cozinha, dispensa, banheiros, lavanderia e o grande quintal existente na propriedade no qual as irmãs juntamente com os doentes plantavam flores, frutas e verduras. (ANNES, s.d)

Segundo este documento, as irmãs preocuparam-se em organizar um sistema de visitas de familiares e amigos, onde aproveitavam essa oportunidade para conhecer melhor a família das pessoas afetadas pela hanseníase. Nas conversas mantidas com os visitantes, as perguntas mais frequentes realizadas pelas religiosas eram: Se eram casados em alguma igreja? A qual religião pertenciam? Se eram praticantes? Após as conversas, os familiares eram orientados a procurar o padre a fim de resolver seus “problemas”.

Podemos perceber uma forte preocupação das religiosas em fazer com que os doentes e suas famílias aderissem aos sacramentos da Igreja, em especial aos da comunhão e confissão, dada as condições de moléstia dos doentes. Contudo, também era uma forma de adquirir novos adeptos e fortalecer a religião católica, a qual pertencia a sua congregação.

O estado físico e emocional dos hansenianos era crítico, uma vez que o estigma atribuído à doença trazia um desgaste intenso para todos. Não obstante, as condições financeiras eram complicadas, onde os gastos para manter a instituição eram bem superiores às verbas e doações recebidas.

Na tentativa de ajudar na manutenção do leprosário e dar uma ocupação as mulheres doentes, as irmãs se mobilizaram para montar uma sala de costura e bordado. As peças confeccionadas seriam destinadas aos doentes para que se vestissem de maneira mais apropriada e o restante seria vendido em bazares. Concomitante, os doentes do sexo masculino trabalhavam no plantio de legumes e cereais, assim como na produção de farinha. Essas atividades ocasionavam bem estar aos doentes que sentiam satisfação em trabalhar, uma vez que:

A doença da lepra traz desânimo ao ser humano pelo fato de isolar-se o doente da família e da sociedade. Muitos perdem a fé, revoltando-se quando doentes, e vivem sem fazer nada pensando em sua sorte durante semanas e meses, mas quando por meio das irmãs eles descobriram que mesmo doentes podiam trabalhar e serem úteis aos outros, isso trouxe-lhes uma nova esperança e novo ânimo para viver. (ANNES, s.d, p.21)

Contudo, essa preocupação em proporcionar aos hansenianos uma série de atividades, remete a outra questão típica das instituições totais, que seria a prática

de controlar o tempo e o espaço dos indivíduos, através do trabalho, da disciplina e de regras definidas. Para ratificar essa afirmativa, Costa (2013) aponta que:

No Estado do Pará a prática de isolamento de Hansenianos no século XX no interior das colônias envolvia o cumprimento rígido de normas disciplinares que sob a denominação de “normas de liberdade” encarregavam-se de estabelecer o controle dos corpos e assim a ordem naqueles espaços. (COSTA, 2013, p.62)

Havia uma preocupação das irmãs em oferecer na colônia entretenimento e lazer aos hansenianos. Aconteciam apresentação de danças, cantores e programações teatrais, sempre com artistas vindos de Belém e que divulgavam sua arte sem ônus para o leprosário.

No ano de 1947 após passar alguns anos trabalhando nas missões no estado do Amazonas, o Pe. José Domitrowitsch, responsável pela vinda das irmãs Anunciadas para o Brasil, retorna ao Pará para assumir a Paróquia de Nossa Senhora das Graças em Ananindeua.

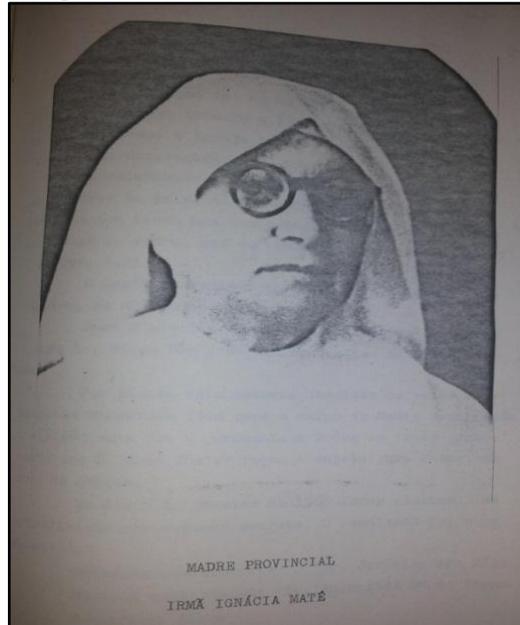
Em uma visita ao Leprosário do Prata para reencontrar as irmãs que trouxera da Hungria e conhecer o trabalho que desenvolviam, o sacerdote ficou indignado com a situação das religiosas que desempenhavam suas funções em condições inóspitas e em número reduzido de vocacionais. O Pe. José Domitrowitsch recorreu a D. Massa, então bispo das missões salesianas, para que solicitasse a Casa Mãe na Hungria que enviasse mais religiosas para atuarem no leprosário.

Após alguns meses, chegam da Hungria mais seis religiosas para assumirem o trabalho na Colônia do Prata. Assim sendo, as primeiras Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação foram transferidas para o município de Ananindeua, a convite de Pe. José Domitrowitsch para assumirem uma nova missão: administrar uma escola para formação de meninas.

No dia 30 de janeiro de 1965, na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação em Ananindeua, aconteceu um fato histórico para a Congregação, trata-se da reunião para eleição da Madre Provincial no Brasil, sendo presidida por D. Alberto Gaudêncio Ramos.

Na ocasião, a Irmã Inácia Isabel Maté foi eleita com a maioria dos votos, assumindo a direção geral da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil.

Imagem 3: Irmã Inácia Isabel Maté



Fonte: (ANNES, s.d)

A presença das Irmãs Anunciadas na educação paraense na primeira metade do século XX foi muito forte. No período de 1954 a 1958 as religiosas assumiram o Instituto Preventório Santa Terezinha que acolhia e educava crianças filhos de doentes de tuberculose e hanseníase. No entanto, as dificuldades financeiras fizeram com que as irmãs deixassem os trabalhos no preventório⁷, passando as obrigações para a autoridade do governo.

2.3 A Criação da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

Para compreender o processo de criação da instituição educativa objeto desta pesquisa, é necessário que se faça primeiramente uma abordagem política e econômica do contexto brasileiro e regional dos primeiros anos do século XX, período de fundação da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação.

Segundo Petit (2003), o Pará teve seu auge político e econômico no começo do século XX com a intensa produção de látex que caracterizou a era da borracha.

⁷ A partir da década de 1930, além dos leprosários criados para atender o crescente número de pessoas diagnosticadas com hanseníase, criam-se os preventórios para abrigar as crianças filhas de pais hansenianos. Essas crianças não precisavam estar com hanseníase, somente o fato dos pais serem afetados pela doença, já era o suficiente para retirá-las do convívio social. Essa foi uma das medidas do governo para tentar controlar o avanço da doença no país.

No entanto, o estado afastou-se do cenário nacional quando a atividade nos seringais amazônicos para extração do látex entrou em declínio após a década de 1920.

Sarges (2002) afirma que o progresso decorrente da economia da borracha, fez com que o estado do Pará passasse a conviver com conflitos e transformações urbanas de naturezas diversas como alcoolismo, aumento do número de mendigos, delinquência, prostituição, doenças, problemas sanitários, entre outras mazelas resultantes de um processo de modernização não planejado.

Contudo, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do país em 1930, seu governo favoreceu a integração paraense ao restante do território brasileiro. No entanto, o Pará não foi o único a ser envolvido por esta política integralista, mas a Amazônia como um todo, que passou a ter os cuidados do governo federal, que tinha como objetivo promover a unidade nacional, ocupando as regiões menos habitadas do Brasil. (PETIT, 2003)

Com a Revolução de 1930 a política paraense se destaca através da figura do tenente-coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata que se caracterizou como a principal liderança política do Pará do século XX, o qual fortaleceu seu poder político com o apoio das bases populares. Petit (1996), assim se refere à política Barata, onde o Interventor Federal:

Começou a implementar o ensino público, modernizar a administração e construir estradas para o interior; reduziu os aluguéis residenciais e congelou-os por doze meses; deu assistência jurídica gratuita à população e organizou no palácio do governo audiências públicas que tinham a participação de centenas de pessoas. (PETIT, 1996, p. 26)

De acordo com Petit (2003), durante a era Vargas o número de migrantes no estado elevou consideravelmente, onde pessoas naturais de outros estados brasileiros buscavam oportunidades de trabalho no Pará, seja na extração do látex, matéria prima da borracha, ou na agricultura para cultivo de pimenta-do-reino, cacau, entre outros. Essa migração como parte do plano de reintegração do Governo Vargas, foi decisiva para colonização no Pará.

Nesse sentido, Sarges (2002) afirma que entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as atividades econômicas da Amazônia, incluindo-se o estado do Pará, estavam voltadas principalmente para o extrativismo da borracha. “Em decorrência da nova economia que se instala, novos contingentes

chegam à cidade imprimindo uma ampliação e modificação na paisagem do seu urbano”. (SARGES, 2002, p.52).

No ano de 1942, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo, onde um dos pontos principais era incentivar a produção do látex na Amazônia, uma vez que neste período havia eclodido a segunda guerra mundial e os países Aliados não podiam abastecer-se dos produtos asiáticos. Petit (1996, p.28) coloca que “a “guerra da borracha” e a prolongada seca que afetava o Nordeste foram responsáveis pela chegada de grandes contingentes migratórios à Amazônia”.

Para Sarges (2002) esse processo migratório desenfreado na Amazônia fez com que a urbanização ficasse restrita as capitais, criando espaços periféricos para abrigar a classe trabalhadora desfavorecida. A autora aponta que a Belle- Époque:

Imprimia desse modo, a redefinição do espaço urbano, a redistribuição dos locais destinados aos serviços sanitários e o emprego de mecanismos de controle dos hábitos da população, o que tornava bastante visível a distinção entre a área central da cidade, destinada aos ricos burgueses “desodorizados” e “higienizados” e as áreas “periféricas” destinadas à população trabalhadora pobre (SARGES, 2002, p.155).

Corroborando com Sarges (2002), apontamos que essa migração ocorrida no início do século XX foi responsável pela ocupação de grandes áreas no nosso estado e determinante para a consolidação de novos municípios paraenses, entre eles Ananindeua, município em que está localizada a instituição educativa objeto desta pesquisa.

Em relação à colonização do município de Ananindeua podemos afirmar segundo Almeida (2010), que o processo se deu de maneira branda e gradual, tendo iniciado ainda no Brasil Império através do movimento social Cabano, tendo se intensificado no início do século XX. De acordo com o autor

Foram os ribeirinhos e caboclos que se estabeleceram na localidade do rio Maguary, na época do Movimento Revolucionário da Cabanagem, procedentes de várias localidades do Estado do Pará. O rio Maguary é, portanto, o núcleo urbano mais antigo de Ananindeua e onde estão sedimentadas suas raízes históricas e culturais. (ALMEIDA, 2010, p.61)

Conforme Mendes (2003) o município de Ananindeua está localizado a 19 quilômetros de Belém, capital do estado do Pará, tendo sido criado pelo decreto-lei estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, o qual foi promulgado pelo

Interventor Federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, sendo que sua instalação deu-se em 03 de janeiro de 1944.

A origem da denominação do município tem algumas versões, sendo que a mais aceita atualmente trata que o lugar recebeu este nome em virtude da abundância das árvores de Ananin em seu território. O Ananin é uma árvore de médio porte que produz uma resina conhecida como cerol que apresenta grande utilidade, seja no uso medicinal ou industrial, servindo pra calafetar embarcações, assim como produzir cordas e tochas. (ALMEIDA, 2010).

Imagem 4: Município de Ananindeua – Década de 1940



Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/ananindeua

Conforme nos aponta Almeida (2010) o nome Ananindeua tem sua origem na língua tupi guarani, onde “ananin” faz referência à árvore e “deua” significa dar. A nomenclatura Ananindeua significa então, que “deu muito ananin”, ou seja, tem muitas árvores de “ananin” nesse lugar.

A sede do município de Ananindeua foi se estabelecendo nas proximidades da estação ferroviária que fazia parte da Estrada de Ferro de Bragança. Esse complexo ferroviário foi determinante para o estabelecimento deste município, se caracterizando como principal marco do lugar, pois era através dele que a produção agrícola e econômica escoava para diversas cidades do estado. (MENDES, 2003).

Imagem 5: Estação da estrada em Ananindeua - Década de 1950



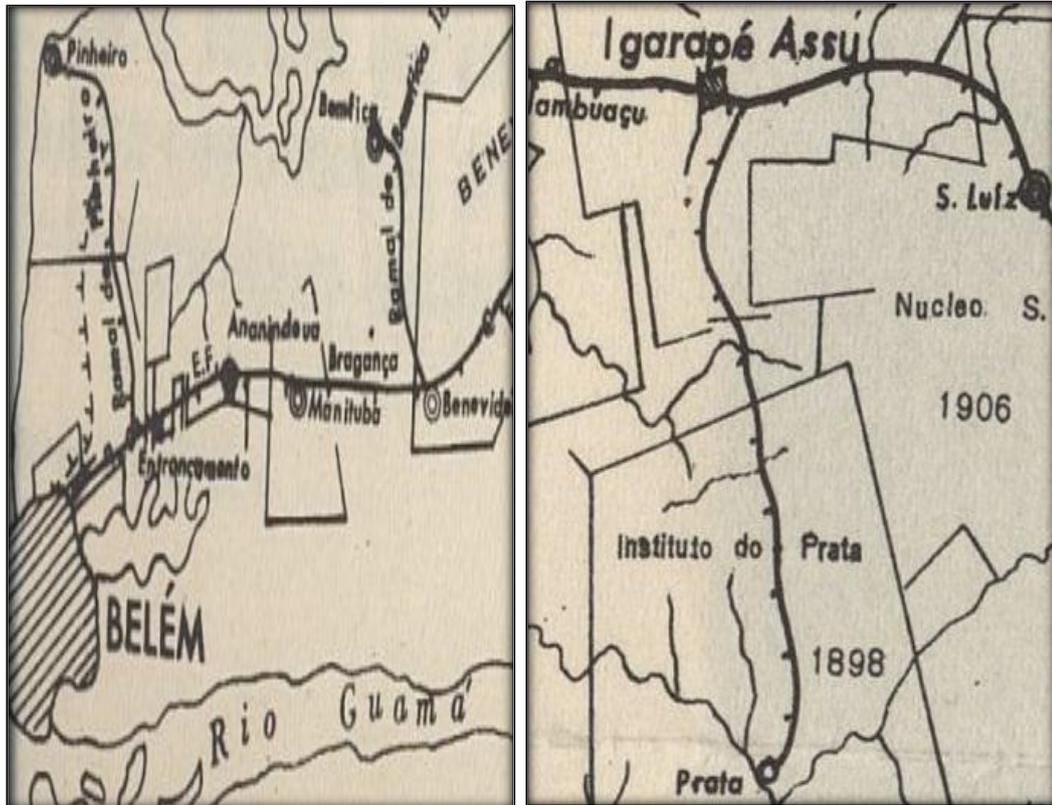
Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/ananindeua

O estudo de Mendes (2003) aponta que a Estrada de Ferro Belém-Bragança foi construída entre os anos de 1883 a 1908, sendo que suas operações foram encerradas em 1964.

Tanto a Estrada de Ferro de Bragança quanto o Curtume Maguary, que ficava as margens do rio de mesmo nome, contribuíram para o processo de colonização e para a consolidação do município de Ananindeua. Segundo Almeida (2010) a colonização neste município:

[...] também se processou por retirantes nordestinos em busca de oportunidade de trabalho nos engenhos, o que resultou no povoamento onde hoje é a sede do referido município e os arredores circunvizinhos. A partir da Estrada de Ferro Bragança até a instalação de um curtume chamado Maguary, em referência ao nome do rio citado anteriormente, criou-se um eixo de interligação com a cidade de Belém. (ALMEIDA, 2010, p.60)

Imagem 6: Mapas com o percurso da estrada de ferro Belém-Bragança



Fonte: : www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/ananindeua

No ano de 1947 as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação chegam ao município de Ananindeua, trazidas Pe. José Domitrowitsch para por em prática o projeto concebido por este religioso de administrarem uma escola religiosa em regime de internato, voltada para atender meninas desvalidas na maioria, vindas de famílias vítimas de hanseníase.

Em 1949 as obras de edificação do prédio terminaram e as irmãs passaram a residir na casa da congregação. Esse espaço localizou-se às margens da BR-316 por onde passava a Estrada de Ferro de Bragança (imagem 6 acima), abrigando definitivamente a instituição confessional que recebeu o nome de “Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação”, a qual apresentou desde a sua criação um caráter fechado.

Fotografia 1: Corredor da escola atualmente.



Fonte:Arquivo da Autora Faneide Pinto França Bitencourt, 2015.

A Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação atendia meninas desvalidas, na maioria filhas de hansenianos, ofertando além do ensino primário, diversas atividades como: bordado, pintura, corte/costura, culinária, avicultura, horticultura e criação de suínos. As meninas participavam também das celebrações religiosas como forma de cultivar a fé cristã preconizada pela instituição.

Toda instituição escolar tem sua finalidade, a que e a quem se destina. No caso da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, a formação das meninas era norteadas por valores religiosos, envoltos em um contexto de reafirmação dos princípios da Igreja. Para tanto, Magalhães (1999) aponta que:

[...] a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os actores, os conteúdos, inseridas num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionamentos e às circunstâncias. (MAGALHÃES, 1999, p.68)

Tomando como referência os estudos de Goffman (1974) em relação às instituições totais podemos afirmar que esta instituição estava sob o comando das Irmãs Anunciadas seguindo alguns padrões característicos da totalidade, uma vez

que suas administradoras haviam sido formadas em um convento, depois passaram a trabalhar em um leprosário e depois assumiram a escola interna.

Dessa forma o caráter total, voltado para o controle do tempo e do espaço, com regras e normas bem definidas, sob o comando de uma equipe dirigente, esteve presente no cotidiano dessas religiosas desde o início de sua formação, refletindo certamente em suas práticas essa totalidade, fazendo com que este fato fosse marcante no desempenho de suas funções dentro da escola doméstica.

As instituições escolares que funcionavam em regime de internato, apresentavam geralmente como característica fundamental a formação para o trabalho, baseada na disciplina e organização das tarefas em espaço coletivo.

Segundo Foucault (2004) a disciplina/poder disciplinar, pode ser entendido como um mecanismo de controle do corpo, do espaço e do tempo no interior das instituições fechadas. O indivíduo submetido a esta disciplina/poder disciplinar, se torna dócil, útil e passivo diante das atividades propostas.

Para Nossella e Buffa (2009), as instituições escolares se caracterizam como espaços de socialização de conhecimentos e experiências, dotados de singularidade, envoltos em diversas culturas, regras próprias, debates e conflitos variados. Segundo os autores, uma das fases fundamentais de uma pesquisa sobre instituição escolar deve ser o movimento de construção de sua história, onde suas particularidades podem ser notadas evidenciando o papel dos sujeitos que dela fazem parte.

Dessa forma, compreender a trajetória da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, buscando esclarecer os caminhos percorridos, assim como os sujeitos que fizeram parte do contexto, é essencial para conhecermos o cotidiano da instituição, permitindo assim rememorarmos sua história.

No ano de 1949 Pe. José Domitrowitsch foi nomeado bispo das missões amazônicas, afastando-se do trabalho de orientação às irmãs anunciadas, tendo estas que assumirem as obras e a administração da escola sem a colaboração do padre salesiano. A missão era árdua, pois o número de meninas crescia a cada dia, sendo que o espaço e os recursos para atendê-las eram insuficientes.

Segundo o documento da História das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil, a manutenção da escola era realizada pela congregação através de recursos repassados pelo Ministério da Justiça e pela LBA, ambas de

serviço à assistência ao menor, além de outras doações feitas pela comunidade e de alguns eventos realizados para angariar fundos, como quermesse, bazar e feiras.

Além da escola doméstica, as irmãs incluíram o noviciado na instituição com a finalidade de formar religiosas paraenses. No ano de 1952, a noviça Irene Maria Alves de Souza fez seus votos e tornou-se a primeira Irmã Anunciada brasileira, recebendo a partir de então o nome de Irmã Maristela em demonstração de despojamento da vida material, em exaltação de uma entrega total a serviço da Igreja.

Na terceira seção deste trabalho tratamos da formação das meninas órfãs, desvalidas e pensionistas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, focalizando o processo educativo e a vida cotidiana no internato, compreendidas como parte da dinâmica educativa da instituição.

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE MENINAS NO INTERNATO

Na sociedade do final do século XIX e início do século XX encontramos não apenas preocupações disciplinares, mas também higiênicas e moralizadoras do espaço social, que abrangiam o controle sobre o espaço e tempo públicos, incluídas aí a moralização dos costumes, a fiscalização da circulação de vadios, prostitutas, mendigos, os personagens que deveriam ser punidos e os que deveriam ser protegidos, nesse caso, destacando-se as crianças em situação de desamparo. Os colégios católicos (mas não somente eles) tornam-se, portanto, aliados dos poderes constituídos na retirada dessas crianças dos espaços públicos ou de famílias que não podiam manter, na formação e recolocação posterior das mesmas na vida social. (NETO, 2014, p.4)

Em meados do século XX o Pará encontrava-se igualmente imerso nesse panorama social de desamparo pueril instalado no Brasil. Ao perceberem a necessidade de salvaguardar e educar essas crianças, as autoridades governamentais, juntamente com a Igreja, iniciam um processo de criação e expansão de colégios católicos no estado.

No ano de 1949 a clientela da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação era formada por meninas órfãs e desvalidas, que eram acolhidas para receberem uma formação educacional cristã, amparo e assistência. (JANK, 2007).

Conforme JANK (2007) a partir de 1950 essa instituição passou a receber meninas pensionistas, nascidas em famílias providas de recursos financeiros para serem educadas dentro dos princípios religiosos.

Para a compreensão do processo formativo que a meninas internas nesta instituição foram submetidas, devemos considerar diversos fatores, cuja influência foi diretamente percebida na educação dessas alunas.

As fontes utilizadas para construção desta seção são: Histórico do Colégio Nossa Senhora da Anunciação (JANK, 2007), História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora Anunciação no Brasil e as narrativas de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana que foram ex-alunas internas na instituição.

Esta segunda seção trata da maneira como as Irmãs Anunciadas administraram o internato, as estruturas de organização e a hierarquia na instituição, bem como a admissão das meninas, as práticas escolares e culturais, as vestimentas adotadas, a alimentação das internas, a distribuição nos dormitórios e os cuidados com a higiene.

3.1 A administração das Irmãs Anunciadas

Desde a sua fundação na Hungria em 1920, pelo Cônego João Boda, a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação tinha a missão de atuar em hospitais e casas de recuperação, trabalhando no atendimento de pessoas enfermas.

Na década de 1920, o Brasil estava enfrentando um problema sério de saúde pública: a epidemia de Hanseníase. No Pará, a doença se alastrava, tomando proporções preocupantes.

[...] chegavam-me informações de que no interior do Estado havia grandes focos de Lepra, principalmente nos municípios de Cametá, Bragança, Soure, no Mosqueiro, etc. Comecei logo a me interessar pela fundação do leprosário oficial. O censo dos leprosos foi aumentando sempre: no final do 1º ano de trabalho o número de fichas atingia a respeitável cifra de 1.359, que subiu a 2.052, no fim de 1923, cifra esta que não representa senão dous terços do número total dos casos de lepra existentes em todo o Estado, segundo o meu cálculo otimista. [...] a necessidade urgente que havia na instalação de uma grande colônia de leprosos neste Estado, fosse onde fosse, numa ilha ou no continente, contanto que tivesse grande área de terreno cultivável, facilidade de comunicações e não ficasse muito afastada da capital. (ARAÚJO, 1924, p. 6)

Apesar dos esforços da saúde pública em construir a Colônia do Prata⁸ para atender as pessoas diagnosticadas com hanseníase, cujo o objetivo era controlar o avanço da doença no estado, o número de pessoas acometidas pela hanseníase na década de 1920 era crescente, uma vez que

Com a fundação da colônia do Prata o problema da Hanseníase como endemia no Pará não foi resolvido como esperava o saber médico e as práticas de isolamento a partir dela implementadas. Pelo contrário, vivia-se um contexto de crescente aumento do número de casos de Hanseníase no Estado. (COSTA, 2013, p 95)

Em se tratando da criação da Colônia do Prata, Araújo (1923) expõe que o espaço asilar das colônias hansenianas era formado por várias instituições como

⁸ A Colônia do Prata localizada em Igarapé-Açú foi criada em 1923 pelo Dr. Heráclides César de Souza Araújo, médico que dedicou-se ao tratamento e controle da hanseníase no Pará. A Colônia do Prata foi criada para abrigar e tratar de pessoas com hanseníase, constituindo-se como o primeiro leprosário agrícola do Brasil.

Igreja, delegacia, hospital e escola. Essa medida foi adotada para que os hansenianos não necessitassem sair do isolamento compulsório, evitando assim a propagação da doença.

Segundo Costa (2013), desde que essa doença surgiu foi denominada de lepra, sendo que somente em meados da década de 1990 é que o termo hanseníase começou a ser utilizado. No entanto, o estigma e o preconceito que permeiam a enfermidade ainda estão presentes em nossa sociedade nos dias atuais.

Nesse contexto endêmico, as Irmãs Anunciadas, vieram para o país em 1937, com propósito de cuidar e tratar de pessoas vítimas da hanseníase. As religiosas fixaram residência no estado do Pará, instalando-se na Colônia do Prata, no município de Igarapé-Açú, que na época era espaço de referência para atendimento de hansenianos.

Após 10 anos cuidando de hansenianos na Colônia do Prata, as Irmãs Anunciadas aceitaram o desafio de, pela primeira vez, administrar uma instituição educativa católica, em regime de internato, para acolher meninas desamparadas. (JANK, 2007).

Nas primeiras décadas do século XX, além da necessidade de se criar estabelecimentos que prestassem assistência a essas meninas órfãs e desvalidas, havia “também a necessidade de difusão dos princípios cristãos, notadamente católicos” (NETO, 2014, p.2), pois era evidente a preocupação da Igreja em relação à perpetuação de seus dogmas religiosos.

De acordo com Sousa (2011), no século XIX a história das instituições de atendimento a meninas desvalidas no contexto paraense, caracteriza-se como uma proposta educacional permeada de influências sociais, religiosas, políticas e higienistas, fato este que adentra ainda o século XX.

Os espaços de recolhimento para meninas no Brasil foram criados no século XIX e passaram por um processo de expansão no século XX. Esses espaços eram responsáveis pelo “sustento, pela educação e instrução das órfãs e desvalidas”, sendo que a formação deveria primar “pela instrução primária, prendas domésticas e do lar (ensino de costura, bordado, renda)”. (SOUSA, 2011, p. 228)

Os apontamentos de Neto (2014) indicam uma grande quantidade de alunos pobres e órfãos, atendidos em educandários católicos no final do século XIX e início do século XX, dada à “prática da caridade, parte da doutrina católica desde seus

primórdios, aliada às responsabilidades devidas pelo poder público para com as crianças desassistidas, notadamente as órfãs” (NETO, 2014, p.4).

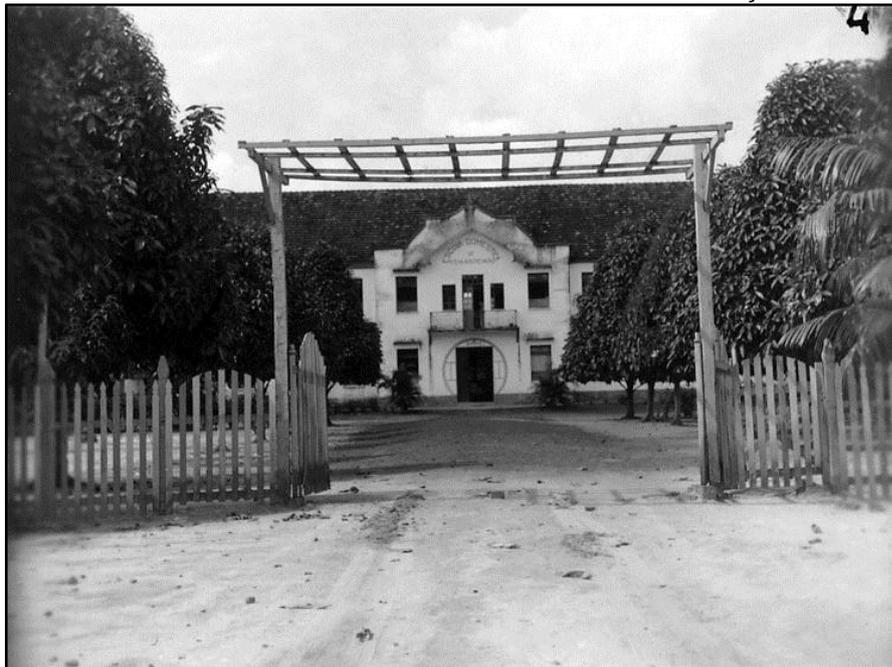
No entanto, entendemos que os alunos pobres e órfãos submetidos a uma educação católica, absorviam os conhecimentos disciplinares necessários para sua formação, mas, sobretudo, ficavam expostos aos princípios cristãos difundidos pela Igreja.

Contudo, a presença da Igreja na educação de meninas, no início do século XX, intensificou-se, caracterizando-se como “um processo em desenvolvimento para recuperar um lugar central na sociedade, de modo a evitar o perigo de sua destruição institucional”. (MANOEL, 2008, p. 59)

Nessa conjuntura, foi fundada em 1947 a Escola Doméstica, com a finalidade de acolher meninas órfãs e desvalidas priorizando uma formação doméstica cristã, na tentativa de reafirmar os dogmas católicos ameaçados pelo advento da modernidade.

Em 1949, às margens da BR 316 em Ananindeua, foi construído o prédio próprio da instituição, a qual passou a chamar-se Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação (imagem 7 abaixo), aumentando sua capacidade de atendimento, oferecendo inclusive vagas para meninas pensionistas. (JANK, 2007).

Imagem 7: Fachada da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação-Década de 1950



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação.

De acordo com Rizzini (2009), no final do século XIX e início do século XX, com o objetivo de proporcionar às crianças órfãs e desvalidas uma educação industrial (meninos) e uma educação doméstica (meninas), foram criados asilos, para preparar esses menores para desempenharem alguma função para servir a sociedade.

Dessa forma, além de atender meninas órfãs e desvalidas, a instituição passou a adotar o sistema de pensionato, devido a grande procura por famílias abastadas que desejavam oferecer à suas filhas uma educação vinculada aos valores educacionais, mas, sobretudo, religiosos e morais.

Os colégios religiosos tinham reconhecimento social, sendo referência na educação de meninas entre os séculos XIX e XX. Assim, “as famílias de posse também passavam a ver a instituição como um local que poderia proporcionar boa educação e formação cristã às suas filhas, haja vista as poucas opções de formação feminina na capital paraense”. (SOUSA, 2011, p.229)

Nesse novo formato de organização, o internato começou a atender meninas desvalidas, órfãs e pensionistas. Entende-se por desvalidas as internas vulneráveis social e economicamente, desprovidas de recursos financeiros. As órfãs por sua vez, eram aquelas meninas que não tinham família para oferecer cuidados e sustentos.

As pensionistas eram aquelas internas que vinham de famílias tradicionais e/ou que tinham posses, as quais dispunham de condições financeiras favoráveis para mantê-las na instituição através de pagamentos mensais.

Conforme os estudos de Sousa (2011) sobre os recolhimentos para meninas, as pensionistas eram meninas mantidas por suas famílias nas instituições internas, mediante pagamento. As pensionistas geravam proventos, sem ônus algum para a instituição, enquanto que as órfãs e desvalidas eram mantidas integralmente pelo internato ou por meio de subsídios do governo.

Diante deste panorama, as escolas católicas se tornam não apenas espaços de “conhecimento e mecanismos de aproximação com as classes dominantes, mas também em alternativa complementar de sobrevivência dos religiosos, com a utilização dos recursos advindos das anuidades cobradas nessas escolas”. (NETO, 2014, p.1)

Em conformidade com Neto (2014), podemos inferir que atender meninas pensionistas também era uma forma de subsistência para os religiosos e para os estabelecimentos de ensino católico.

Segundo JANK (2007), as Irmãs Anunciadas tinham o apoio constante dos Padres Salesianos que residiam no Seminário da Ordem, onde hoje funciona o Colégio Salesiano do Carmo, localizado na BR 316, em frente à barreira da Polícia Rodoviária Federal de Ananindeua.

Para conhecimento, trazemos uma abordagem cronológica das personalidades que assumiram a direção da instituição, desde o momento de sua fundação até os dias atuais, como mostra o quadro 4 abaixo:

Quadro 4: Administração anunciada

PERÍODO	DIREÇÃO	GÊNERO	ORIGEM	ORDEM
1947-1954	Madre Inácia Izabel Maté	Feminino	Hungria	Anunciada
1954-1965	Pe. Celestino Barros	Masculino	Pernambuco	Salesiano
1966-1967	Ir. Ângela de Oliveira Maia	Feminino	Pará	Anunciada
1968-1969	Ir. Camila Ângela Moraes	Feminino	Pará	Anunciada
1969	Prof. ^a Conceição Brasil (Interina)	Feminino	Pará	-----
1970-1989	Ir. Ângela de Oliveira Maia	Feminino	Pará	Anunciada
1989-1991	Ir. Filomena Luvina N. Costa	Feminino	Pará	Anunciada
1991-1997	Ir. Terezinha de Jesus D. Annes	Feminino	Paraná	Anunciada
1998-1999	Ir. Filomena Luvina N. Costa	Feminino	Pará	Anunciada
1999-2003	Ir. Ângela de Oliveira Maia	Feminino	Pará	Anunciada
2004-2006	Ir. Ivone Wochner	Feminino	R.G. do Sul	Anunciada
2007-2014	Ir. Márcia Madalena Jank	Feminino	Paraná	Anunciada
2015	Ir. Elaine Maria Assunção	Feminino	Pará	Anunciada

Fonte: JANK, 2007.

Ao analisarmos a trajetória da administração da instituição, podemos perceber que desde a sua criação até os dias atuais, dez pessoas participaram de sua gestão. No entanto, como o recorte temporal desta pesquisa compreende os anos de 1949 até 1971, iremos enfatizar apenas as administrações que compreendem esse período.

Percebemos que as pessoas que assumiram a administração da referida instituição, eram em sua maioria do gênero feminino, tratando-se de religiosas da Congregação das Irmãs Anunciadas, com exceção do Pe. Salesiano Celestino Barros e da Prof^a Conceição Brasil, que trabalharam por vários anos na escola.

O Pe. Celestino Barros, que era natural de Pernambuco, teve seu primeiro contato com as Irmãs Anunciadas ainda em sua terra natal. Quando as religiosas chegaram ao país, acompanhadas por padres salesianos, aportaram em Recife, ficando alojadas na Casa das Irmãs Dorotéias.

Os padres salesianos eram tidos pelas Irmãs Anunciadas como mentores, encontrando neles proteção e auxílio, no que fosse necessário para o desempenho de suas funções religiosas. (ANNES, s.d).

De acordo com esse documento, alguns anos depois da vinda das Irmãs Anunciadas para o Pará, o Pe. Celestino Barros também veio para o estado a fim de trabalhar nas comunidades católicas de Ananindeua. Assim, o salesiano passou a ajudar as religiosas em seu trabalho de edificar e administrar a Escola Doméstica.

A primeira diretora da instituição foi a húngara Madre Inácia Izabel Maté, que devido a idade avançada e problemas de saúde, afastou-se da direção da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação após sete anos de dedicação e trabalho árduo. (ANNES, s.d)

Em 1954 o Pe. Celestino Barros, em virtude do trabalho desenvolvido na instituição e do grande reconhecimento que tinha na comunidade de Anunciada, é convidado a assumir a administração do internato, ficando na função durante onze anos. (JANK, 2007).

No ano de 1966, a Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação tem sua primeira diretora paraense, a Ir. Ângela de Oliveira Maia, natural do município de Santa Maria do Pará. Esta religiosa, irmã de nossa narradora Dona Maria, foi aluna interna na instituição, tendo ali realizado seus votos de profissão perpétua.

A administração da Ir. Ângela de Oliveira Maia teve papel fundamental na história da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, sendo que ela foi diretora da instituição em três períodos distintos (1966-1967, 1970-1989, 1999-2003).

Segundo ANNES (s.d) em sua primeira gestão (1966-1967), Ir. Ângela de Oliveira Maia contribuiu para a reforma e construção de novos espaços no internato como o refeitório, os banheiros e o bloco de salas do lado esquerdo. Após o período

de dois anos, a religiosa foi designada para trabalhar com a educação dos hansenianos na Colônia do Prata.

Esse documento revela que na primeira metade do século XX a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação além de ter sede no Pará, também estava presente nos estados de Pernambuco, São Paulo e Paraná, este último onde está localizada a Casa Mãe da Congregação.

Em 1968, a direção da instituição ficou sob a responsabilidade da também paraense Ir. Camila Ângela Moraes, sendo que esta religiosa ficou por menos de dois anos na gestão, uma vez que foi designada para assumir uma nova missão no estado do Paraná. (JANK, 2007).

Segundo Jank (2007) com a inesperada saída da Ir. Camila Ângela Moraes, não havendo indicação de outra religiosa para administrar a instituição, foi escolhida para tal função a Prof^a Conceição Brasil, que lecionava na escola há mais de oito anos. A referida professora assumiu interinamente a direção durante os seis últimos meses do ano de 1969.

No início de 1970, a Ir. Ângela Oliveira Maia assume pela segunda vez a direção da escola, tendo sua administração marcada por momentos de importantes mudanças administrativas e pedagógicas, como a ampliação do prédio da instituição, autorização para funcionamento de cursos, criação do regime de externato, implantação do Curso de magistério, entre outros. (JANK, 2007).

No ano de 1972, a instituição passa por reformulações administrativas significativas, como a extinção do regime de internato, abertura de vagas para o sexo masculino e com base na Lei 5.692/71⁹, a instituição passa a ofertar o curso de Magistério.

A partir desse momento, a instituição sofre também mudança na nomenclatura, passando a denominar-se Colégio Nossa Senhora da Anunciação, permanecendo assim até os dias atuais. (JANK, 2007).

A administração das Irmãs Anunciadas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação foi marcada por organização e controle intensos. Havia uma hierarquia estabelecida entre as religiosas, para que cada uma pudesse dedicar-se as suas funções com excelência e soubessem que também tinham regras a cumprir

⁹ A Lei 5692/71 de 11 de agosto de 1971 fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, criando o Curso de Magistério para formação de professores para atuarem no 1º grau.

3.2 Admissão e condições socioeconômicas das internas

A clientela da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação era formada, em sua maioria, por meninas órfãs e desvalidas, vulneráveis financeira e socialmente que recebiam nesta instituição assistência, amparo e proteção, de acordo com a finalidade dos internatos.

No entanto, a instituição também recebia meninas pensionistas, em geral oriundas de Belém, de municípios do interior do Pará e até mesmo de estados vizinhos como Maranhão, Manaus e Amapá. Com condições financeiras favoráveis, as famílias das meninas pensionistas pagavam por suas permanências na instituição, objetivando uma educação com princípios morais e religiosos. de acordo com Jank (2007).

Para compreendermos minimamente a história de vida das ex-alunas internas, precisamos fazer um breve levantamento das condições sociais em que elas estavam imersas. Inicialmente, faz-se necessário conhecermos alguns dados descritos no quadro 5 (cinco) a seguir.

Quadro 5: Condições socioeconômicas das internas

Nome	Naturalidade	Nascimento	Idade	Internamento	Condição
Irene	Cametá	1938	78	1950 a 1956	Desvalida
Maria	Santa Maria	1940	75	1949 a 1952	Desvalida
Lígia	Ananindeua	1942	73	1952 a 1960	Pensionista
Ana	Vigia	1946	69	1955 a 1964	Órfã

Fonte: Faneide Pinto França Bitencourt, 2015.

Entre essas meninas que foram internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação encontramos Dona Maria, que nasceu em 1940 na cidade de Santa Maria do Pará¹⁰, residindo atualmente na cidade de Belém, capital do Pará.

Dona Maria é uma senhora de 75 anos, que ingressou na instituição no ano de 1949, com apenas 09 anos de idade. No entanto, em 1952, com 12 anos de

¹⁰ Santa Maria do Pará, fundada em 1961, é um município paraense localizado no Nordeste do estado e distante a 107 km da capital Belém. A cidade de Santa Maria do Pará faz limite com os municípios de Castanhal, Igarapé-Açú, São Miguel e Bonito, sendo ponto de encontro entre a Rodovia Belém-Brasília e a BR-316, por está razão é conhecida na região como Cidade Trevo. O gentílico é denominado de Santamariense.

idade e sem conseguir concluir seus estudos, Dona Maria desligou-se da instituição alegando não suportar mais o tratamento desigual e discriminatório que recebia por parte das religiosas.

Nascida em uma família de sete filhos, Dona Maria relata que após perder o pai e passar por sérios problemas financeiros, foi entregue as Irmãs Anunciadas para que pudesse ser atendida na instituição administrada por estas religiosas no município de Ananindeua.

Dona Maria relata que as Irmãs Anunciadas estavam sempre de passagem por Santa Maria do Pará, pois tinham como destino a Colônia do Prata, localizada em Igarapé-Açú, município vizinho, para realizar trabalhos de atendimento aos hansenianos.

Durante os momentos em que estavam em Santa Maria do Pará, as religiosas sempre faziam uma parada na residência de Dona Maria, onde costumavam se lavar, para tirar as “impurezas” trazidas da Colônia, decorrentes do trato com os hansenianos, assim como para tomar um café ou uma água.

Dona Maria destaca que as religiosas acreditavam que deveriam “limpar-se” após o contato com as pessoas acometidas pela hanseníase, pois dessa maneira poderiam evitar a doença. Esse ato mostra o pouco conhecimento acerca da enfermidade, assim como um preconceito latente em relação às pessoas que a contraíam. (COSTA, 2013).

Foi em uma dessas visitas à casa de Dona Maria, que a superiora Madre Inácia fez o convite para que a mesma pudesse ingressar na Escola Doméstica. Com a morte de seu esposo e com graves dificuldades financeiras, a genitora de Dona Maria a entregou para as Irmãs Anunciadas, acreditando que ficando sob a responsabilidade delas, Dona Maria seria melhor assistida.

A história de Dona Irene, 78 anos de idade, moradora do município de Ananindeua no Pará, também nos orienta a compreender a origem das meninas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação.

Dona Irene nasceu em 1938, em Mendaruçu, uma localidade do município de Cametá¹¹ no Pará. Filha de mãe autista e pai comerciante, Dona Irene conta que

¹¹ Cametá, fundada em 1635, é um município paraense que fica as margens do Rio Tocantins. Localizada no Nordeste do estado e distante a 150 km da capital Belém, a cidade de Cametá faz limite com os municípios de Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Oeiras do Pará e Igarapé-Miri. O gentílico é denominado de Cametaense.

teve uma infância bem difícil, pois após a separação dos pais, os problemas financeiros agravaram-se, a ponto dos filhos serem distribuídos para várias famílias.

Em suas narrativas Dona Irene conta que foi entregue a uma família de classe alta de Belém, com a promessa de estudar e com a obrigação de aos sete anos de idade, servir de companhia para a filha de seus novos responsáveis.

Ao considerarmos os relatos de Dona Irene, Dona Maria, Dona Ligia e Dona Ana, como fontes imprescindíveis para este estudo, devemos ter cuidado e sensibilidade, pois:

Ao pedirmos para alguém falar sobre sua trajetória de vida, de uma sociedade, do lugar onde cresceu, ela recorre à memória para temporalizar os eventos e significá-los segundo suas emoções e sentimentos. Porém, essa memória não é resultado apenas de experiências individuais, mas do meio social onde ela se desenvolveu, participando de uma rede de disputas que pode ou não ser reconhecida por este e outros grupos. (CRIPPA; SOUZA, 2010, p. 75)

Apesar dos anos passados, ainda podemos sentir na voz de dona Irene a tristeza dos difíceis momentos passados por ela. A menina cametaense não foi à escola como sua família adotiva havia prometido e sequer pode viver sua infância. Seu dia-a-dia era marcado por obrigações domésticas e pelos cuidados com a criança filha do casal, como nos mostra o relato de Dona Irene:

Aí eu fiquei lá, mas fiquei chateada que eu queria estudar, porque quando o meu pai me entregou pra ele, meu pai se separou da minha mãe e pegou os filhos todos e espalhou, nós éramos seis. Eles prometeram que iam tomar conta de mim, que eu ia estudar, porque a minha função lá era tomar conta das filhas deles, só tinham uma filha nesse tempo, depois que nasceu a outra. Mas não foi bem assim né, é eu nunca fui pra escola, eu servi dos cinco até os doze anos lá e não estudei. (DONA IRENE, 2014)

Passado alguns anos, a família adotiva de Dona Irene decidiu fazer uma viagem para os Estados Unidos. Como não tinham a intenção de levá-la, decidiram deixá-la aos cuidados das religiosas na Escola Doméstica. Esse foi o primeiro contato de Dona Irene com uma escola, permanecendo nesse espaço por quase um ano, mantendo com as Irmãs uma forte relação de amizade e gratidão.

Após esse período a família retorna para Belém e vai buscar a menina Irene, que ao invés de continuar morando com eles, é levada para residir com um funcionário da família. As lembranças dos momentos vividos na Escola Doméstica nunca foram esquecidas, tanto que na ocasião do aniversário da superiora da

instituição, Madre Inácia, a menina Irene solicitou que a deixassem fazer parte da festa.

No entanto, após o término das comemorações, Irene recusou-se a deixar a escola e encontrando nas Irmãs Anunciadas apoio para se instalar no internato, não retornou para sua morada. Esse fato fez com que a família responsável por Irene recorresse à justiça para pedir a guarda da menina.

As Irmãs Anunciadas pediram auxílio ao Pe. Celestino, salesiano que realizava celebrações no internato e que sempre ajudava e orientava as religiosas quando necessário.

De acordo com Dona Irene, o Pe Celestino apresentou-se em juízo e conseguiu sua guarda, mantendo-a na instituição dos 12 até os 18 anos, onde ela concluiu seus estudos e depois foi enviada a Recife, para que fosse morar com a família do religioso. Ao recordar este momento Dona Irene diz:

Aí as irmãs me acolheram dizendo: tu não quer voltar, então não volta e vamos ver como vai ficar. E aí depois o caso foi para o Juizado de Menores e aí a Madre Inácia disse que não podia se meter, por que ela sendo uma religiosa não podia se meter nisso né. E eles que mandaram um advogado, dizendo que eu tinha que comparecer tal dia no juizado. Aí então o diretor daqui do Salesiano, parece que a irmã conversou com ele e ele disse: olha eu vou representar o colégio. Era o Pe. Celestino, por isso que meu filho é chamado Celestino. Nós fomos onde é a prefeitura de Belém agora, lá que foi a audiência e tal. Eu me lembro vagamente quando o juiz disse: Bem ela está no colégio, ela quer estudar e o senhor se responsabiliza por ela né, então ela vai voltar para o colégio. Ele disse: eu me responsabilizo e quando ela se formar eu vou levar ela pra casa dos meus pais em Pernambuco, e foi isso que aconteceu. (DONA IRENE, 2014)

Dona Lígia nasceu em Ananindeua no ano de 1942, tendo ingressado no internato como pensionista aos 10 anos de idade. Esta ex-aluna interna é a terceira filha do casamento de uma dona de casa com um policial militar. O seu ingresso no interno era um grande anseio de seus pais, que depositavam total confiança na instituição em relação à educação de meninas.

Em seus relatos Dona Lígia, afirma que sua “família tinha uma situação econômica muito boa, que nunca faltava nada” para ela e nem tampouco para seus irmãos. Ela relembra da saudade que sentiu de seus familiares quando foi para a instituição, devido eles “serem muito próximos e unidos”.

Em 1946, no município de Vigia de Nazaré nasceu Dona Ana, uma das quatro filhas de um casal de agricultores. Dona Ana ingressou no internato aos nove

anos, por intermédio do Pe. Antônio que era pároco de sua cidade, após o infortúnio de ficar órfã.

Dona Ana relembra com pesar dos momentos dolorosos vividos depois da morte de seus pais em um naufrágio de barco, quando ela e as irmãs tiveram que ser acolhidas por instituições e/ou familiares.

Lembro como se fosse hoje dos meus pais saindo de barco para vender açaí e farinha, eu e minhas irmãs ficamos em casa. No outro dia, já no finzinho da tarde foi que nós recebemos a notícia que eles tinham morrido afogados. Todo mundo ficou desesperado, como a gente ficar sozinha, sem os nossos pais. Graças a Deus apareceu uma alma caridosa, o Pe. Antônio que conseguiu lugar pra mim e pras minhas irmãs. Mas a gente ficou todas separadas, foi um choro sem fim, mas nunca perdemos o contato. A morte da mãe e do pai da gente foi a maior tristeza da nossa vida. (DONA ANA, 2014)

Segundo Dona Maria, as meninas pensionistas eram colocadas na Escola Doméstica por seus pais para que pudessem ser disciplinadas e obedientes. No entanto, pondera que naquela época estudar em escola interna também era considerado um status social, uma vez que as filhas de grandes comerciantes, fazendeiros e até políticos ingressavam nestas instituições.

De acordo com os relatos de Dona Irene, famílias tradicionais de Ananindeua, Belém e de alguns interiores do estado, mantinham suas filhas no internato. Essas meninas pensionistas dispunham de poder aquisitivo para manter-se na instituição, as quais pagavam um determinado valor, mas a mesma não sabe precisar o quanto era cobrado pela estada delas no internato.

Olha a maioria delas eram do interior, vinham desses interiores aí, tinha gente de Belém também. Tinham aquelas que tinham condições de pagar alguma coisa, pagavam. Não sei dizer o quanto, mas pagavam alguma coisa pra ficar interna lá. (DONA IRENE, 2014)

Dona Lígia é a única entre as quatro ex-alunas internas que se esteve no internato na condição de pensionista. Ela relata que seus pais pagavam uma determinada taxa mensal, mas não sabe precisar o valor estipulado. Além disso, seus pais levavam frequentemente para ela guloseimas “como biscoitos, doces e bombons” e isso fazia com que ela lembrasse muito de sua casa.

O internato contava com o incentivo financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que por meio de bolsas provia as meninas órfãs e desvalidas internas na instituição em suas necessidades básicas. (ANNES, s.d)

Dona Irene, Dona Maria e Dona Ana afirmam que elas, juntamente com dezenas de meninas órfãs e desvalidas, foram contempladas com os benefícios da LBA. A entidade auxiliava as meninas órfãs e desvalidas com recursos financeiros utilizados para garantir alimentação, vestimenta, material escolar e higiene para essas internas.

3.3 A Legião Brasileira de Assistência (LBA) no internato

Nas primeiras décadas do século XX, os governantes perceberam a necessidade de se criar propostas para proteção e assistência às crianças, para que mais tarde elas pudessem trabalhar em prol do progresso do país. Nesse sentido, as assertivas de Rizzini (2008) apontam que:

A consciência de que na infância estava o futuro da nação tornava necessário criar mecanismo que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem. Assim era preciso defender a sociedade daqueles que se entregavam a viciosidade e ameaçavam a paz social. (RIZZINI, 2008, p. 83)

Assim, o Presidente Getúlio Vargas criou, através do Decreto-Lei 4.830 de 28 de agosto de 1942, a LBA, sendo um órgão assistencial de caráter público. Dessa forma, Rizzini (2009) afirma que:

No início da década de 40, portanto em pleno Estado Novo, período ditatorial iniciado em 1937 com o golpe de Estado implementado pelo então presidente da República Getúlio Vargas, o governo federal inaugurou uma política mais nítida de proteção e assistência ao menor e a infância, representada pela criação de órgãos federais que se especializaram no atendimento a essas duas categorias, agora indiscutivelmente separadas e específicas: o menor e a criança. (RIZZINI, 2009, p.262)

Este órgão foi submetido à gestão da primeira-dama Darcy Vargas, que “inicialmente teve a finalidade de ajudar, especificamente, as famílias dos soldados enviados a Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, tornou-se um órgão de assistência às famílias necessitadas em geral”. (POLETTO, 2012, p.5)

A LBA era mantida por subsídios recebidos da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. Enquanto órgão do governo trazia em sua natureza “a forte presença do assistencialismo e da filantropia caminhando lado a lado com as ações públicas dos governantes.” (SILVEIRA, 2011, p. 8)

No dia 05 de setembro do mesmo ano, a LBA foi registrada no 6º Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro como uma sociedade civil, passando a ser regida por estatutos próprios.

Por meio da Portaria nº 6.013 do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, publicada em 1º de outubro de 1942, foi regularizada a situação deste órgão, autorizando e organizando de forma definitiva o seu funcionamento. Esta portaria também condicionou a presidência da LBA à figura da primeira-dama da república.

Ainda no governo de Getúlio Vargas, a Casa Civil, através do Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, estabelece contribuição especial para a LBA, definindo que:

Art. 1º- A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas uteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante a tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres.

No artigo 1º do Decreto-Lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, podemos perceber a principal finalidade para qual este órgão foi criado, pois ele estabelece a assistência social vinculada a ações conjuntas com outras instituições, o que reforça a fala das narradoras, ao afirmarem que o auxílio recebido pelo internato através LBA era fundamental para a manutenção das meninas órfãs e desvalidas na instituição.

O Decreto-lei nº 593 de 27 de maio de 1969, determina alterações no regimento da LBA, a qual passa de sociedade civil para fundação, ficando vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, funcionando com a nomenclatura de Fundação Legião Brasileira de Assistência, sendo mantida a sigla LBA.

Após oito anos, por meio da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, a LBA fica vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Depois de mais de uma década, a fundação sofre novas transformações e o art. 252 do Decreto nº 99.244 de 10 de maio de 1990, determina que passe a ser vinculada ao Ministério da Ação Social.

No ano de 1991, a LBA é envolvida em um escândalo nacional, através de várias denúncias de esquemas de corrupção e desvios de verbas públicas, o que resultou em sua extinção em 1º de janeiro de 1995, no governo do então

Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mediante esses esclarecimentos acerca da organização e funcionamento da LBA, desde sua criação até a sua dissolução, aliados aos relatos das ex-alunas, podemos inferir que a atividade deste órgão no internato foi determinante para que a instituição tivesse condições financeiras de subsistir as meninas órfãs e desvalidas.

Em sua fala, Dona Irene conta que meninas desvalidas como ela, que não tinham condições de se manter no internato, eram providas pela LBA, uma vez que:

A assistência provia de tudo quanto era necessidade, por exemplo, de roupa, material de higiene, alimentos, essas coisas assim. E eu fui uma das contempladas com isso, até o Pe. Celestino que se responsabilizou por mim diante do juiz, então ele passou também material escolar, essas coisas. (DONA IRENE, 2014)

Para Dona Ana, o auxílio recebido por meio da fundação foi determinante para sua permanência no internato. Esta ex-aluna interna afirma: “depois que fiquei órfã, fiquei sem nada, só com a roupa do corpo, dependia da bondade alheia pra tudo, pra comer, pra vestir, pra calçar, só não morri por que Deus não deixou”.

A ex-aluna Dona Maria reforça de forma enfática, a importância da presença da LBA no internato, sustentando e amparando as meninas que necessitavam do auxílio subsidiado pela fundação, através de proventos arrecadados pelo governo federal. Ela coloca que se não fossem os fomentos enviados pela fundação, não teria como ficar no internato, pois após a morte de seu pai, sua mãe não tinha como sustentar os filhos, tão pouco custear suas despesas na instituição.

Nos relatos de Dona Ligia em relação à LBA, a fala se repete. Essa ex-aluna interna afirma que embora fosse pensionista, havia muitas internas órfãs e desvalidas que dependiam exclusivamente dos recursos da fundação para subsistirem no internato.

As ex-alunas relatam que enquanto estiveram internas na instituição, as alunas que necessitavam do auxílio da LBA eram em sua grande maioria, atendidas pela fundação. Isso denota a preocupação do governo, naquele momento, em retirar as crianças das ruas e mantê-las abrigadas em instituições.

Nesse sentido, entendemos que a ação da LBA no internato, foi essencial para que as meninas órfãs e desvalidas tivessem condições de permanecer na instituição, tendo os direitos assegurados em relação à educação, moradia e alimentação.

3.4 As políticas assistencialistas e higienistas na educação no Pará

Na década de 1940, período em que foi criada a Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, o Brasil tinha como Presidente da República Getúlio Vargas, e o Governador do Pará era o militar Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

Silva (2014) aponta que a conjuntura política do país era delicada, inclusive no estado do Pará, sendo marcada por interesses divergentes, golpes de estado, conflitos armados e uma forte política assistencialista.

Para Silva (2014), Magalhães Barata “foi um político que teve, em seu tempo, um papel messiânico na política do Pará, ao tornar-se, no espontaneísmo e no voluntarismo dos sentimentos e do imaginário popular, um político populista com vocação caudilhesca” (2014, p. 20), ou seja, o governador despertava através de seu carisma e liderança, um enorme fascínio das massas populares, assim como a crença em dias melhores.

De acordo com Rodrigues (1979), o militar e político Magalhães Barata era idolatrado pela população paraense. Esse fato, além de alimentar o seu ego, fazia com que ele fosse ovacionado onde quer que chegasse, independente de como decorria a sua administração.

Na tentativa de alcançar o reconhecimento e a notoriedade desejada, de modo a entrar para a história como um dos maiores governantes do Pará, Rodrigues (1979) coloca que Magalhães Barata:

Percorreu inúmeras vezes todos os municípios do Estado, fato absolutamente novo, inusitado, o que lhe garantia também uma comovente solidariedade e o apoio incondicional que o confirmaria como grande líder, sua ambição maior. Em suas viagens, nunca deixou de levar medicamentos, alimentos, roupas, médicos, dentistas e até barbeiro. Para um Estado com as dimensões do Pará, onde as distâncias se contavam em dias, semanas de viagens exaustivas, só um indivíduo com energia extraordinária, messianicamente inclinado para o cumprimento do dever, em busca de uma afirmação carismática, poderia alcançar sucesso. E Magalhães Barata atingiu seus objetivos (RODRIGUES, 1979, p. 53).

Dona Lígia recorda das conversas de seu pai com amigos e parentes sobre o governo Baratista. Ela relata que mesmo “muito pequena, sem entender nada de política”, relembra de seu pai, que também era militar, ressaltando positivamente os feitos do político, demonstrando ser favorável ao governo de Magalhães Barata.

Apesar de se preocupar muito com a ordem e a assistência, Magalhães Barata executou algumas ações que marcaram seu governo, como: realização da dita “primeira reforma agrária do país”, onde desapropriou terras no Vale do Tocantins para posseiros; criação de reservas indígenas, tornando-se pioneiro na política de legitimar o direito indígena a terras; distribuição de terrenos na periferia de Belém para pessoas carentes; congelamento de aluguéis residenciais; fundação (juntamente com o PSD) da Legião Feminina Magalhães Barata e restabelecimento da “corda na berlinda” do Círio de N^a Sr.^a de Nazaré. (SILVA, 2014).

Para Damasceno (2015), ao avaliarmos a educação no governo Baratista, podemos notar alguns avanços significativos como: implantação da proposta pedagógica da Escola Nova; expansão das unidades escolares na capital e no interior do estado e o número crescente de matrículas, em especial do sexo feminino.

Em meados do século XX, houve maior abertura nas escolas para a clientela feminina. No entanto, meninas e mulheres eram atendidas preferencialmente, em escolas católicas. Assim, o processo educativo feminino “não se daria sem a indispensável formação na fé católica”. (DAMASCENO 2015, p. 239)

Neste contexto, a formação feminina limitava-se ao desempenho de atividades consideradas prescindíveis socialmente, como por exemplo, os trabalhos doméstico e artesanal. Portanto, a diminuição da figura feminina em relação à masculina é secular, uma vez que:

Quanto à educação destinada às mulheres, as ações desencadeadas evidentemente não significam uma transformação nas relações entre homens e mulheres, sobretudo considerando-se a forte tradição machista das sociedades brasileiras e paraenses. À mulher continuou a caber um papel secundário nas atividades culturais e políticas. (DAMASCENO, 2015, p. 240)

Segundo Silva (2014), apesar dos progressos, sobretudo nas áreas sociais e educacionais, o governo de Magalhães Barata foi caracterizado pela centralização, liderança e imposição de poder, uma vez que:

Magalhães Barata gostava da posição de mando, que queria estar no poder, cultivava a vontade de poder, pois este lhe era necessário em face a sua personalidade de chefe militar; comandar e “mandar” eram traços psicossociais intrínsecos à sua personalidade e à sua identidade de chefe militar; para ele consciente ou inconscientemente, não era necessário a prática de atos administrativos grandiosos ou de destacada visibilidade e

quantitativamente consideráveis, pois o exercício do poder pura e simplesmente lhe bastava, muito embora tenha praticado alguns destacados e importantes atos administrativos. (SILVA, 2014, p.21)

Conforme Damasceno (2015, p. 237), os avanços da política Baratista em relação ao ensino devem ser reconhecidos, contudo, o autor aponta que o governador “cometia agressões à qualidade do mesmo, permitindo - a custo de interesses eleitorais equívoco como a inclusão de professoras sem habilitação no quadro de pessoal docente das escolas públicas.”.

Entre os anos de 1948 a 1952, esteve à frente da prefeitura de Ananindeua João Alves de Andrade, tendo a instalação do Poder Legislativo como a principal contribuição do seu mandato para o município.

Em suas narrativas, Dona Maria aponta João Alves de Andrade como prefeito de Ananindeua na época em que esteve interna, afirmando lembrar-se de várias vezes em que ele esteve na escola, muitas vezes acompanhado pelo “Doutor Barata para visitar as Irmãs e as meninas”.

Assim, tanto o assistencialismo às crianças órfãs e desvalidas, quanto à preocupação higienista no início do século XX, foram decorrentes da conjuntura político-social brasileira. Para Rizzini (2009), “a história da assistência pública está intimamente inserida ao contexto político e econômico de cada época” (2009, p. 281).

A primeira metade do século XX é marcada por intensas mudanças no contexto econômico paraense. Nesse panorama podemos destacar o ciclo da borracha como um fator de ebulição, que protagonizou a necessidade de criação de espaços para acolhimento infantil. Para tanto, Alves (2009) afirma que:

Com a exploração da borracha na Amazônia no início do século XX, a sociedade da capital paraense não estava dissociada do contexto nacional e vivia grandes transformações nos campos político, econômico e cultural. Essa economia provocou um intenso processo migratório, fazendo com que a população de Belém crescesse consideravelmente. Eram pessoas vindas de muitas partes do Brasil e do exterior, que traziam consigo suas crianças e procuravam, mediante as dificuldades enfrentadas, um lugar para acolhê-las. Tal acontecimento obrigava o poder público a tomar diferentes medidas para garantir a ordenação da cidade de Belém e atender a uma elite formada pelos barões da borracha, que impunha um novo modelo de vida baseado em ideias trazidas das cidades da Europa. (ALVES, 2009, p. 3296).

Com a economia aquecida pelo ciclo da borracha, a população aumentou e juntamente com ela, os problemas de urbanização e saúde. As estruturas das

idades não acompanhavam o desenfreado crescimento populacional, ficando sem condições para atender, com qualidade, a demanda proveniente desse desenvolvimento não planejado.

No entanto, Alves (2014) aponta que algumas normas foram implantadas pelo poder público para que não houvesse nenhuma intercorrência que impedisse o processo de modernização da Amazônia, uma vez que no início do século XX, o governo e a elite de barões da borracha desejavam, a qualquer custo, implementar em Belém um estilo de vida sustentado em ideais europeus.

Contudo, Rizzini (2009) pondera que na contramão dessa política desenvolvimentista, os problemas começam a emergir. O aumento das taxas de mortalidade infantil decorrentes de varíola, febre amarela, lepra e tuberculose torna-se uma frequente preocupação política e social.

Os defensores do higienismo iniciam uma discussão acirrada em torno da proposta médico-higienista, apresentando projeto de intervenção para a modernização do país. Para os higienistas, a higiene enquanto área de conhecimento “teria por objetivos: melhorar a qualidade de vida humana, prevenir as doenças, aprimorar a saúde, descobrir cientificamente os melhores hábitos para a defesa da saúde individual e coletiva”. (GOIS JÚNIOR, 2000, p. 112)

Assim, a concepção higienista passa a ser difundida em todo o país, que de acordo com Alves (2012, p. 3295): “a urbanização sem planejamento decorrente da industrialização emergente que acontecia no Brasil no final do século XIX e início do século XX traz como consequências problemas de toda ordem (...)” envolvendo sérias questões de saúde pública, como proliferação de epidemias e problemas de saneamento.

Conforme Gois Júnior (2000), em meados do século XX, os intelectuais brasileiros preocupados com a saúde da nação decidiram se aliar a elite social brasileira na tentativa de reverter o quadro de adoecimento social. A partir de então, este grupo estabelece os preceitos higienistas, defendendo a manutenção e expansão da saúde pública, como essenciais para o progresso do país.

A questão da escolarização esteve presente no discurso médico-higienista propagado entre os séculos XIX e XX. A proposta do higienismo para a educação tinha como base o tratamento do espaço escolar, o cuidado com corpo e as recomendações de leituras, pois se almejava uma “sociedade higienizada com o auxílio da organização escolar”. (GONDRA, 2011, p.527)

Segundo Gondra (2011), as principais metas do projeto higienista no âmbito escolar eram: boas condições climáticas, sanitárias, iluminação e ventilação; o corpo modelado-higienizado por meio do movimento, exercício, ginástica, o processo de leitura silenciosa e em voz alta, respiração adequada, leitura higiênicas e não perniciosas.

Dessa forma, inicia-se um movimento em que a criança começa a ser o ponto central da discussão de propostas referentes a soluções das mazelas resultantes do desordenado progresso ocorrido no Pará. Para ratificar essa afirmativa, Alves (2012) apresenta argumentos no sentido que:

A criança era o foco principal para o estabelecimento dessa nova sociedade e as políticas públicas começam a ser pensadas para ela. As práticas utilizadas no interior das casas de asilos para crianças tinham um objetivo: transformar a criança pobre, desvalida, órfã em um cidadão útil para a sociedade, principalmente em termos econômicos. (ALVES, 2014, p. 3296)

No entanto, Gondra (2005) chama a atenção para o fato de que as políticas adotadas para a manutenção da higiene e instalação de medidas para civilizar os educandos, não ocorreram de forma linear, tão pouco análoga nos estabelecimentos de ensino. O autor pondera a respeito dizendo que:

Neste sentido, torna-se impróprio referir-se a uma doutrina higiênica que teria representado a educação escolar de modo integralmente uniforme. Assim sendo, a convergência na crença da educação como medida e como remédio, com vista a se instaurar uma ordem civilizada nos trópicos, por si só não deve ser tomada como indicador de homogeneidade da referida doutrina. (GONDRA, 2005, p. 04)

Em conformidade com os estudos de Gondra (2005), a higiene é um campo disciplinar em construção, onde os debates em torno dos dilemas educacionais são acirrados, e as discussões acerca do melhor modelo escolar a adotar são intensas.

3.5 Práticas escolares e culturais no internato

As proposições de Vidal (2013) consideram fundamental a compreensão da cultura material escolar como sinalizadora das práticas escolares. O conceito de cultura material escolar compreende as atividades escolares e a utilização da materialidade em movimento no espaço e no tempo da escola.

Os conceitos de práticas escolares e práticas culturais estão interligados, coexistindo no mesmo espaço e podendo, em determinados momentos fundirem-se. No que concerne às práticas escolares, a autora afirma:

Concebo-as como práticas híbridas, fruto de mestiçagens, constituídas como meio dos sujeitos se situarem frente à heterogeneidade de bens e mensagens de que dispõem nos circuitos culturais e como forma de afirmação de suas identidades sociais. (VIDAL, 2009, p.30)

Para JULIA (2001), a cultura escolar é constituída por componentes que perduram por um longo período. Contudo, este autor questiona sobre os impactos das transformações instaladas no cotidiano escolar. Em decorrência dessas mudanças, chama a atenção para a excepcionalidade da cultura escolar, assim como para a facilidade na substituição dos elementos culturais escolares.

De acordo com Melo (2014), a presença feminina passa a ocupar os espaços sociais depois de uma série de transformações de ordem econômica, decorrentes do novo modelo capitalista instalado no país, assim como a organização política, a partir da conversão do Império para a República.

A saída das mulheres para o espaço público, que coincidiu com o processo de mudança da política e da economia nacionais, apresentou um desafio para a discussão dos papéis sexuais no mercado de trabalho e no âmbito doméstico e, por conseguinte, dos modos de sua especialização/formação por meio da escolarização. No meio dela estão postas ideias em disputas que, apontando figuras de mulher, significam socialmente os seus lugares no espaço público e na educação. (MELO, 2014, p.64)

A intenção da sociedade era justamente manter a mulher na função de mãe, esposa e zeladora do lar, pois desta maneira a existência da espécie humana estaria salvaguardada, além de a moral e os bons costumes serem preservados. Para tanto, Melo (2014) afirma:

Recolher a mulher do mundanismo da sociedade burguesa foi um dos pilares dos discursos que inspiraram a interpretação positivista sobre a mulher e garantiu uma argumentação contrária à participação pública das mulheres nos lugares tradicionalmente masculinos. (MELO, 2014, p.64)

Segundo Melo (2014), ainda nesta mesma perspectiva, havia um pensamento de caráter biológico que era utilizado para reforçar a exclusão da mulher dos espaços públicos da sociedade. Fatores como a menstruação e a

reprodução tornam-se símbolos de impureza e redenção, respectivamente, da figura feminina.

No final do século XIX, tinha-se uma visão dualista do papel da mulher na sociedade, onde o ideário feminino transitava entre “o bem e o mal, o fel e a doçura, a inteligência e a fragilidade intelectual”. (MELO, 2014, p.65)

Essa ideia de caráter dual da mulher atravessou o século XX, norteador várias políticas educacionais voltadas para as mulheres neste período, enfatizando a necessidade de uma formação feminina voltada para a atuação no cuidado das famílias e dos lares, para que fossem mantidos dentro dos padrões estabelecidos pela Igreja e pela sociedade, pois “a mulher deveria cumprir na sociedade seu papel de articuladora da família, instituição social também cambiante naquele tempo”. (MELO, 2014, p.66)

Nesse contexto, o discurso paraense era de limitar o lugar da mulher ao lar, afastando-a de preceitos da modernidade que poderiam levar a instituição da família ao declínio. Como afirma Melo (2014):

As alterações da sociedade paraense, em vários aspectos, criava um tom de instabilidade em parcelas da sociedade que temiam a corrosão da ordem social e a quebra de costumes de valores, visível nas recriações dos espaços sociais femininos e nos modos que interagem socialmente. (MELO, 2014, p.66)

A preocupação com a manutenção da ordem moral e social da comunidade paraense da época foi determinante para que, tanto a figura feminina quanto a própria escola pensada para ela, fossem direcionadas para afastar a imagem da mulher do pecado, e dos costumes do mundo, aproximando-a da imagem de Maria, símbolo de pureza e obediência.

Era urgente inculcar nos segmentos da comunidade local os padrões femininos de Maria, definidos pela Igreja como exemplo de mulher a ser seguido, postulado pela sociedade como modelo de padrão necessário para o estabelecimento do bem comum da sociedade paraense. Para tanto a autora aponta que:

A redenção da mulher na sociedade burguesa se fez pela Igreja Católica por meio da sua associação à nova figura associada à Virgem Maria. A mulher, outrora cercada dos pecados da carne pela associação à figura de Eva, ao mito da criação, por ter sido criada da costela de Adão e por ter induzido o pecado original, foi substituída pela figura de Maria. A igreja medieval iniciou o processo que se convencionou a chamar de “mariolatria”

(movimento de culto à Virgem Maria), recriando um novo conceito sobre a mulher. (MELO, 2014, p.67)

Assim, foram gestadas as instituições de ensino do início do século XX, inclusive no Pará. Pensadas para formar o público feminino, de modo a vir atender os anseios da sociedade da época, muitas escolas apresentavam esse caráter religioso de formação da mulher para o cuidado do lar e da família.

Dessa forma, o internato da Escola Doméstica Nossa Senhora Anunciação primava por uma educação de caráter religioso, que preparasse as meninas para servirem a Deus, a família e ao lar. Para tanto, além dos conteúdos das disciplinas que faziam parte do currículo da instituição, as internas também realizavam serviços domésticos, assim como aprendiam algumas prendas domésticas e catecismo.

Os conteúdos disciplinares do currículo escolar eram trabalhados, na maioria das vezes, em sala de aula. Esses conteúdos eram ministrados pelas professoras, que utilizavam como suporte de ensino, sobretudo, o quadro-negro.

Acerca da função didática do quadro-negro, podemos afirmar que ele é “um instrumento de ensino coletivo, que aparece vinculado à simultaneidade do ensino de ler e escrever. É material escolar que marca o método de ensino de transmissão simultânea e divide espaço, tempo e exercícios”. (BARRA, 2013, p.126)

As salas de aulas são descritas tanto por Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana como espaços de tamanho razoável, com boa iluminação e ventilação. Esses ambientes eram mobiliados com carteiras escolares, armários, conjunto de mesas/cadeiras para professoras, relógio de parede, quadro-negro, assim como alguns materiais pedagógicos como livros, mapas e globos.

Os estudos de Bosi (1994) são centrados na memória social aportada na velhice. Para esta estudiosa, a função dos velhos para a sociedade é lembrar e lembrar bem. Nesse processo, percebemos “deslizes na localização temporal de um acontecimento”, assim como problemas cronológicos “com acontecimentos extraordinários da infância e da juventude”, quando os velhos sofrem “um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais” (BOSI, 1994, p. 419)

De acordo com Vidal (2011), entre o século XIX e a primeira metade do século XX, as carteiras escolares passaram por um processo de adequação em seu formato. O primeiro modelo criado nas décadas iniciais dos oitocentos consistia em um conjunto de banco e bancada. Já a segunda versão, criada no final do século

XIX, era composta por um conjunto de mesa e cadeira com encosto. O terceiro exemplar foi criado em meados do século XX, quando a carteira foi separada em dois móveis distintos, ficando a cadeira e a mesa.

As carteiras das internas eram confeccionadas em madeira e ferro, podendo ser utilizadas em duplas ou individualmente. Eram compostas por mesa e cadeira em um único móvel, com espaço logo abaixo da mesa, o qual servia para guardar o material escolar.

Esse mobiliário é descrito como um móvel desconfortável, onde as meninas deviam sentar-se de maneira adequada, para disciplinar o corpo e favorecer a aprendizagem. As carteiras eram confeccionadas “com pé de ferro fundido, deveriam ser fixas ao solo para evitar que seu deslocamento causasse outros danos à saúde do escolar”. (VIDAL, 2009, p.34)

Conforme Castro e Silva (2012) esse tipo de mobiliário torna-se essencial para o bom desenvolvimento das aulas, uma vez que:

Bancos e cadeiras ordenavam espaços e sujeitos dentro de um universo delimitado. Na escola, mesa e cadeira encontraram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem. Perpetuaram-se como objeto fundamental para um bom ensino. Algumas delas, no entanto, ganharam um real espaço no ensino quando se tornaram necessárias como apoio para escrever. (CASTRO; SILVA, 2012, p.170)

As salas de aulas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação demonstravam um nível elevado de organização. Sempre muito limpas e bem cuidadas pelas próprias internas, denunciavam o cuidado extremo que existia com a higiene e disciplina dentro da instituição.

As carteiras eram dispostas em filas, onde as meninas acomodavam-se em pares ou sozinhas, não podendo conversar de maneira alguma durante o período em que estivessem em sala de aula. Os conteúdos e atividades eram escritos no quadro-negro pela professora, para que as internas pudessem copiar em seus cadernos.

O quadro-negro torna-se instrumento na relação entre a manutenção da disciplina escolar e a aprendizagem. Sendo utilizado como “material coletivo de uso privilegiado do professor, o quadro-negro indica a todos da classe a lição que deve ser executada. “(BARRAS, 2013, p.130)

Dona Irene relembra que as professoras escreviam muito rápido no quadro negro e que as meninas tinham dificuldades de acompanhar, mas a professora alertava: “copiem logo, vocês demoram demais, eu vou apagar”.

Segundo Castro e Silva (2012), no século XIX, os assentos escolares apresentavam formas diferentes, podendo apresentar-se como bancos ou cadeiras sem apoio para cadernos e livros, demonstrando que nem sempre as escolares preocuparam-se com o ensino da escrita.

Enquanto a escola se ocupava apenas do ensino da leitura, o próprio para o impresso poderia ser o próprio colo; a cadeira ou o banco não precisava de “seu par”, em formato de mesa, conjunto que mais tarde viria a caracterizar com tanta força a escola. (CASTRO; SILVA, 2012, p.170)

A presença de mobiliário com apoio para colocar cadernos e livros, tornou-se de extrema importância para o desenvolvimento da escrita. Conduzir as crianças para “além de somente ler” não era uma tarefa fácil, contudo se tornou extremamente importante, pois as questões econômicas faziam com que fosse necessário que elas aprendessem a fazer contas e redigir cartas comerciais. Dessa forma, os autores destacam:

Com a chegada do ensino da escrita, passou a ser fundamental ter-se um apoio para colocar a lousa, a ardósia ou o papel para escrever. A mesa ou a carteira foram ganhando espaço nas salas de aula, acompanhando métodos de ensino e se estabeleceram como objetos potencializadores da escrita. A base material da escola acompanharia, ao mesmo tempo em que as indica, as alterações no universo escolar. (CASTRO; SILVA, 2012, p.172)

O mobiliário utilizado pelas professoras ficava no início da sala de aula, sobre uma espécie de púlpito (estrado), para que elas ficassem em um nível mais alto que as internas, demonstrando assim hierarquia e poder naquele espaço, assim como para ter uma visão geral do que acontecia na turma.

Segundo as narrativas de Dona Irene, as meninas tinham aulas de Matemática, Português, Ciências, Estudos Sociais e Artes. Esta ex-aluna interna conta que desde a época do primário nunca se identificou com a disciplina de Matemática, demonstrando grande dificuldade em assimilar os conteúdos trabalhados nessa área de conhecimento.

A disciplina favorita de Dona Irene era Ciências, pois a professora fazia algumas experiências que despertavam o seu interesse, como: acompanhamento do crescimento de mudas de vegetais, verificação dos estados da água, entre outras.

Em seus relatos, Dona Irene fala da inexistência da disciplina de Educação Física, enfatizando que as únicas atividades físicas e recreativas que as internas realizavam eram no momento da recreação no final do dia, quando as meninas podiam brincar na área externa da escola. Dentre suas brincadeiras favoritas estão “esconde-esconde”, “pega-pega”, “pata cega” e diversas cantigas de roda, como “bom barqueiro” e “atirei o pau no gato”.

Quando ouvimos Dona Maria podemos perceber que as disciplinas informadas são as mesmas. No entanto, notamos certo pesar em sua fala. A ex-aluna interna coloca que se sentia menosprezada, pois sua professora não dava oportunidade para que ela expusesse o que havia aprendido nas aulas.

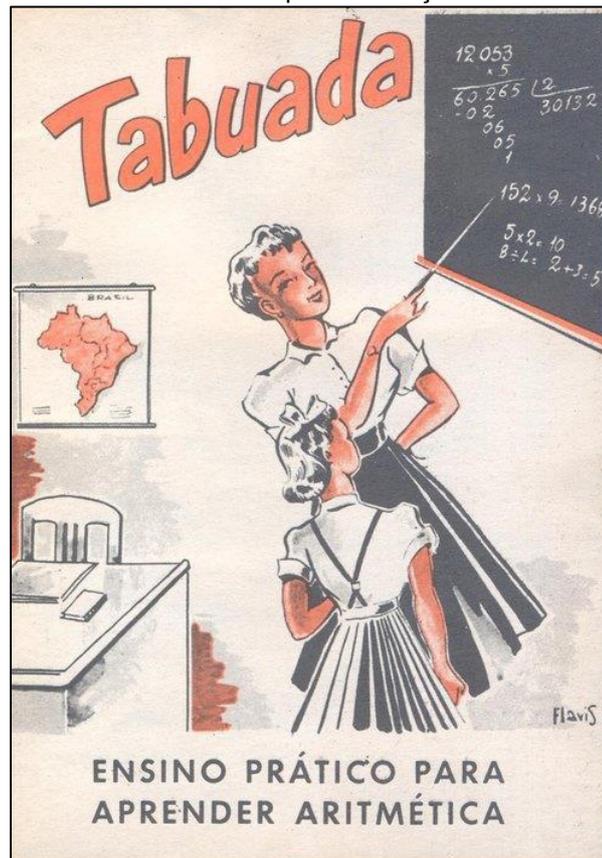
Segundo os relatos de Dona Maria, o reforço sempre era negativo, pois a ex-aluna sempre pedia para responder alguma pergunta realizada pela professora e a mesma dizia: “Não, a Maria não. Você não sabe nada, tem preguiça”.

Podemos deduzir que o tratamento dispensado às internas nem sempre se baseava no critério da igualdade de oportunidades. Dona Maria acreditava que tinha capacidade para responder algumas perguntas e se posicionar sobre algumas temáticas, no entanto, as professoras, por algum motivo não aparente e justificável, impediam-na de se expressar, ocasionando entraves em sua aprendizagem.

De acordo com os relatos de Dona Maria acontecia semanalmente sabatinas de Matemática, envolvendo as quatro operações, e também de Português, quando eram estudados os verbos. Esses momentos eram de muita tensão, pois além da sabatina, temida pelas meninas, ainda tinha o receio de errar e sofrer um constrangimento perante a turma inteira.

Conforme Almeida e Cunha (2012), podemos inferir que as sabatinas eram tarefas escolares passadas “ordinariamente para o sábado (daí o seu nome) e constavam de recapitulação das matérias dadas num certo período de tempo onde uns estudantes eram arguentes e os outros defendentes”. (2012, p.9)

Imagem 8 - Tabuada adotada pela instituição nas décadas de 1960 e 1970.



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

Quando analisamos os relatos de Dona Irene percebemos que as informações em relação às sabatinas, tanto de Matemática quanto de Português, são semelhantes às de Dona Maria, afirmando que tinha muito medo dessas atividades, pois até a forma como a professora se comportava e as internas eram dispostas na sala de aula já causava intimidação.

Com base na afirmativa de Dona Irene, a professora ficava no púlpito (estrado) para ficar em uma posição superior as alunas e chamava pequenos grupos para frente da sala de aula, para que pudesse realizar os questionamentos referentes às sabatinas.

Todavia, a cada erro aferido nas sabatinas, a palmatória¹² era executada. A palmatória era uma régua grande, confeccionada em madeira de lei, com uma cavidade na ponta. Em suas narrativas, Dona Irene afirma que esse “era um

¹² A palmatória, segundo Schueler (2007, p.02) “era um instrumento dos mais persuasivos para que seus discípulos aprendessem rápido, “de cor e salteado”, o bê-á-bá e a tabuada”. No período do império a palmatória era conhecida como “Santa Luzia”

momento difícil, pois a gente era criança e tinha medo e vergonha de errar, mas com toda essa preocupação a gente aprendia tudo”.

Os mecanismos de avaliação escolar utilizados no Ensino Primário na primeira metade do século XX nos revela uma tendência pedagógica de aplicação de “sabatinas e de provas como instrumentos de aferição da aprendizagem do aluno, com a avaliação orientada, em geral, para a verificação do produto final, visando a (des) classificação do aluno.” (CLARAS; FRANÇA; PORTELA, 2013, p. 02)

Para Dona Maria, a experiência dos anos no internato não foi muito exitosa. De acordo com seus relatos, estudar na escola Doméstica não acrescentou nada em sua vida, pois devido à postura de algumas professoras e religiosas, a mesma desestimulou-se a prosseguir em seus estudos.

Segundo Dona Maria, as religiosas se diziam descontentes com o seu desempenho, alegavam que a interna não tinha interesse em aprender e que não se dedicava às atividades domésticas do internato, chegando ao ponto de comunicarem à genitora de Dona Maria que a mesma seria desligada da instituição.

Quando analisamos as narrativas de Dona Irene, podemos perceber que as experiências foram diferenciadas. Esta ex-aluna interna fala do internato com muita ternura, dizendo que este espaço “foi sua casa”, onde ela sempre se sentiu em família, classificando sua vida na instituição como uma experiência de aprendizagem valiosa, pois teve a oportunidade de viver, estudar e trabalhar anos mais tarde no internato.

Todas as atividades realizadas pelas internas fossem em sala de aula ou fora dela, eram controladas rigorosamente pelas religiosas. O tempo era um fator de controle na instituição, pois desde o momento em que acordavam até a hora de dormir, as meninas tinham seus horários cronometrados pelas Irmãs Anunciadas. Dessa forma, o horário escolar

Era de suma importância na medida em que permitia o controle completo das atividades do aluno e professor, habituando-os ao trabalho disciplinado, metódico e organizado. A organização prévia, a divisão das horas em minutos e segundos permitiam um controle minucioso e detalhado do tempo, de forma a ampliar o controle sobre o corpo e suas atividades, gerando maior rendimento das atividades escolares. (SOUZA, 2003, p. 1)

De acordo com Foucault (2003), as instituições fechadas têm como característica marcante o controle do tempo, objetivando não apenas o combate à

ociosidade, mas, sobretudo o aproveitamento de todo tempo livre. A meta é conseguir o máximo de benefícios/ganhos em fragmentos cada vez mais reduzidos de tempo.

Na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, como em toda instituição fechada, havia uma dinâmica de fiscalização do tempo e das atividades desenvolvidas, pois “faz parte da cultura dos internatos a utilização de dispositivos de controle do tempo, os quais sinalizavam aos internos os horários regulados e impositivos.” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 184)

As discussões em torno das propostas educacionais dos séculos XIX e XX apresentam uma forte “relação entre escolarização de conhecimentos e tempos e espaços sociais”. (FILHO; VIDAL, 2000, p. 20). Percebemos essa conexão histórica no controle dos tempos escolares, nos métodos pedagógicos adotados e na disposição dos espaços escolares.

O controle do tempo no internato era simbolizado pela sineta, uma espécie de campainha com som forte, que era tocada várias vezes durante o dia. Através deste objeto, o tempo era controlado pelas religiosas dentro do internato, de modo a disciplinar e impor as normas às internas.

Para ratificar essa afirmação, nos valemos de Conceição (2012) que afirma que a sineta ou corneta, era um instrumento de conformação do indivíduo nas escolas internas. Dessa forma

O toque de corneta emitia um sinal que obrigava o exercício de ocupações rotineiras e impositivas e regulava os ciclos de repetição delas na cultura do internato: acordar, fazer o asseio, comer, trabalhar ou estudar, comer, trabalhar ou estudar, comer, tempo livre ou “banca”, recolhimento ao dormitório, dormir. (CONCEIÇÃO, 2012, p.188)

Segundo Souza (2003), na primeira metade do século XX, as escolas primárias definiam suas atividades diárias com precisão, fazendo uso da sineta para organizar com exatidão o tempo e o espaço escolar. Por sua vez, os professores não poderiam, em hipótese alguma, alterar os horários escolares, devendo cumpri-los com pontualidade e assiduidade.

As obrigações domésticas eram organizadas em escalas mensais, sendo que as internas eram divididas em grupos para executá-las. Cada grupo ficava responsável por determinada atividade doméstica, tudo supervisionado por uma religiosa designada para tal função.

Essas atividades domésticas incluíam a lavanderia, limpeza das dependências da escola e lavagem das louças utilizadas. Além disso, ainda havia as áreas externas da escola, onde podia ser encontrado jardim, horta, pomar e criação de aves, suínos e bovinos.

A produção de hortaliças, legumes, frutas, ovos e carnes serviam para subsistência das internas, religiosas e demais funcionários da instituição. No entanto, parte do que era produzido era destinada à venda nos comércios locais, e a renda adquirida retornava em forma de pagamentos de despesas com energia, funcionários, medicação, entre outros.

Apesar de a instituição manter funcionários, como cozinheiras, zeladores e vigias, para que se pudesse dar conta da manutenção do internato, as meninas internas tinham atribuições nos espaços onde esses profissionais executavam seus trabalhos, participando ativamente dos serviços de colheita de frutas e verduras, alimentando as criações e zelando pela limpeza do quintal.

Conforme Dona Maria, tanto as meninas desvalidas quanto as pensionistas realizavam as obrigações domésticas. No entanto, os serviços mais pesados e exaustivos ficavam a cargo, na grande maioria das vezes, das meninas órfãs e desvalidas, fato esse que para a ex-aluna interna configurava-se em uma diferenciação no tratamento entre as pagantes e não pagantes.

As narrativas de Dona Maria sobre os serviços domésticos são conflitantes com as de Dona Irene, uma vez que esta afirma que não existia qualquer diferenciação entre as internas, nem em relação aos afazeres domésticos, assim como em nenhuma outra atividade realizada no internato. De acordo com Dona Irene “todas eram tratadas iguais, não tinha diferença porque pagava e porque não pagava”.

Como parte da proposta de formação doméstica das meninas, o internato também promovia algumas oficinas de culinária, corte costura, bordado e pintura, quando as internas desenvolviam suas habilidades nos trabalhos manuais que seriam de serventia, tanto para a vida dentro do internato, quanto fora dele.

De acordo com as narrativas de Dona Maria, havia duas maneiras de as meninas participarem das oficinas: sendo pensionista, pois era necessário ter condições financeiras para adquirir os materiais utilizados nas aulas, ou por mérito, caso a menina fosse órfã ou desvalida e não pudesse arcar com o ônus dos materiais, desde que tivesse um excelente comportamento.

Dona Irene coloca que ela era uma dessas exceções, pois mesmo estando na condição de desvalida, aprendeu a bordar e pintar no internato, uma vez que foi selecionada pelas religiosas, “porque era obediente e sempre estava disposta para servir”.

Podemos perceber que apesar de as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas terem o mesmo tipo de formação, sendo preparadas para cuidar do lar e da família, aprendendo diversos tipos de serviços domésticos, existia uma diferenciação de cunho socioeconômico que afetava diretamente na formação das mesmas.

Quando questionada sobre as formas de tratamento dispensadas às internas, Dona Maria é enfática ao afirmar que:

Era bom né, que era assim coisa bem feita, tudo bem administrado né, coisa assim. Mas, teria sido melhor se não fizessem distinção, né. Não era a Madre, eram as próprias freiras, não era a Madre em si que fazia distinção. A Madre era uma mãe, só que como eu estou lhe dizendo, as assessoras dela (Irmãs) é que faziam distinção. Tratavam melhor se fosse como você é bonita, se trajasse bem. Se fosse como eu, feinha, pretinha, era tratada mal. Mas a Madre, a Madre não, pra ela era tudo igual. (DONA MARIA, 2014)

Ao negar às desvalidas a oportunidade de participar de oficinas para aprenderem algum tipo de trabalho artesanal, que no futuro poderia servir de fonte de renda, a instituição além de renegar essas meninas exclusivamente ao trabalho doméstico, demonstrava que para o internato, as pensionistas tinham direitos que as desvalidas não tinham, por questões financeiras e sociais.

3.6 A alimentação das meninas no internato

Os custos com a alimentação no internato eram mantidos pelo pagamento realizado mensalmente pelas famílias das pensionistas, pelas verbas recebidas da LBA e por meio de donativos solicitados pelas religiosas para comerciantes, empresários e políticos da comunidade. Dona Irene relata que

Os políticos, os governadores, eu acho que eles davam dinheiro, porque quando chegava o tempo deles fazerem a visita no colégio, aquelas visitas que eles faziam, ela (Madre Inácia) preparava aquele banquete para receber o governador e mandava chamar todas para se apresentarem. Era tipo assim: o pai, o responsável de vocês vem hoje aqui, tem que se apresentar direito para ele ver a quantidade de meninas, ver o quê a gente comia, era assim. (DONA IRENE, 2014)

As meninas internas faziam cinco refeições diárias, incluindo café da manhã, lanche, almoço, lanche e jantar. Essas refeições eram feitas por funcionárias da escola, mas as internas ajudavam no processo de feitura dos alimentos, auxiliando em descascar e cortar legumes, catando arroz e feijão, cortando carnes e aves, entre outros.

Fotografia 2: Interna auxiliando na preparação da alimentação - Década de 1970



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação.

Ao serem questionadas sobre a alimentação das religiosas, Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana foram unânimes em dizer que a alimentação das Irmãs Anunciadas era diferenciada, tratando-se de algo mais elaborado.

Em seus relatos, Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana afirmam que comiam diariamente nas principais refeições: feijão, arroz e algum tipo de proteína (frango, peixe, carne bovina ou ovos). Na falta de proteínas, as internas se alimentavam de sopa ou enlatados.

Segundo as narrativas de Dona Irene, Dona Maria, Dona Ligia e Dona Ana, a alimentação das religiosas era mais elaborada que a das internas, sendo priorizados e selecionados os melhores gêneros, tendo o cuidado para que as religiosas não ficassem sem as proteínas, leite, legumes e frutas.

Dona Irene, Dona Maria, Dona Lúcia e Dona Ana relatam que concordavam com a diferenciação existente entre a alimentação das internas e das religiosas, pois elas eram subordinadas às Irmãs Anunciadas que exerciam papel hierárquico no internato. Além disso, as religiosas eram tidas como seres de perfeição, representantes da divindade na Terra. Dessa forma tinham direitos e privilégios especiais, inclusive no que concerne à alimentação.

Fotografia 3: Interna auxiliando as Irmãs a estender roupas no varal.



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

A visão de representação do poder divino atribuído aos religiosos foi difundida pela Igreja Católica desde os primórdios de sua existência. Assim, esse entendimento era inerente às internas, que absorviam essa perspectiva de superioridade gloriosa de forma natural e pacífica, sem fazerem questionamentos ou reclamações.

Podemos inferir que além da notória discrepância na alimentação das religiosas e das internas, existia também um uso abusivo da hierarquia das Irmãs Anunciadas dentro do internato. Nos parece que as Irmãs utilizavam sua posição religiosa para sobrepor-se às meninas internas, obtendo assim certas regalias na instituição em relação a alimentação, repouso, entre outros.

Inclusive a cozinha e o refeitório das religiosas eram separados das internas. Dessa forma, as meninas não ajudavam na preparação da comida das Irmãs

Anunciadas, tão pouco sabiam o que e/ou como as religiosas comiam. No entanto, havia os comentários no internato de que o empenho na elaboração da alimentação das religiosas era bem maior do que no das internas.

Contudo, Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana afirmam que se alimentavam muito bem, que não faltava nada a elas, pois no próprio internato criavam-se animais como aves, suínos e bovino, além de cultivarem uma horta que fornecia legumes e verduras frescas diariamente.

Elas relatam que tinham os gêneros alimentícios básicos para as refeições, mas que não havia dinheiro livre no internato para adquirir alguns produtos com certa frequência, como era o caso do pão, sendo que para resolver essa questão, era produzida no internato a “cocoriza¹³”.

Algumas meninas pensionistas eram presenteadas por seus familiares no momento da visita com alguns itens alimentícios, como bolachas, goiabada, doce de leite, leite condensado, entre outros, e podiam assim incrementar suas refeições.

Como as meninas desvalidas em geral não tinham esse tipo de benefício, ou por serem órfãs e não receberem visitas ou por seus familiares serem bastante carentes, dispunham-se a fazer favores para as pensionistas em troca de algumas guloseimas que estas recebiam.

3.7 O Uniforme das meninas internas

Para compreender o uniforme como parte integrante da cultura material escolar, faz-se necessário um olhar para além da apresentação física deste objeto. É fundamental que consideremos o sentido e valor histórico atribuído a ele pelos segmentos sociais dos quais fazem parte.

A Escola Doméstica manteve hábitos bastante tradicionais que a caracterizaram como uma instituição de referência durante todo o seu funcionamento. Sua organização e normas a diferenciaram das demais instituições, criando uma cultura escolar própria, com elementos peculiares ao seu funcionamento.

¹³ Cocoriza era uma espécie de biscoito doce feito à base de milho, leite e ovos. As internas participavam do processo de confecção da Cocoriza, onde após misturarem todos os ingredientes a massa era sovada e depois colocada para assar. A cocoriza substituíva o pão no café da manhã e nos lanches.

Dentre os pontos que marcaram a identidade deste internato temos o enxoval que as internas utilizavam, obrigatório e padronizado para todas as meninas órfãs, desvalidas e pensionistas.

A responsabilidade pela confecção desse enxoval ficava a cargo da própria escola, que mantinha costureiras para realizarem os serviços de costura para a instituição e para manter o padrão das peças utilizadas no enxoval.

As meninas pensionistas tinham seus enxovais custeados por suas famílias, que encomendavam as peças na própria escola, enquanto que as meninas órfãs e desvalidas tinham suas despesas com o enxoval pagas com os recursos recebidos através da LBA.

A cultura escolar de uma dada instituição é constituída por vários elementos materiais, inclusive pelo uniforme. Este elemento é imbuído de significados e valores, fazendo parte da memória individual e coletiva daqueles que o utilizaram.

O uniforme é um objeto cultural que pertence à comunidade escolar da qual faz parte, demonstrando o modo de agir e pensar do grupo. Ele torna-se um símbolo de integração das instituições escolares e que muito diz a respeito desses espaços educativos. Para tanto:

Empreender esforços para entender o uso dos uniformes escolares pressupõe, então, procurar indícios da história e da memória de uma dada instituição ou de um grupo, buscando desvendar os sentidos simbólicos que esse objeto adquiriu no universo escolar e social, desnaturalizando e historicizando seus usos. (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 577)

Ao ingressarem na instituição, conforme a narrativa de Dona Maria, as internas eram encaminhadas à costureira para que fossem aferidas suas medidas, para a devida confecção dos uniformes. No atelier, a costureira fazia as peças todas em jornal, para que fossem provadas pelas meninas e somente depois de feitos os ajustes, as peças eram confeccionadas em tecidos.

Dona Irene afirma que o enxoval era composto pelas seguintes peças: três vestidos de manga curta, dois uniformes de gala e combinações. Os vestidos de manga curta eram confeccionados em tecido quadriculado vermelho e azul, sendo utilizados diariamente, enquanto que os uniformes de gala eram usados somente em solenidades e programações formais.

Esse vestido diário era chamado pelas internas e religiosas de “Bibi”. Questionadas da razão da nomenclatura adotada para a vestimenta, tanto dona

Irene quanto Dona Maria não souberam responder, afirmando que desde o princípio este foi o nome adotado para o vestido, não sabendo a origem do apelido carinhoso.

Fotografia 4: Internas trajando o uniforme diário “Bibi” – Década de 1970



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

O “Bibi” segundo Dona Maria era confeccionado em “urucubaca¹⁴”, sendo que o vermelho era usado nas atividades domésticas inerentes ao cotidiano do internato, enquanto que o azul era usado pelas internas nos momentos em que estavam em sala de aula.

O “Bibi” fazia parte da identidade das meninas internas, caracterizando-as diariamente, quer estivessem em sala de aula, ou em qualquer outra atividade do internato. Um vestido sóbrio, sem denotar qualquer tipo de vaidade, cuidando para não evidenciar o corpo das meninas e possibilitando a mobilidade das mesmas na execução de suas tarefas escolares e domésticas.

O uniforme escolar funcionava no internato como um mecanismo de dominação, configurando-se como um símbolo de subordinação às ordens impostas às internas. “Assim, o uniforme escolar, visto como um instrumento de poder que

¹⁴ Urucubaca era uma espécie de tecido quadriculado de baixa qualidade, vendido em peças grandes, com preço acessível, podendo ser encontrado em armazéns e lojas de tecidos da época.

atua sobre o corpo, representa uma forma de controle e vigilância que acompanha o indivíduo onde quer que ele esteja”. (RIBEIRO; SOUZA, 20012, p.214).

Em referência ao uniforme de gala podemos inferir que ele demonstrava certo *status* em relação à tradição do internato enquanto uma escola católica reconhecida pela sociedade local, fazendo parte de sua cultura material escolar.

O traje de gala era composto por camisa branca de mangas compridas, saia plissada com suspensório na cor azul marinho, sapato preto estilo boneca e meias brancas na altura dos joelhos, sendo que essa indumentária era utilizada somente nos dias solenes e festivos, como Bodas das Superiores da Congregação das Irmãs Servas de Nossa senhora da Anunciação ou visitas de autoridades a escola.

Segundo Dona Maria, o traje de gala muito lembra o uniforme da “Escola Normal”, exceto pelo suspensório agregado a saia repleta de pregas, o qual era adornado em suas alças com três botões enfileirados de ambos os lados.

Em seu relato Dona Maria fala do cuidado das religiosas em relação a vestimentas das internas na ocasião das visitas do então governador do estado Alexandre Zacarias de Assumpção ao internato, e ela, ao falar do traje de gala, menciona que “tinha a blusa especial do dia de festa, quando tinha uma festa maior no colégio, se fosse chegar o governador ou tivesse alguma apresentação, a gente tinha uma blusa nova pra vestir, o mesmo modelo, só que nova”.

3.8 O dormitório no internato

Com base nos estudos de Conceição (2012a), os dormitórios coletivos presentes nos internatos são uma característica da pedagogia do internar. Geralmente são espaços grandes, com muitas camas e com uma organização semelhante aos dormitórios de quartel.

Tomando como referência as narrativas de Dona Maria no período em que ela esteve na instituição, podemos destacar que o internato dispunha de dois dormitórios para as internas e um dormitório para as religiosas. Os espaços destinados às meninas eram organizados da seguinte forma: em um dormitório ficavam as internas de grande e médio porte e no outro as internas de pequeno porte.

Podemos descrever esses cômodos como quartos muito grandes, que abrigavam em média 150 meninas. Conforme Dona Maria era “enorme assim, você

olhava parecia um cemitério, uma cama atrás da outra, só ficava o meio pra gente andar, cada cama uma do lado da outra”.

Os dormitórios eram mobiliados com camas de lonas e armários com escaninhos individuais sem chaves. No período da noite, com a inexistência de banheiros nesses espaços, as internas e religiosas faziam suas necessidades fisiológicas em um recipiente de alumínio grande, denominado de bacio.

De acordo com Dona Maria em cada um dos dormitórios das internas dormia uma religiosa, sendo esta responsável por zelar pelas internas e cuidar para que a ordem fosse mantida no dormitório. Nesse momento, as religiosas ficavam rondando o cômodo observando as meninas e rezando até certificarem-se de que todas haviam dormido.

Esse fato baseia-se segundo Goffman (1974), na “direção burocrática”, que por meio da disciplina e rigor controla os espaços do internato, através da fiscalização de um grande número de internas comandadas por um limitado número de religiosas.

Após todas as internas adormecerem, as Irmãs Anunciadas responsáveis pelos dormitórios dirigiam-se até suas camas, as quais ficavam guardadas por um biombo¹⁵, para trocar de roupa e dormir. A privacidade das religiosas era algo quase que sagrado para elas, onde preservavam seus hábitos e costumes para que não tivessem sua vida invadida e conservassem o respeito de todos.

3.9 A questão da saúde no internato

O discurso higienista propagado durante o século XX se configurava como uma política de disciplina do corpo e de prevenção de doenças. Para ratificar essa afirmativa, apontamos que:

No limiar do século XX, em conformidade com o crescente processo de urbanização e aumento populacional no país, observa-se nos discursos políticos/educacionais uma preocupação crescente com a integridade da sociedade que ia se formando, aliada a uma valorização do discurso médico-higienista por variados campos do conhecimento, com destaque para a educação, que começa a ser vista como ferramenta eficaz na difusão

¹⁵ Divisória móvel com partes articuladas entre si, usadas para separar ambientes, favorecendo um espaço reservado e com maior privacidade. Como as religiosas não permitiam que as internas as vissem em trajes mais íntimos, o biombo era uma ótima solução para que as Irmãs Anunciadas ficassem acompanhando as internas nos dormitórios, sem que fossem vistas em sua intimidade.

de hábitos higiênicos preventivos (não só em relação ao corpo discente, mas, de forma ampliada, alcançando outras esferas sociais). (KINCHESCKI; NEVES, 2012, p.133)

O internato da Escola Doméstica Nossa senhora da Anunciação também apresentava em seu discurso educativo, uma preocupação higienista, seja no cuidado com a limpeza da instituição e com o zelo com a higiene das internas, como na própria formação das meninas, voltada para o cuidado do lar e da família.

Segundo Kinchescki e Neves (2012) a noção de higiene ligada unicamente à estrutura física dos indivíduos, é uma concepção socialmente construída. Na perspectiva higienista esse conceito é reconstruído, passando a ser concebido de maneira amplificada, incorporando os fatores externos, incluindo os cuidados com os espaços que circundam os indivíduos, compreendendo os danos que podem ocasionar na saúde e bem estar das pessoas.

Assim, fazia-se primordial que os cuidados com a higiene não fossem relacionados tão somente ao corpo dos indivíduos, mas que se estendessem aos ambientes que eles frequentavam, assim como aos utensílios utilizados pelos mesmos.

De acordo com Kinchescki e Neves (2012) o conceito higienista envolvia os cuidados com a saúde das pessoas, mas também defendia essa dedicação à higiene para além do físico dos indivíduos, envolvendo o âmbito externo onde estes estavam inseridos.

A limpeza dos espaços do internato era de responsabilidade das internas, sempre acompanhadas por uma ou mais religiosas. Esse trabalho, como todos os outros que envolviam a rotina doméstica, era dividido por escalas mensais.

Dona Maria nos explica que ao chegar à instituição, todas as meninas eram contempladas com uma numeração que as identificariam e pelo qual elas atenderiam a partir daquele momento. Essa medida tornava mais fácil para as religiosas, mediante o contingente numeroso de internas, identificá-las com mais facilidade e rapidez.

O sorteio para montar as equipes de trabalho, assim como qualquer atividade da instituição, era realizado pela chamada desses números. Dona Maria, que atendia pelo número 14, nos conta que a Madre Inácia, superiora do internato, dirigia-se para o centro do pátio para realizar a chamada do sorteio e formar as

equipes de trabalho. Esse era um momento muito esperado pelas internas, pois teriam sua rotina doméstica de todo um mês, definida naquele momento.

A instituição dispunha de uma enfermaria que atendia casos mais simples, como algum machucado leve, resfriados e dores de qualquer natureza. Esse espaço era utilizado para fazer curativos, administrar medicações ou para colocar em repouso e/ou quarentena internas afetadas por alguma enfermidade.

Os relatos das ex-alunas indicam que não havia médicos e nenhum outro profissional da saúde no internato, somente as religiosas faziam os atendimentos emergenciais nas internas. Todavia, quando as meninas necessitavam de tratamento mais especializado, as religiosas contavam com o apoio de médicos da comunidade, que realizavam a intervenção terapêutica adequada.

As religiosas procuravam os médicos com a intenção de estabelecer uma parceria, para que estes tratassem as meninas internas sem ônus para o internato, uma vez que não dispunham de recursos. Como forma de agradecimento, as Irmãs Anunciadas presenteavam os médicos com frutas, vegetais, galinhas e peças bordadas pelas internas na instituição.

Dona Irene, no tempo em que esteve interna na instituição foi acometida por Sarampo, tendo que ficar por semanas em isolamento na enfermaria. Ela relata que as doenças da infância como catapora, coqueluche, sarampo e caxumba, eram frequentes entre as internas e que as Irmãs Anunciadas tinham todo um cuidado para evitar o contágio de novas meninas.

Caso a interna enferma fosse pensionista, era enviada para casa para que a família fosse encarregada dos cuidados, afastando a menina das demais, como medida preventiva. Como as meninas órfãs e desvalidas não tinham condições de ter atendimento médico fora do internato, ficavam aos cuidados das religiosas, afastadas das saudáveis, na tentativa de resguardá-las.

Dona Maria não contraiu nenhuma das doenças de infância no período em que foi interna, mas presenciou muitas internas adoecendo. Sobretudo, enfatiza que as Irmãs Anunciadas não mediam esforços para restabelecer a saúde das meninas, quer seja cuidando pessoalmente delas quando possível, quer seja providenciando tratamento em consultórios e/ou hospitais, quando necessário.

As meninas em geral adoeciam de gripes, dores de barriga e ouvido. Tinham também aquelas que sofriam algum tipo de lesão ao realizarem suas atividades domésticas, como cortes nas mãos e quedas.

As internas que tivessem que fazer algum procedimento mais especializado ou algum tipo de cirurgia, eram encaminhadas para a Santa Casa de Misericórdia, hospital localizado em Belém, que era administrado pela Congregação das Filhas de Sant'Ana.

Compreendemos que o processo de formação das meninas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação abrangia vários aspectos da dimensão humana, considerando a formação escolar, a preparação para o trabalho doméstico e a valorização da fé católica.

A quarta seção traz uma discussão a respeito das cerimônias institucionais realizadas na escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, abarcando as celebrações religiosas, as festividades e o lazer como atividades educativas imersas no processo de formação das meninas internas na instituição.

4 CERIMÔNIAS INSTITUCIONAIS NA ESCOLA DOMÉSTICA NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO

De acordo com os apontamentos de Goffman (1974, p.85) “toda instituição total parece criar um conjunto de práticas institucionalizadas”, dentre as quais podemos destacar as cerimônias institucionais, que denotam momentos de trabalho coletivo sem diferença entre internados e equipe dirigente.

Essas cerimônias se caracterizam como práticas institucionalizadas adotadas para aproximar a equipe dirigente e os internos da instituição total. Assim, todos os integrantes poderão ter uma visão melhor do outro, ao mesmo tempo em que se identificam e se colocam no lugar que este outro ocupa naquele espaço.

Para o campo da história da educação, compartilhar informações vinculadas às cerimônias que ocorrem em uma instituição, é essencial para que se conheça o funcionamento e a função social do estabelecimento, pois:

O que quer que seja que uma cerimônia ofereça aos participantes de uma instituição total, oferece algo apreciável para os estudiosos de tais organizações. Ao temporariamente modificar a relação usual entre equipe dirigente e internados, a cerimônia demonstra a diferença de caráter entre os dois agrupamentos- uma diferença que não é inevitável e nem inalterável. Por mais insípida que seja (e por mais funcional), a cerimônia assinala um momento em que se afasta e até se inverte o drama social diário (...). (GOFFMAN, 1974, p.97)

Os documentos orais e escritos, utilizados como fontes nesta pesquisa, indicam algumas cerimônias institucionais que se constituíram como elementos de tradição para a comunidade Anunciada e que retratam a história do internato.

Oportunamente, utilizamos o conceito de Goffman (1974) acerca das cerimônias institucionais, tendo a compreensão de que elas podem apresentar naturezas diversas, tais como religiosa, cívica, comemorativa, esportiva e de lazer.

Ao trabalhar as cerimônias institucionais em um contexto de instituições totais, o autor afirma que estas “tendem a ocorrer com certa periodicidade bem espaçada, e despertam alguma excitação social. Todos os grupos do estabelecimento participam independentemente de posto ou posição.” (GOFFMAN, 1974, p. 96).

Para organizar as informações, esta seção está constituída da seguinte maneira: primeiro abordamos as cerimônias religiosas que aconteciam no internato, como as missas, Eucaristia, Crisma, catequese e confissão.

Em seguida, damos enfoque à festividade de Nossa Senhora da Anunciação, ao aniversário da instituição, ao desfile escolar da Semana da Pátria e às festas natalinas, as quais buscavam incentivar o sentimento de pertencimento à comunidade escolar, assim como de reafirmar os valores cívicos.

Para finalizar, trazemos uma discussão sobre lazer e recreação, destacando o dia de visitas e as brincadeiras, compreendidos como uma estratégia de interação entre as famílias e as internas, mas, sobretudo como uma forma de suavizar os rigores da vida no internato.

4.1 As celebrações religiosas no internato

A Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, sendo uma instituição educativa centrada na doutrina católica, evidencia que as práticas religiosas presentes no dia-a-dia da comunidade escolar foram determinantes para a formação das meninas internas.

De acordo com Goffman (1974, p.95), uma cerimônia religiosa se caracteriza como “um período em que a unidade entre a equipe dirigente e os internados pode ser demonstrada por indicar que, em alguns papéis não significativos, todos participam da mesma audiência, diante do mesmo ator estranho”.

Em conformidade com o documento História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil ([entre 1970 e 1990]) e com as narrativas das ex-alunas que foram internas na instituição, percebemos a presença de várias cerimônias religiosas comuns à rotina do internato.

Na verdade, o processo formativo das alunas tinha por base a doutrina católica, uma vez que as ações educativas eram norteadas pelos princípios do catolicismo, não somente como forma de educar, mas, sobretudo, de moldar o comportamento moral das meninas internas. Para Manoel (2008):

À educação caberia a tarefa de modelar o caráter da educanda conforme os preceitos e valores morais católicos. Os objetivos educacionais propunham levar a aluna a absorver esses preceitos morais e religiosos por meio da prática da virtude, do conhecimento das verdades religiosas e da assimilação dos bons exemplos preservados pela história. (MANOEL, 2008, p.92)

Promover a divulgação da doutrina católica era essencial para o desenvolvimento intelectual e espiritual da comunidade escolar. Para tanto, além

das orações, aulas de ensino religioso e catequese, fazia-se necessário erguer um espaço apropriado que simbolizasse a presença do catolicismo no internato conforme Annes ([entre 1970 e 1990]).

No ano de 1951, com esforço e recursos escassos, as Irmãs Anunciadas construíram um pavilhão lateral direito na instituição, onde instalaram provisoriamente a Capela de Nossa Senhora da Anunciação de acordo com Jank (2007)

Porém, em razão do número crescente de internas foi necessário a construção de uma nova capela, com maior capacidade para absorver a demanda existente. (ANNES, [entre 1970 e 1990], p.58)

No dia 20 de agosto de 1952, o benemérito Dom José Domitrowitsch, ao visitar a instituição “juntamente com Dom Mário de Miranda Vilas Boas, Arcebispo de Belém, procedeu à benção da pedra fundamental da nova Capela, que iria ser construída com grandes sacrifícios.” (ANNES, [entre 1970 e 1990], p.58).

Entendemos que o trabalho episcopal desenvolvido pelos Bispos no Pará, ainda no século XIX, foi fundamental para concretizar as ações afirmativas da Igreja para o fortalecimento do Catolicismo no estado. Assim, é necessário ressaltarmos o papel relevante dos Bispos a frente da diocese de Belém, para que se tenha a:

Compreensão da relação entre Estado e Igreja na Amazônia, na segunda metade do século XIX, no que diz respeito à política de educação popular, com ênfase na educação religiosa para a formação de um clero local ilustrado e na educação da mocidade, especialmente a educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas. (COSTA, 2014, p.28)

Durante o período que compreende esta pesquisa (1949 a 1971), estiveram à frente da diocese de Belém os Arcebispos Dom Mário de Miranda Villas - Boas (1944-1956) e Dom Alberto Gaudêncio Ramos (1957-1990), tendo sido as gestões destes bispos de grande contribuição para a consolidação da educação católica no Pará.

A política adotada pelos Bispos a frente da diocese de Belém, no século XIX e adentrando o século XX, “tinha como uma de suas frentes, a conquista e hegemonia do campo da educação na região, sob a administração e ou influência da Igreja Católica”. (COSTA, 2014, p.65)

No século XX, o grande empenho de Dom Mário de Miranda Villas - Boas e de Dom Alberto Gaudêncio Ramos em estabelecer novas congregações religiosas

no Pará, fazia parte do projeto de expansão e fortalecimento do Catolicismo no estado. É evidente que isso era feito, sobretudo por meio dos processos educativos.

Nesse contexto, as instituições católicas valiam-se das cerimônias religiosas como estratégia educativa para divulgação de seus princípios. As celebrações religiosas realizadas no internato estão descritas no quadro:

Quadro 6: Celebrações religiosas

CELEBRAÇÕES	PERIODICIDADE	PARTICIPANTES
Missa	Diariamente	Padres Salesianos, Irmãs Anunciadas, demais funcionários e meninas internas
Momentos de Oração	Diariamente	Irmãs Anunciadas, demais funcionários e meninas internas
Terço da Noite	Diariamente	Irmãs Anunciadas, demais funcionários e meninas internas
Catequese	Semanalmente	Irmãs Anunciadas e meninas internas
Sacramentos Eucaristia e Crisma	Anualmente	Arcebispo, Padres Salesianos, Irmãs Anunciadas, demais funcionários, familiares e meninas internas
Confissão	Mensalmente	Padres Salesianos, Irmãs Anunciadas, demais funcionários e meninas internas
Votos de Profissão Religiosa	Anualmente	Arcebispo, Padres Salesianos, Irmãs Anunciadas, Noviças e meninas internas.
Bodas	Variável	Arcebispo, Padres Salesianos, Irmãs Anunciadas e meninas internas.

Fonte: Faneide Pinto França Bitencourt, 2015.

As missas eram celebradas diariamente às 06 horas da manhã pelos padres salesianos na Capela de Nossa Senhora da Anunciação. Essas celebrações religiosas faziam parte da rotina do internato, atuando como uma forma de conduzir as atividades do dia sob os ritos do catolicismo.

Dona Irene recorda com emoção das missas que frequentou no internato. Ela lembra-se dos momentos de pregação do saudoso Pe. Celestino, salesiano a quem tinha muito apreço, pois “ele falava com fé, com certeza, todos ficavam comovidos com o sermão dele. Com ele não tinha quem não entendesse a palavra de Deus, o evangelho e todos os ensinamentos de Jesus.

Fotografia 5 : Fachada da capela atualmente



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

As memórias de Dona Maria sobre as missas são marcadas por saudade e apreço a esse ritual. Ela afirma que as “meninas se arrumavam para assistir a missa, era uma hora especial, tinha toda uma preparação, a gente limpava e arrumava a capela, acordava às cinco da manhã pra fazer isso e fazia com gosto”.

Corroborando com essas assertivas, as memórias de Dona Lígia retratam que o internato mantinha uma rotina diária de celebrações religiosas, com vários momentos de orações, desde o início da manhã até o final do dia, onde:

Os padres salesianos vinham celebrar a missa todos os dias de manhã. No domingo a missa era mais demorada e mais bonita. As meninas ensaiavam os hinos e as leituras para sair tudo certo na hora da missa. Mas a noite não tinha missa, era só o terço, aí eram as Irmãs junto com a gente faziam as orações, tudo isso acontecia na capela da escola. (DONA LÍGIA, 2014)

Percebemos nos relatos de D. Irene, D. Maria, D. Lígia e D. Conceição que além da realização de rezas e terços, existiam outras ocasiões em que as orações aconteciam sob o comando das religiosas, com a participação das internas e dos funcionários da instituição.

De acordo com as narradoras, após a missa as meninas internas se dirigiam ao refeitório para tomar café da manhã. Em seguida, algumas iam realizar os trabalhos domésticos aos quais ficavam encarregadas, enquanto as demais iam para as salas de aula para iniciarem as atividades escolares do dia.

Ao ingressarem nas salas de aula, agora sob o comando das professoras, as meninas realizavam novamente orações, como uma forma de serem preparadas espiritualmente e disciplinadamente, para aquele momento de aprendizado. Para Dona Ana esses momentos estão muito nítidos em suas lembranças, tanto que ela diz:

Lembro muito bem, as professoras todas rezavam antes das aulas, não era só a professora de Ensino Religioso não. Toda vez que acabava uma aula e entrava outra professora, tinha oração de novo. Elas costumavam rezar a Ave Maria e o Pai-Nosso, outras vezes rezavam o Creio em Deus Pai também. Elas diziam que era para Deus e Nossa Senhora abençoar pra gente aprender rápido, se comportar direito, ser obediente e temente a Deus, obedecer as Irmãs e as professoras também. (DONA ANA, 2014)

Segundo Dona Irene, Dona Maria, Dona Lúcia e Dona Ana, antes das refeições as Irmãs Anunciadas reuniam toda a comunidade escolar no refeitório para que fossem feitas as orações em agradecimento aos alimentos, assim como antes de dormir se dirigiam a Capela para rezar e louvar com hinos em reconhecimento a Deus pelas bênçãos recebidas durante o dia.

Essa dinâmica de orações fazia parte da vida cotidiana do internato, caracterizando-se como práticas culturais constituídas no processo de formação das meninas internas. Para tanto, Dona Maria afirma que:

As missas, terços, rezas, todas aquelas orações faziam com que a gente aprendesse a ler direito, eu mesma aprendi a ler corrido com a ajuda do catecismo. Aprendia a respeitar Deus e as outras pessoas, a amar todos, ser caridoso e aprender a perdoar. Todas essas coisas a gente aprendia desde cedo no internato. (DONA MARIA, 2014)

Em relação às práticas culturais, Chartier (1990) indica que elas intencionam o reconhecimento das identidades e dos processos culturais de determinados indivíduos ou grupos, contribuindo assim de forma determinante para a formação de seu universo cultural e social.

Outro momento de oração que se tornou um instrumento da promoção da fé católica, assim como mecanismo de aprendizagem no internato, foram as aulas de catecismo, realizadas semanalmente, nos dias de sábado pela parte da manhã.

A catequese¹⁶ era compreendida como uma oportunidade que a instituição oferecia às meninas internas de conhecer as palavras divinas e de, por meio do sacramento da Eucaristia, viver em comunhão com Cristo, pois para Dona Ana “só depois que a gente faz a Primeira Comunhão é que criamos uma aliança de verdade com Deus, depois que conhecemos mais afundo seus mandamentos”.

Nessa perspectiva, as práticas educativas são compreendidas como práticas culturais, pois se configuram como elementos que identificam e constituem um determinado grupo. (CHARTIER, 1990).

Percebemos nos relatos das ex-alunas internas uma concordância no que tange ao papel educativo da catequese, uma vez que ressaltam a importância desses momentos de estudos dos ensinamentos religiosos para formação do indivíduo.

Dessa forma, Dona Ana afirma considera a catequese “importante para a formação de qualquer pessoa”. Para Dona Lígia “é muito difícil compreender os mandamentos e ensinamentos de Jesus, aquilo que ele espera de verdade dos seus filhos”.

Conforme abordado na seção anterior, Dona Maria demonstra certa insatisfação com a educação e o tratamento que recebeu por parte das religiosas no internato.

Apesar disso, ela afirma que os momentos de ensinamentos da catequese foram fundamentais para a formação cristã das meninas internas, pois “com a catequese era repassada a palavras de Deus, assim a gente aprendia a rezar e valorizar as coisas que Deus nos oferece”.

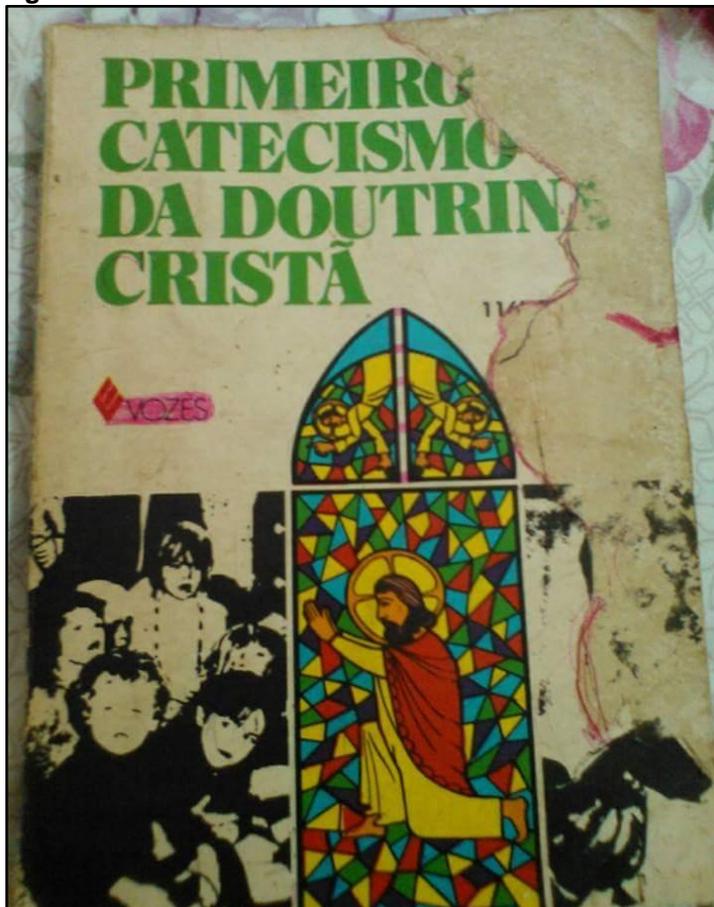
O Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã foi utilizado pelas meninas internas nas aulas de catequese entre as décadas de 1960 e 1970. Esse exemplar de 1971, publicado pela editora Vozes refere-se a 116ª edição, contendo 144 páginas.

Esse livro traz em sua capa imagens de Jesus Cristo e de crianças, fazendo alusão à comunhão que deve existir entre a humanidade e Deus, através da aprendizagem dos valores divinos. O catecismo era composto de orações, lições

¹⁶ Catequese: É a parte principal do rito de iniciação cristã, em que a pessoa iniciada ouve o anúncio do Evangelho. Portanto, a catequese e as celebrações formam uma unidade no processo de iniciação a vida cristã. A pessoa é instruída para bem celebrar.

bíblicas, hinos religiosos e exercícios, voltados para facilitar os ensinamentos referentes à doutrina católica.

Fotografia 6: Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã – Década de 1970



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

Trazemos a seguir um trecho de uma das lições do Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã (1971, p.106) constituído de considerações a cerca do que é ser cristão, bem como os princípios da salvação.

Pai, perdoai-lhes
 O sinal da Salvação
 1-És cristão?
 Sim. Sou cristão pela graça de Deus.
 2-Quem é verdadeiro cristão?
 É verdadeiro cristão quem é batizado, crê em Jesus Cristo e vive conforme os seus ensinamentos. (PRIMEIRO, 1971, p. 106.)

O Primeiro Catecismo da doutrina Cristã trazia em seu bojo várias orações. Nas narrativas de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lúcia e Dona Ana aparecem a oração do Santo Anjo. As ex-alunas internas afirmam que ainda hoje fazem essa

oração e que as ensinaram para filhos e netos, repassando os valores religiosos de geração para geração.

Santo Anjo do Senhor,
meu zeloso guardador,
Se a ti me confiou
A piedade divina.
sempre me rege e me guarda,
me governa e me ilumina
Amém.

Ao rever a imagem do Catecismo utilizado pelas ex-alunas internas, Dona Irene esboça um sorriso e diz ter lembranças muito boas das aulas de catequese. Ela recorda que todos os sábados

As meninas acordavam cedo, iam logo tomar banho e depois iam para a capela para assistir a missa. Depois voltavam para tomar café e só aí iam para as salas de aula para fazer a catequese. Cada sábado era uma lição diferente. A gente aprendia os mandamentos e os sacramentos, as orações importantes para se fazer, tinham várias orações, para muitos momentos da vida da pessoa. Além do que tinham muitos ensinamentos do que podia fazer e do que não podia. Era um outro tipo de educação, a gente aprendia a ser bom, a respeitar e obedecer as outras pessoas. (DONA IRENE, 2014)

Dentre as orações cotidianas guardadas na memória de nossas narradoras, podemos destacar “A adoração a Deus” e “A Consagração a Maria Santíssima” as quais pregavam o oferecimento e consagração total do ser a Deus e a Mãe santíssima, para que todos aqueles que a eles recorressem fossem guardados e defendidos de todo mal.

Adoração a Deus

Meu Deus, eu creio que estais aqui presente: eu Vos adoro e vos amo de todo o meu coração; dou-vos infinitas graças por me haverdes criado e feito nascer no grêmio da Santa Igreja Católica; por me haverdes conservado neste dia, ou nesta noite, e preservado de morte repentina. Em união com os merecimentos de Jesus Cristo, de sua mãe Santíssima e de todos os Santos, vos ofereço todos os meus pensamentos, padecimentos, palavras e obras, para a vossa maior gloria em ação de graças por todos os benefícios, que de Vós tenho recebido e em satisfação de meus pecados. Dignai-vos, Senhor, de preservar-me neste dia (ou nesta noite) do pecado e livrai-me de todo o mal. Amém. (DONA ANA, DONA IRENE, DONA LÍGIA, DONA MARIA, 2014)

Consagração a Maria Santíssima

Ó, Minha Senhora e também minha mãe
Eu me ofereço inteiramente todo a vós
E em prova da minha devoção
Eu hoje vos dou meu coração
Consagro a vós meus olhos, meus ouvidos, minha boca

Tudo o que sou desejo que a vós pertença
 Incomparável mãe, guardai-me e defendei-me
 Como filho e propriedade vossa. Amém. (DONA ANA, DONA IRENE, DONA
 LÍGIA, DONA MARIA, 2014)

As orações e ritos católicos difundidos na instituição são fundamentais para que possamos compreender de que forma as internas tinham seu caráter moldado a partir dos dogmas religiosos, pois podemos perceber princípios e valores incutidos, determinantes para a formação dessas meninas.

Para compreendermos os princípios religiosos como parte do processo de formação das alunas, faz-se necessário uma análise do modo como tais valores influenciaram na educação das meninas internas.

Em algumas orações presentes no Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã (1971), podemos identificar conceitos de entrega, obediência e temor. Tais conceitos além da relação com o divino podiam transpor a fronteira religiosa, fazendo com que as meninas os absorvessem para a vida educacional, familiar e social.

A finalidade da instituição era uma educação doméstica vinculada à formação religiosa, assim podemos notar que as meninas internas eram educadas para servir, através da submissão e resignação que lhes foi imposta desde a infância.

Além das orações, os sacramentos também estavam presentes na formação das meninas internas. Dona Irene recorda com saudosismo o hino entoado pelas internas na ocasião do sacramento da Eucaristia, do qual se tem a compreensão de que foi incorporado à história do internato.

Assim como Dona Irene, as demais ex-alunas internas também receberam a primeira Eucaristia no internato da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, sendo que todas se lembram do referido hino, assim como de outras canções que fazem parte da memória coletiva do grupo.

Nossas narradoras recordam nitidamente do hino que marcou a celebração da primeira Eucaristia no internato, entonando com contentamento a Canção da Primeira Comunhão que diz:

Hoje é dia de grande alegria, parabéns nós queremos te dar
 O Menino Jesus na Eucaristia, em teu peito foi morar
 Parabéns, parabéns
 Deus conserve teu bom coração
 E receba as graças divinas, da Primeira Comunhão.
 (DONA ANA, DONA IRENE, DONA LÍGIA, DONA MARIA, 2014)

Neste hino percebemos a concepção de Eucaristia construída com as meninas internas na instituição. A comunhão, segundo os princípios católicos, é fundamental para que a partir da ideia de congregação com Jesus, as pessoas possam ter uma boa índole e caráter irrepreensível.

Ao rememorar as cerimônias de Eucaristia, Dona Ana coloca que viveu momentos inesquecíveis no internato, pois “sua primeira Comunhão foi muito bonita, guardei durante muito tempo a vela e o véu, eram lindos, mas com o tempo eu perdi”.

Dona Lígia relembra a ocasião em que recebeu o sacramento da Eucaristia. Ela firma que foi um acontecimento muito importante em sua vida do qual nunca esqueceu, pois:

Foi um dia especial, as Irmãs mandavam preparar vestidos iguais para todas, não tinha diferença. A gente parecia noivas, tinha o vestido bem branquinho, a anágua, véu, coroa e até luva. Hoje é diferente, não tem toda pompa. As meninas aprendiam todo o catecismo, a gente fazia bonito. Era uma cerimônia que todo mundo se emocionava. As meninas ficavam lindas, todas arrumadas, se preparavam para receber Jesus. (DONA LÍGIA, 2014)

Em seus relatos Dona Maria afirma que as cerimônias de Eucaristia “eram muito organizadas e muito bonitas”. No entanto, a ex-aluna interna aponta que havia discordância no tratamento e participação das meninas nas cerimônias, sendo que ela por vezes se sentia excluída e diminuída por algumas religiosas.

Na medida em que Dona Maria vai rememorando as aulas de catequese, podemos notar sua tristeza, pois sua voz fica trêmula e seus olhos mareados. Para Dona Maria as recordações não são muito boas, pois ela sempre se sentiu preterida pelas religiosas, afirmando por diversas vezes que elas a tratavam de maneira diferente, fato este que fazia com que ela se sentisse inferior às outras internas.

Por muitas vezes eu pedia para fazer a leitura do catecismo, mas as Irmãs nunca deixavam, diziam que eu não sabia ler direito. Eu sempre tive dificuldades pra aprender as coisas, era muito lenta, ainda sou, mas quando aprendo não esqueço nunca mais. Só que às vezes eu sabia a oração, mas elas não me davam vez, tinha uma Irmã que não vou dizer o nome, que tenho certeza que não gostava de mim, implicava com tudo o quê eu fazia, nada tava certo pra ela. (DONA MARIA, 2014)

Apesar de não ter lembranças muito prazerosas dos tempos vividos no internato, Dona Maria afirma que sua cerimônia de Eucaristia foi muito agradável e relembra que as meninas estavam muito bonitas e felizes com a celebração. Dona

Maria e Dona Irene receberam o sacramento na mesma cerimônia, pois estiveram internas na instituição no mesmo período.

Fotografia 7: Primeira Eucaristia – Década de 1970



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

A fotografia 7 retrata as colocações de nossas narradoras a respeito do sacramento da Primeira Eucaristia. Na imagem podemos observar um grupo de meninas muito bem compostas. A indumentária era toda branca, demonstrando pudor e recato, certamente para simbolizar a pureza de seus corpos e suas almas.

As narrativas das ex-alunas internas indicam a magnitude da cerimônia da Eucaristia para a comunidade da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação. Esta cerimônia era vista como um dos principais acontecimentos anuais do internato, quando havia o envolvimento de todos os segmentos da instituição.

Durante os anos em que estiveram internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana presenciaram algumas celebrações de Crisma. Dona Irene, Dona Lígia e Dona Ana receberam este sacramento na instituição, enquanto ainda eram alunas, sendo que Dona Maria realizou a Crisma alguns anos após sair do internato.

Em conformidade com as narrativas de Dona Ana, a Crisma é a confirmação do Batismo, considerado o sacramento de iniciação cristã. Na cerimônia de Crisma, o Bispo realiza a unção na frente do crismando por intermédio do azeite de oliva.

Esse rito, segundo Dona Ana, “simboliza o recebimento do espírito santo, tornando o crismando um verdadeiro soldado de Cristo.”.

As celebrações do sacramento da Crisma, segundo as memórias de Dona Lígia, eram muito bem organizadas e contavam com a participação de membros de destaque da comunidade eclesial paraense, tanto que:

O dia da crisma era uma grande festa. A capela ficava toda arrumada e o pátio também. Colocavam flores, toalhas e louças novas. As famílias das meninas vinham todas para prestigiar a celebração. Quem fazia a missa era o Arcebispo, na época era o Dom Alberto Ramos, mas vinham padres Salesianos também. A celebração era muito linda, as internas usavam vestido novo, feito especialmente para esse dia, até coroa e véu tinha. Elas faziam um banquete, todo tipo de comida, bolos, sucos, tudo para comemorar a nossa Crisma. (DONA LÍGIA, 2014)

As narrativas de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana, revelam que a confissão também é um rito católico importante, uma vez que ao se confessar e se arrepender de seus pecados, o cristão pode ser perdoado, tendo a oportunidade de se redimir de suas falhas e assim evoluir espiritualmente.

Dona Lígia coloca que as confissões aconteciam mensalmente quando os padres salesianos vinham até o internato com o propósito de ministrar a missa e, receber as confissões das religiosas, internas e demais funcionários da instituição.

Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana contam que memorizaram o ato de contrição durante as aulas de catequese. Esta oração também está contida no Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã, utilizado por elas no internato, e que até hoje elas ainda o rezam quando vão fazer suas confissões.

Ato de Contrição

Senhor meu Jesus Cristo, Deus e Homem verdadeiro, Criador e Redentor meu, por serdes Vós quem sois, sumamente bom e digno de ser amado sobre todas as coisas, e porque Vos amo e estimo, pesa-me, Senhor, por Vos ter ofendido; pesa-me também por ter perdido o Céu e merecido o inferno. Mas proponho firmemente, com o auxílio de vossa divina graça, e pela poderosa intercessão de vossa Mãe Santíssima, emendar-me e nunca mais Vos tornar a ofender. Espero alcançar o perdão de minhas culpas, por vossa infinita misericórdia. Amém. (DONA ANA, DONA IRENE, DONA LÍGIA, DONA MARIA, 2014)

Dona Ana relembra uma versão sintetizada do Ato de Contrição, uma forma mais simples da oração, que poderia ser realizada pelas internas, sendo assim entoada; “meu Deus, eu me arrependo de todo meu coração de vos ter ofendido porque sois tão bom e amável. Prometo com a vossa graça nunca mais pecar. Meu Jesus, misericórdia”.

A confissão fazia parte do processo de formação religioso das meninas internas, haja vista que era primordial revelar seus pecados a uma autoridade sacerdotal conferida pela Igreja, para que esta pudesse absorver e definir a penitência a ser paga para purificação da alma pecadora.

Ao mesmo tempo em que a instituição religiosa propaga seus dogmas por intermédio de um processo educativo, neste caso a catequese, exige que seus ensinamentos sejam cumpridos. Uma vez desrespeitados esses preceitos, faz-se necessário estabelecer uma punição para que se aprenda a obedecer e temer os ensinamentos religiosos.

Em seus estudos acerca da vida na prisão, Foucault (2003) postula que os processos de domesticação dos indivíduos no cárcere são comparáveis aos vividos em seminários, quartéis e escolas. A intenção é controlar o tempo e disciplinar esses indivíduos, a fim de sujeitá-los as normas da instituição.

Como a maioria das crianças de sua idade, Dona Lígia sempre fazia travessuras e brincadeiras, que eram vistas como inoportunas pelas religiosas. A ex-aluna interna conta que após o almoço era o momento de repouso das Irmãs e que ela, juntamente com suas colegas internas, aproveitavam para brincar no jardim ou no pomar da instituição.

Dona Lígia recorda das brincadeiras e peraltices vividas no internato, nos contando que em um determinado dia:

As Irmãs foram descansar, para tirar a sesta depois do almoço e nós fomos fugidas para o quintal. Lá tinha um monte de árvores de tudo quanto é espécie, mangueira, jambeiro, jaqueira, coqueiro, goiabeira, tudo em quanto. Eu e outras meninas fomos subir na mangueira para apanhar manga para comer com sal, a gente adorava. Começamos a jogar pedras para acertar nas mangas, mas acertamos no telhado da cozinha. Foram logo chamar as Irmãs, foi uma confusão tamanha. Elas colocaram a gente de castigo, ficamos sem brincar por vários dias. Tivemos até que confessar para o padre, eu lembro que rezei um monte de Pai Nosso e de Ave-Maria para aprender a não ser mais desobediente com as Irmãs. (DONA LÍGIA, 2014)

As contribuições de Foucault (2003) a respeito das instituições carcerárias revelam que a disciplina é uma forma de moldar o corpo e o comportamento dos indivíduos. Compreendemos que as instituições educativas, nesse caso em particular o internato, também têm esse caráter disciplinador, utilizando-o como um mecanismo de controle desses indivíduos dentro do seu espaço.

Nas memórias de Dona Ana as peraltices também estão presentes, visto que ela recorda que por vezes não realizava a limpeza correta dos espaços a ela designados, sendo que a ex-aluna interna “só juntava o lixo do chão, arrumava as coisas no lugar e varria pelo meio, só onde dava pra ver a sujeira”. Quando as religiosas percebiam este fato, encaminhavam as meninas para a confissão para expurgar seus pecados e depois eram devidamente punidas pela conduta inadequada.

Podemos inferir que esse controle das instituições educativas sobre seus indivíduos, auxilia na manutenção do poder disciplinar dentro de seu espaço. No entanto, esse poder disciplinar fica tão arraigado no indivíduo, transpondo as barreiras da escola, tornando-se assim, decisivo para sua formação. (FOUCAULT, 2003).

Dona Irene, apesar de ter sido uma ex-aluna interna exemplar, tendo sido castigada poucas vezes, também teve seus momentos de deslizamentos no internato. Um fato marcante relatado por ela foi quando ela diz que “tinha um dever para fazer, mas fiquei brincando com minhas colegas e não fiz. Eu sempre fazia as tarefas. Fiquei com medo da professora e copiei da minha outra colega”.

Segundo Dona Irene, quando a professora percebeu que as respostas eram exatamente iguais, repassou o acontecido para as Irmãs que a encaminharam para confissão, pois por meio da punição ela iria aprender que mentir era um grande pecado e um forte desvio de caráter, e que deveria ser fortemente combatido ainda na infância para evitar ser visto como uma atitude comum na vida adulta.

Quando ouvimos Dona Maria notamos que esta ex-aluna interna tem muitas reclamações em relação às experiências vividas na instituição. Apesar de Dona Maria procurar seguir com rigor as orientações das religiosas, ela diz que se sentia perseguida por uma das Irmãs, porque em qualquer acontecimento inadequado, mesmo que ela não estivesse envolvida, a Irmã sempre impunha culpa nela. Tanto que certa vez:

As meninas estavam todas no dormitório, de repente uma delas apareceu com uma lata de doce de leite, foi a maior festa. Elas tinham o grupo delas, eu nem era chegada com elas. Fiquei na minha cama deitada, enquanto que elas comiam o doce. As meninas que tinham família sempre recebiam bolacha, goiabada, doce, essas coisas. Eu nunca recebia, às vezes alguma menina me dava alguma coisa. Nessa noite eu não comi, quando as Irmãs ouviram a bagunça vieram no quarto. Colocaram as meninas de castigo e eu também, a Irmã olhava pra mim e já ia brigando, tudo era eu, não gosto nem de lembrar dela. Tive que confessar junto com as meninas que comeram o doce, paguei a penitência sem ter feito nada de errado. (DONA MARIA, 2014)

Outra cerimônia muito interessante e certamente rica em informações acerca do processo educativo construído na instituição são os votos de profissão religiosa¹⁷. Como já foi colocado anteriormente, o internato atendia meninas em busca de instrução escolar, mas também oferecia o noviciado para aquelas que desejavam seguir a vida religiosa.

Em suas narrativas, Dona Irene coloca que as meninas ingressavam inicialmente no internato para estudar, mas com o passar do tempo, por meio do contato diário com a doutrina católica, algumas delas descobriam e/ou despertavam a vocação para a vida religiosa.

Segundo Dona Maria, para aquelas que desejavam tornar-se uma Irmã Anunciada o “caminho era longo e árduo”. O processo incluía muitos anos de estudos, dedicação e abdição de todas as coisas efêmeras do mundo, que pudessem vir a atrapalhar ou a desviar as noviças de seus caminhos.

No entanto, os votos de profissão religiosa só poderiam ser realizados de forma definitiva após alguns anos de dedicação intensa à vida religiosa. Primeiramente as noviças eram aceitas para o Apostolantado, depois ingressavam no Noviciado e por fim faziam os votos perpétuos de profissão religiosa. (ANNES, s.d)

Conforme Dona Ana o Apostolantado era “o compromisso da noviça com Deus e com a Igreja.” Esses votos eram temporários, não tendo caráter definitivo, podendo ser realizado na missa, sem necessidade de uma celebração específica.

Essa ex-aluna interna coloca que “era no Apostolantado que a noviça recebia o hábito, era nesse momento que ela fazia a consagração”.

¹⁷Profissão Religiosa: Dedicção total a serviço da Igreja para evangelização, intercessão e promoção da fé divina. Abnegação de todas as coisas do mundo e de si mesmo para seguimento restrito a Jesus Cristo. (História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa da Anunciação no Brasil)

Dona Lígia recorda que após o período do Apostolantado, as noviças faziam os votos de noviciado, ficando nesta condição por um tempo variável entre um e dois anos. No noviciado, as meninas iriam aprofundar seus estudos sobre a história da Congregação, além de decidirem se desejariam de fato continuar na caminhada religiosa. O Noviciado era a preparação propriamente dita para realização dos votos definitivos para profissão religiosa.

De acordo com os relatos de Dona Irene, podemos inferir que o Noviciado era a iniciação na vida religiosa, caracterizando-se como um momento de experiência e adaptação, tanto para a noviça que deveria renunciar a sua vida pregressa, quanto para a congregação religiosa que iria acolhê-la, sendo esta a nova família da futura religiosa.

Posteriormente, as noviças faziam a profissão perpétua, pela qual as religiosas se consagravam por intermédio de seus votos eternos a serviço de Deus e da Igreja. A profissão perpétua se caracterizava como uma união indestrutível e infinita entre a noviça e a Igreja. (ANNES, s.d)

Ao recordar das cerimônias de votos de profissão religiosa, Dona Ana enfatiza a beleza da programação, contando com alegria os detalhes que tornaram esses momentos inesquecíveis para ela, uma vez que:

As celebrações eram muito bonitas, tudo muito bem pensado pelas Irmãs. A capela era lavada, até o piso era encerado, toda vez que tinha celebração importante a gente tinha esse trabalho. Elas ornamentavam a capela com flores e samambaias, faziam uns arranjos lindos. Era colocada toalha nova no altar, toda bordada pelas meninas. As Irmãs faziam um convite bonito e mandavam para o Arcebispo e para os padres salesianos. Os hinos eram escolhidos por elas e a gente ensaiava para sair tudo certo na hora dos votos. A gente gostava muito de participar, era animado, a gente se sentia importante, até se emocionava com tudo aquilo. (DONA ANA, 2014)

À medida que as religiosas completavam aniversário de votos de profissão religiosa aconteciam as Bodas. Essas cerimônias não apresentavam uma periodicidade regular, pois na maioria dos casos as religiosas faziam os votos e iam assumir missões em outras localidades, ficando no internato apenas aquelas Irmãs que tinham cargo administrativo e/ou função no internato. (ANNES, s.d)

Durante a época em que esteve interna na instituição, Dona Ligia tem fortes recordações das Bodas de Ir. Úrsula, Ir. Osmarina e Ir. Filomena (fotografia 8 abaixo), relatando essas cerimônias como um marco da vida no internato, haja vista que “tinha toda uma preparação para essa festa. Era tudo muito importante para as

Irmãs, elas tinham até dama de honra, como se fosse a comemoração de um casamento com a Igreja”.

Fotografia 8: Bodas da Irmã Filomena – Década de 1970



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

Ao observarmos a fotografia 5 podemos notar que as meninas internas rodeiam a Irmã Filomena, e todas aparentemente estão contentes. As internas vestem vestidos brancos longos, deixando a mostra apenas o rosto e os braços, denotando pudor e castidade. As flores em suas mãos dão a impressão de que as meninas internas estão presenteando a Irmã Filomena em comemoração a sua Boda de profissão religiosa.

Ao fazer referência à vestimenta utilizada pelas meninas internas durante as festas de Bodas das religiosas, Dona Irene acredita que “as roupas brancas das damas de honra representavam a castidade das Irmãs, a pureza que elas ofereciam a Deus quando entravam para a vida religiosa”.

Assim, compreendemos que a indumentária usada pelas meninas internas na ocasião das Bodas das Irmãs Anunciadas, apresenta-se como parte de um conjunto de símbolos que permeiam esta celebração, representando a ideologia religiosa propagada no interior da instituição, inculcada de valores morais usados para moldar o comportamento feminino.

Apesar de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lúgia e Dona Ana terem vivido experiências distintas na instituição, sendo que para algumas foram aprendizados positivos, e para outras, vivências traumáticas, todas elas são católicas e têm se dedicado durante todos esses anos à vida em comunhão religiosa.

O fato de nossas narradoras demonstrarem verdadeiro fervor pelos princípios católicos, nos leva a um questionamento que julgamos procedente: porque apesar de algumas internas se sentirem oprimidas pela educação religiosa, optaram por serem adeptas do catolicismo?

Essa é uma questão que merece atenção de nossa parte na tentativa de compreender a dimensão que a educação católica teve na formação dessas meninas internas.

4.2 A festividade de Nossa Senhora da Anunciação

O dia 25 de Março é dedicado à Nossa Senhora da Anunciação, exatamente nove meses antes da celebração do Natal, pois foi nesta data que o anjo Gabriel anunciou a Maria que ela havia sido a escolhida para gerar o filho de Deus.

Desde a sua criação em 1949 até os dias atuais, acontece anualmente no Colégio Nossa Senhora da Anunciação, os festejos em comemoração ao dia da Santa que nomeia esta instituição educativa.

Dona Ligia conta que o dia da festa de Nossa Senhora da Anunciação era muito importante para escola, “tinha todo um trabalho para ornamentar o pátio, a capela ficava cheia de flores, as meninas ensaiavam os hinos por vários dias”.

A leitura que Dona Maria faz dessa comemoração é bastante positiva, pois ela também relembra com alegria que “as meninas vestiam a roupa de gala que só podia ser usada em ocasiões especiais. Era a festa que eu mais gostava por causa dos hinos, das orações, eram muito lindas”.

De acordo com as memórias de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lúgia e Dona Ana, havia a oração e o hino em homenagem a Nossa Senhora da Anunciação, os quais compunham a celebração em comemoração ao dia da santa, sendo entoados por todos que participavam da festa.

Prece a Nossa Senhora da Anunciação

Todas as gerações vos proclame bem-aventurada, ó Maria! Crestes na mensagem divina e em vós se cumpriram grandes coisas, como vos fora anunciado. Maria, eu vos louvo! Crestes na encarnação do Filho de Deus no

vosso seio virginal e vos tornastes Mãe de Deus. Raiou, então, o dia mais feliz da história da humanidade e Jesus veio habitar entre nós. A fé é dom de Deus e fonte de todo bem, por isso, ó mãe, alcançai-nos a graça de uma fé viva, forte e atuante que nos santifica cada dia mais. Que possamos comunicar com a vossa vida a mensagem de Jesus que é o Caminho, a Verdade e a Vida da humanidade. Amém. (DONA ANA, DONA IRENE, DONA LÍGIA, DONA MARIA, 2014)

Por meio desta prece podemos compreender o papel fundamental de Maria para o catolicismo. No conteúdo da oração estão expostas a fé e a esperança que os fiéis depositam em Maria como mãe do salvador. É de Maria o dom de gerar e anunciar o filho de Deus, trazendo para os católicos a esperança da ressurreição.

Conforme as narrativas de Dona Irene, assim que as meninas ingressavam no internato aprendiam diversas orações e hinos, fossem “pelas aulas na classe, nas orações do dia, nos terços e missas, mas principalmente na catequese. A gente tinha que decorar todas as rezas, principalmente aquelas que eram em honra a Nossa Senhora da Anunciação”.

As lembranças de Dona Ana sobre as comemorações ao dia da santa padroeira do internato nos revela uma riqueza de detalhes. Em sua simplicidade, Dona Ana relata que:

Todo mundo se envolvia no dia da festa em comemoração a Nossa Senhora. Tinha equipe para tudo, tinham aquelas que limpavam o pátio, outras que cuidavam do refeitório. Tinha o zelador que junto com as Irmãs e as internas limpavam todo o jardim, capinavam, juntavam as folhas. Também tinha o grupo que arrumava a capela. As Irmãs compravam velas, a gente colocava flores e plantas, ficava tudo muito bonito. As funcionárias da cozinha junto com algumas internas que eram boas de cozinhar, faziam as comidas. Elas faziam bolos, pudim, geralmente o almoço era frango com legumes, mas era tudo muito caprichado, faziam com gosto. As meninas tinham prazer de participar dos preparativos da festa. Eu mesma, gostava de fazer a arrumação das coisas. Trabalhava na capela e no pátio, limpava, colocava flores, trocava os vasos de planta de lugar, eu gostava muito de fazer essas coisas. A gente também tinha que fazer as orações, cantar os hinos, por isso a gente tinha que aprender, não podia errar, nem esquecer na hora. (DONA ANA, 2014)

O exercício de decorar as orações e hinos era bastante intenso, sendo que boa parte das atividades destinadas às meninas incluíam ações voltadas para a memorização desses símbolos católicos. Essa dinâmica deu resultados, pois Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana lembram com exatidão das orações e hinos que aprenderam no internato. A exemplo disso trazemos:

Hino a Nossa Senhora da Anunciação
Letra e música: Pe. Geremias Gomes dos Santos

Nossa Senhora da Anunciação,
 Rogai, rogai pela igreja em missão,
 O anúncio que o anjo te fez,
 Deu origem a nova humanidade
 Jesus Cristo tornou-se um de nós
 Pra ensinar-nos a fraternidade
 O teu filho foi crucificado
 Por amor se fez pão partilhado
 E na cruz encerrou a missão
 Pra viver como ressuscitado
 Eis Maria, a Rainha da Paz
 O teu sim nos ensina a lição
 De quem soube acolher com amor
 A missão junto a Deus, salvador. (DONA ANA, DONA IRENE, DONA LÍGIA,
 DONA MARIA, 2014)

O Hino a Nossa Senhora da Anunciação retrata o “sim” de Maria para Deus, sendo este mesmo “sim” dito pelas Irmãs Anunciadas ao assumirem a missão de cuidar do “outro”. Assim, o hino trata da abnegação de Maria, do amor e da dedicação que ela teve em servir a Jesus Cristo e a Igreja.

A festa em comemoração ao dia de Nossa Senhora da Anunciação era uma referência na instituição, pois esta é a patrona da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, assim como é a santa que nomeia esta instituição educativa.

4.3 A festa de aniversário do internato

No dia 04 de abril comemora-se o aniversário da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação. Ao rememorar os preparativos que antecederiam o aniversário do internato, Dona Ana ressalta que havia toda uma organização, não somente dos espaços, mas também dos ritos que iriam compor a cerimônia. Para tanto:

Todas as meninas eram chamadas para ajudar, as Irmãs formavam equipes. Tinham aquelas que limpavam, as outras ornamentavam com flores e cartazes, com dizeres sobre a escola e sobre Maria. Era muito bonito, tinham as autoridades que participavam, os políticos da época, não lembro muito bem quem, eram os convidados de honra. Tinha uma mesa grande, eles assistiam as apresentações das meninas, de poesias e hinos. (DONA ANA, 2014)

Nessa ocasião solene, segundo Dona Ana, era de praxe políticos serem convidados para abrilhantarem o evento. As religiosas também viam nessas visitas uma oportunidade para que os políticos conhecessem os trabalhos realizados junto

às meninas internas, assim poderiam fazer alguma doação ou algum tipo de benfeitoria na instituição.

Nas memórias de Dona Maria, o político Magalhães Barata aparece entre as autoridades que visitaram o internato. Ela o descreve como:

Um homem simpático, falante e alegre. Apesar de ser pequeno por fora, tinha um coração muito grande, sempre ajudou as Irmãs. Ele liberou muitas verbas para a escola, ajudou a comprar materiais para reformar os dormitórios. Lembro dele andando pelos corredores da escola, conversando com as Irmãs, falando como o trabalho delas era bom. A gente se sentia importante com a presença dele no meio de nós meninas. (DONA MARIA, 2014)

Para Dona Irene as lembranças dessas festas também são marcantes, especialmente porque eram momentos em que as internas podiam usar os trajes especiais. Ao descrever essa vestimenta, Dona Irene relata que “gostava muito de vestir a roupa de gala, era uma roupa bonita, caprichada, usada só em algumas oportunidades, se o acontecimento era importante, as irmãs mandavam logo preparar a roupa de gala”.

Por conseguinte, as narrativas de Dona Ana demonstram expectativas, tanto por parte das religiosas quanto das meninas internas, uma vez “que elas esperavam por visitas influentes na sociedade, como políticos, empresários e comerciantes da região”, o que acabava gerando ansiedade para que tudo transcorresse dentro do esperado.

Como parte dos festejos natalícios da instituição, era tradição realizar, dias antes da festa principal, uma procissão em homenagem a Nossa Senhora da Anunciação, a qual seguia todo um protocolo cumprido rigorosamente pelas religiosas. Em relação à procissão Dona Lígia assim se manifesta:

A procissão de Nossa Senhora da Anunciação era uma das coisas mais lindas, a emoção tomava conta de todo mundo. Primeiro o padre celebrava a missa, a gente escolhia os hinos mais bonitos, o de Nossa Senhora da Anunciação era o principal. Depois a gente saía em cortejo pelo internato, passava pelo corredor, pelo jardim e pelo quintal, era igual o círio. Tinha a berlinda com a santa toda enfeitada, a gente disputava para ver quem era escolhida para carregar a berlinda. Quando a gente acabava de passar com a santa por todos os lugares do internato, todo mundo entrava e devolvia santa pra capela. Era um momento maravilhoso, todo mundo rezando e adorando a Nossa Senhora da Anunciação, a gente sempre teve muita fé no poder dela. (DONA LÍGIA, 2014)

A procissão de Nossa Senhora da Anunciação é mais um dos variados ritos que constituíram a identidade da instituição, tendo um papel significativo na formação das meninas internas, e exerceu forte influência nas crenças religiosas das mesmas.

Podemos notar um saudosismo nas narrativas de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana, quando relembrem as comemorações de Nossa Senhora da Anunciação, evidenciando que as festividades realizadas no internato eram aceitas de maneira prazerosa e contavam com a participação das meninas internas.

As festas em comemoração ao aniversário da instituição parecem ter tido mais notoriedade entre as décadas de 1960 e 1970. Talvez por ser um período em que as escolas religiosas internas tinham um reconhecimento social expressivo, por se acreditar que nesses espaços a educação era de excelência, imprimindo assim um status social para os que a frequentavam.

Ao referir-se às festas da época em que era interna Dona Ana afirma que naquele tempo “as festas eram mais bonitas, tinha muita pompa, até a banda militar vinha tocar. Todo mundo queria ver as apresentações, a celebração da missa, as roupas que a gente usava, ficava tão lindo de se ver todas as internas arrumadas pra festa”.

A imagem de Nossa Senhora da Anunciação, patrona da instituição, encontra-se no hall de entrada do prédio principal, onde está instalada a sede da Congregação Anunciada, assim como as salas da administração e os dormitórios, tanto das internas quanto das religiosas.

Atualmente, podemos encontrar uma pintura de Nossa Senhora da Anunciação no corredor de acesso à capela da instituição. Essa ilustração foi realizada em 2007 por um grupo de alunos sob a coordenação de alguns professores. Essa foi uma ação do projeto de resgate da memória da instituição, que culminou com a elaboração do documento “Histórico do Colégio Nossa Senhora da Anunciação”.

Fotografia 9: Pintura de Nossa Senhora da Anunciação na entrada da capela



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

Essa representação material de Nossa Senhora da Anunciação se caracteriza como um dos diversos símbolos que reproduzem os princípios católicos, sendo a imagem de Nossa Senhora coberta por um manto azul da cor do céu, no momento em que recebe a visita do anjo Gabriel. A imagem denota toda a confiança de Deus nessa mulher e a resignação dela diante das decisões divinas.

4.4 O desfile escolar da semana da pátria

Na segunda metade do século XX, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980, período em que o Brasil foi presidido por militares, o civismo era latente na sociedade e bastante propagado nas instituições educativas, por meio dos conteúdos disciplinares e de atividades cívicas.

Para formalizar e impor as ideias relacionadas ao civismo, como forma de manter a ordem social, foi criado o Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que instituiu a disciplina Educação Moral e Cívica, de caráter obrigatório nas escolas de todos os graus e modalidades de ensino do Brasil.

Com base no Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, destacamos o seguinte artigo:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a- a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b- a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c- o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d- a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e- o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f- a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g- o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h- o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.(BRASIL, 1969.)

Dentre as finalidades da disciplina Educação Moral e Cívica podemos observar a relevância do culto à pátria e aos seus símbolos, sendo neste ponto que se fundamentam as atividades alusivas ao desfile escolar em comemoração a Semana da Pátria. Essas atividades se caracterizavam como uma oportunidade para as instituições trabalharem o fortalecimento do espírito de patriotismo, objetivo principal da referida disciplina.

Nessa perspectiva, a Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação juntamente com outras unidades de ensino, anualmente participavam do desfile escolar da Semana da Pátria que acontecia no município de Ananindeua/PA. Além dos estabelecimentos educativos, as Forças Armadas e outras instituições sociais, também faziam parte dessas comemorações cívicas.

Na fotografia 10 temos uma banda marcial formada exclusivamente por meninas, retratando a participação da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação no desfile escolar do município de Ananindeua nos anos iniciais da década de 1970.

Podemos perceber que as meninas estão posicionadas em frente à instituição, tanto que no fundo da imagem temos a visão do portão de entrada. O chão é de terra batida, o que revela a inexistência de pavimentação asfáltica, demonstrando a chegada tardia da urbanização e do saneamento no município de Ananindeua.

Fotografia 10: Desfile escolar da semana da Pátria – Década de 1970



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

Para Dona Irene esses momentos foram muito prazerosos e ficaram impressos em sua memória como experiências agradáveis, tanto que ela afirma de forma enfática que:

Gostava bastante de participar do desfile escolar. Tinham vários pelotões, das bandeiras, dos uniformes, o de esportes, os que mostravam as atividades. Mas o pelotão que tinha mais destaque pra mim era a banda marcial. O meu sonho era fazer parte da banda, mas eu nunca consegui ser escolhida. A vez que eu participei com mais importância foi quando fui porta-bandeira. Lembro que a minha bandeira foi a do Pará, mas foi só essa vez. Das outras eu sempre ficava no pelotão dos esportes. Mas eu gostava muito de participar, era obrigado, mas eu fazia porque queria. Eu era criança, achava aquilo tudo maravilhoso, parecia ter muito valor. (DONA IRENE, 2014)

Para Dona Ana os desfiles escolares se configuravam como uma situação lúdica, uma vez que “as meninas aproveitavam os horários de ensaios para conversar e brincar entre si”. Nesses instantes elas pareciam ser o que realmente eram: crianças, sem deveres e obrigações, com a única incumbência de se divertir e aproveitar a infância em sua plenitude.

Em suas narrativas Dona Ana menciona que “sentia satisfação em participar dos desfiles da Semana da Pátria”, tendo conseguido ingressar na banda marcial da instituição, em seus dois últimos anos no internato. A ex-aluna interna relembra: “eu tocava prato, foi o único instrumento que consegui aprender a tocar. Mas eu gostei demais, era meu sonho fazer parte da banda e eu consegui, muitas meninas não conseguiram e ficaram muitos tristes, decepcionadas.”

Ao rememorar as comemorações alusivas a Semana da Pátria, Dona Maria destaca que “não gostava muito de participar, só desfilava porque era obrigada pelas Irmãs”. O sol forte e o calor excessivo são as principais queixas desta ex-aluna interna, no que diz respeito ao desfile escolar cívico.

Os processos educativos desenvolvidos no internato, parecem se configurar como práticas excludentes, pois muitas meninas não conseguiam alcançar os propósitos que a instituição pensara para elas e tão pouco os seus objetivos pessoais.

4.5 As festas natalinas no internato

Por se tratar de uma instituição educativa religiosa, as festas natalinas realizadas no internato eram tidas como um dos eventos de grande destaque. Toda a comunidade escolar se mobilizava para se preparar para os festejos em comemoração ao aniversário de Jesus, que incluíam desde as celebrações religiosas até uma ceia coletiva.

Inicialmente, as meninas internas sob a supervisão das religiosas, tratavam da decoração dos ambientes do internato, para que em toda a instituição pudesse ser percebida a chegada do Natal através de cartazes, presépio, sinos, árvores natalinas, entre outros.

Como a escola era cercada por jardim e pomar variados, as internas aproveitavam as árvores naturais, principalmente as que ficavam na frente do internato, para colocar enfeites e símbolos de referências ao Natal, a maioria confeccionada artesanalmente pelas internas como bolas coloridas, sinos, festões e caixas de presentes.

De acordo com os relatos de Dona Irene, esse processo de ornamentação natalina do internato tinha fácil aceitação por parte das meninas internas, pois elas “gostavam de fazer esses trabalhos que envolviam artes”. Cada lugar da instituição

passada pelo processo de decoração, uma vez que “as meninas tinham prazer em colocar o Natal em todos os lugares”.

As religiosas realizavam oficinas com as meninas internas para que elas aprendessem a fazer enfeites natalinos artesanais, pois além de apresentarem ótima estética, tinham custos baixos, já que em sua maioria, eram produzidos a partir de materiais descartáveis, como: garrafas de água sanitária, galhos de plantas, cuba de ovos, latas de leite, jornais, etc.

Como exemplos sustentáveis de adornos de Natal, Dona Lígia recorda ter participado de algumas oficinas em que confeccionavam “velas feitas a partir de rolos de papel higiênico, árvores de Natal de galhos secos de árvores, bolas natalinas de jornal e guirlandas com folhas de coqueiro, sendo todo esse material utilizado para enfeitar o internato”.

Para além das decorações natalinas e da ceia, a cerimônia da Missa do Galo¹⁸ era o ponto alto da celebração do nascimento do menino Jesus. Conforme Dona Maria esta cerimônia era realizada anualmente na instituição por um padre salesiano e contava com a participação das Irmãs Anunciadas e das meninas internas que ficavam no internato no período natalino.

A missa do Galo é celebrada pela Vossa Santidade o Papa e transmitida para inúmeros países. No entanto, Dona Irene relata que em razão de dificuldades advindas de energia elétrica, por vezes “ficava difícil assistir a missa pela televisão no internato”.

Assim, a Missa do Galo era tradicionalmente celebrada na instituição por padres salesianos, sendo aberta a comunidade externa. Tais celebrações, de acordo com as narrativas de Dona Lígia contavam com um grande público, uma vez que o internato tinha grande reconhecimento social no município.

De acordo com Dona Ana, a “Missa do Galo anuncia o nascimento do salvador”, portanto tem uma importância singular para os católicos dentre os variados ritos que qualificam o Natal.

A celebração da Missa do Galo para os católicos também representa a ideia de sol, que nasce para clarear e dar oportunidade para os cristãos de saírem da

¹⁸ A expressão “Missa do Galo” é específica dos países latinos e deriva da lenda ancestral segundo a qual à meia-noite do dia 24 de dezembro um galo teria cantado fortemente, como nunca ouvido de outro animal semelhante, anunciando a vinda do Messias, filho de Deus vivo Jesus Cristo.

escuridão. Podemos perceber que a fala de Dona Ana corrobora com esse entendimento, quando ela afirma que esta celebração “serve para iluminar as pessoas para que elas percebam a presença de Jesus em suas vidas”.

Enquanto algumas internas, que tinham família e boas condições financeiras, retornavam para suas casas durante o Natal, Dona Maria sempre ficava no internato durante as festas de fim de ano. A celebração da Missa do Galo para essa ex-aluna interna se configurava como “um momento muito especial, de comunhão com Jesus, de celebração da vida e do amor divino”.

A Ceia de Natal era um dos momentos mais esperados pelas internas, especialmente pelas órfãs e desvalidas, as quais geralmente ficavam no internato durante o período natalino. Para essas meninas, a ceia era uma oportunidade de confraternização, quando podiam celebrar o nascimento de Jesus coletivamente.

Ao rememorar o cardápio da ceia natalina, Dona Ana conta que este era composto por uma diversidade de comidas, entre elas “peru com farofa, porco assado, salada de legumes, rabanada, bolos, roscas e frutas diversas”. Segundo seus relatos, a maioria dos itens que compunham a ceia “eram produzidos na horta, no pomar e nos viveiros do internato”.

Conforme as narrativas de Dona Irene, as Ceias de Natal do internato eram regadas por muita fartura, e podiam ser encontrados variados tipos de comidas e guloseimas típicas da época natalina. A ex-aluna interna afirma que:

A mesa da ceia era repleta de coisas gostosas, tinha de tudo um pouco. Nunca faltou nada pra gente. As Irmãs recebiam doações, que juntavam com as coisas que a gente plantava e criava no internato. Era uma fartura muito grande, não me lembro de ter essas coisas na minha casa. Era tanta coisa gostosa que a gente ficava na dúvida do quê comia primeiro. Depois a gente rezava, pedia perdão por causa da nossa gula. Mas era muito difícil da gente resistir, todas eram crianças e nas nossas casas não tinham todas aquelas gostosuras. (DONA IRENE, 2014)

Contudo, para Dona Maria os momentos das Ceias de Natal apesar de serem alegres e festivos, os quais traziam boas recordações, também se transformavam em situações dolorosas, uma vez que ela se lembrava da mãe e dos irmãos deixados em Santa Maria do Pará, em condições financeiras bastante difíceis.

4.6 A recreação e o lazer no internato

O internato tinha a dinâmica de uma visita mensal, sempre no primeiro domingo do mês. Mas, dependendo do comportamento das internas ou da necessidade das famílias em entrarem em contato com as meninas, a administração da escola autorizava visitas extras nos demais domingos do mês segundo Jank (2007).

As visitas eram destinadas exclusivamente aos familiares, não sendo permitida a entrada de outras pessoas nas dependências do internato. O rigor no controle das visitas era justamente para coibir comportamentos indesejáveis, uma vez que as meninas eram educadas para obedecer às normas, serem castas e negarem qualquer tipo de vício mundano. Assim, qualquer interferência externa que fosse contra esses princípios era combatida, pois poderia atrapalhar o processo de formação das internas.

Conforme as narrativas de Dona Lígia, no momento da visita os familiares esperavam as meninas no pátio da escola, não podendo adentrar nas demais dependências da instituição. A visita era um momento para as internas interagirem com pessoas queridas, terem conhecimento das novidades que aconteciam fora do internato, assim como para também colocarem suas famílias a par do que viviam naquele espaço.

Segundo Dona Ana, os familiares podiam levar alguns itens de higiene e alimentícios não perecíveis, que eram guardados em armários individuais, cujas chaves ficavam na posse das religiosas, os quais eram abertos somente com a anuência das mesmas. Esses itens se caracterizavam como mimos da família para a interna, incluindo shampoo, perfumes, biscoitos e doces, artigos esses que não eram disponibilizados pelo internato para uso comum das meninas.

Dona Maria revela que como as meninas desvalidas eram quase sempre órfãs, apenas um número reduzido desta clientela recebia visitas. Os familiares nem sempre compareciam, pois o transporte não era muito acessível, sem contar com as dificuldades financeiras que às vezes tornava-se um impedimento para a visita.

De acordo com Dona Irene, o dia de visitas nem sempre era um dia feliz e prazeroso para todas as internas, uma vez que esse benefício era mais bem aproveitado pelas pensionistas, cujas famílias podiam comparecer a escola para visitá-las. Para as desvalidas, era um momento, muitas vezes de frustração, pois

ficava evidente a natureza de solidão e de desamparo a que elas estavam condicionadas.

Em concordância com as narrativas de Dona Lígia podemos inferir que as religiosas sabiam usufruir positivamente das visitas, procurando uma maior aproximação com a família das meninas, sobretudo das pensionistas.

Para Dona Lígia, as religiosas tinham as visitas como uma oportunidade para relatar aos entes queridos quaisquer desvios de conduta por parte das internas a serem corrigidos, assim como uma ótima ocasião para angariar “recursos e donativos das famílias que dispunham de recursos financeiros”.

Dona Maria relata que após o jantar as internas tinham a incumbência de organizar a cozinha. Depois de realizarem os serviços domésticos, as meninas ficavam livres para desfrutar de um momento de lazer, ocasião em que aproveitavam para conversar e brincar no jardim e no pomar da instituição. Nessas ocasiões elas desfrutavam de momentos de lazer que incluíam cantigas de rodas e brincadeiras tradicionais.

Em consonância com as falas de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana, podemos identificar algumas brincadeiras que permearam o universo lúdico das meninas no internato, tidos como momentos de socialização e alegria, pois como afirma Chateau (1987, p.14), “não se pode imaginar a infância sem seus risos e brincadeiras”.

Segundo Dona Lígia, nos instantes em que não tinham nenhuma tarefa doméstica ou escolar para cumprir, as internas aproveitavam para se divertir com suas brincadeiras preferidas.

Dona Lígia, juntamente com suas colegas, adorava brincar de esconde-esconde e outros jogos nas áreas externas do internato. Dentre esses momentos, ela relata uma situação inusitada onde:

A gente estava brincando no quintal, no meio de um monte de árvores, era muito divertido. Todas as internas estavam escondidas, eu que era a mãe, tinha que procurar todas as meninas. Estava demorando muito, eu já tinha encontrado todas só estava faltando uma, a Roseane, mas nada de eu encontrar. Quando de repente uma das Irmãs apareceu e ordenou que todas fossem se lavar para dormir, mas nada da Roseane aparecer. Todo mundo ficou preocupado com ela, começamos a procurar juntas, mas ninguém tinha coragem de falar para as Irmãs. Começamos a rezar e pedir para ela aparecer. Até que depois de um tempo ela aparece e disse que estava escondida dentro do chiqueiro e que tinha acabado dormindo. A gente não sabia se ficava com raiva ou feliz, mas no final agradecemos a Deus por não ter acontecido nada de mal com ela. (LÍGIA, 2014)

Fotografia 11: Brincadeiras no Pomar – Final da década de 1960



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

Compreendemos que “o jogo representa, então, para a criança o papel que o trabalho representa para o adulto. Como o adulto se sente forte por suas obras, a criança sente-se crescer por suas proezas lúdicas” (CHATEAU, 1987, p.15), favorecendo assim, o seu desenvolvimento cognitivo e social, além de fortalecer a confiança em si mesmo.

Na ausência ou carência de brinquedos materializados (bonecas, bolas, quebra-cabeças, jogos diversos, entre outros), as brincadeiras populares e as cantigas de roda, se transformavam em uma excelente alternativa de diversão, além de alimentar o imaginário das meninas internas, uma vez que:

As crianças fazem do brinquedo uma ponte para o seu imaginário, um meio pelo qual externam suas criações e suas emoções. O fluir da imaginação criadora dá densidade, traz enigmas, comporta leituras mais profundas, manifestações efervescentes, ricas em significados. Assim, o brinquedo adquire especial relevância e passa a ser merecedor de consideração. É essa sua seriedade (OLIVEIRA, 2010, p. 9)

Com base nos depoimentos de Dona Maria acerca das cantigas de roda, podemos afirmar que esses momentos lúdicos se consolidaram como uma forma de

interação e socialização entre as internas, uma vez “que todas as meninas participavam dessas brincadeiras, tanto faz se eram pensionistas, órfãs ou desvalidas, pois na hora de brincar todas eram iguais”.

As memórias de Dona Irene, Dona Maria, Dona Lígia e Dona Ana, acerca dos momentos lúdicos, são repletas de nostalgia, pois de acordo com elas essas vivências marcaram a infância das meninas na instituição.

Com base nessas narrativas podemos mapear algumas cantigas de roda e brincadeiras populares que serviam de entretenimento para as meninas internas, que estão enumeradas no quadro 7:

Quadro 7: Ludicidade no internato

CANTIGAS DE RODA	BRINCADEIRAS POPULARES
1- A canoa virou	1-Pega pega
2- A carrocinha pegou	2-Esconde esconde
3- Atirei o pau no gato	3-Passa anel
4- Capelinha de melão	4-Morto vivo
5- Carneirinho carneirão	5-Pata cega
6- Ciranda cirandinha	6-Polícia e ladrão
7- Escravos de Jó	7-Pula corda
8- Eu fui no Itororó	8-Batata quente
9- Nessa rua tem um bosque	9-Macaca (Amarelinha)
10- O cravo brigou com a rosa	10-Cemitério (Queimada)
11- Pai Francisco	11-Bandeirinha
12- Passa, passa gavião	12-Peão
13- Passarás, não passarás	13-Papagaio (Pipa)
14- Peixe vivo	14-Cinco corte
15- Terezinha de Jesus	15-Bole bole

Fonte: Faneide Pinto França Bitencourt, 2015.

Não obstante, as memórias de Dona Maria também revelam um sentimento de descontentamento, haja vista que por ter uma estatura menor em relação à maioria das meninas de sua idade, por vezes não conseguia encontrar espaços para brincar.

Dona Maria é enfática ao afirmar que “se sentia excluída, era a Irene que sempre me defendia, se não fosse ela falar, as outras meninas não deixavam eu entrar nas brincadeiras”.

Entretanto, é essencial que tenhamos o entendimento de que a criança necessita de espaço e tempo para vivenciar a fantasia, a criatividade e o lúdico que as brincadeiras e os brinquedos possibilitam. (BENJAMIN, 1984).

Na fotografia 12 podemos notar que as meninas estão descontraídas, imersas em uma circunstância onde se encontram livres para brincar e explorar sua condição de criança, com direito de viver sua infância em todos os seus aspectos e plenitude.

Fotografia 12: Brincadeiras no jardim – Final da década de 1960



Fonte: Associação das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação

No entanto, esses momentos eram raros, pois Dona Ana afirma que

A gente tinha pouco tempo pra brincar, pra ser criança de verdade. Na maior parte do tempo a gente estava estudando e trabalhando. Nas outras horas a gente rezava e aprendia os mandamentos de Deus. O tempo de brincar era só no fim da tarde, essa era a hora mais esperada por nós. Na verdade, parece que a minha infância passou e eu nem percebi. Mas eu não tenho mágoa, fui muito feliz lá. Se hoje sou uma pessoa digna, foi por causa de tudo que vivi no internato. Tenho boas recordações do tempo que passei lá dentro. (DONA ANA, 2014)

Percebemos que a ideia de infância adotada pelo internato não concebia o ato de brincar como um fator fundamental para o desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual das meninas.

Para Benjamin (1984), tanto o brincar quanto o ato de brincar, devem ser compreendidos como maneiras de expressar a liberdade e a criatividade, pois nesses momentos de ludicidade a criança tem oportunidade de criar e reinventar as coisas e conseqüentemente o seu mundo.

Em contrapartida, notamos que a instituição trabalhava a imagem da criança enquanto um ser de natureza divina, que deveria ter seu tempo preenchido com diversas atividades, para que não houvesse espaço para ser empregado em ações que poderiam abalar a sua moral e prejudicar a sua formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes orais e escritas utilizadas nesta pesquisa permitiram reconstituir historicamente a fundação da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação e a criação da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil enfrentava epidemias de várias doenças, inclusive de hanseníase. Na época, foram criados leprosários para segregação compulsória dos hansenianos, na tentativa de controlar o avanço da doença no país.

Em 1937 as Irmãs Anunciadas vieram da Hungria para o nosso país, instalando-se no estado do Pará, justamente para cuidar e tratar das pessoas diagnosticadas com hanseníase alojadas na Colônia do Prata, no município paraense de Igarapé-Açú.

Nesta época, a situação da hanseníase no Pará, assim como no Brasil como um todo, era bastante delicada, com números elevados de pessoas acometidas pela doença. As precárias condições sanitárias e o diagnóstico tardio eram fatores que facilitavam o avanço da doença no estado.

Nos meados do século XX, a educação no estado do Pará, neste caso específico em Ananindeua, foi marcada por políticas assistencialistas e higienistas, que primavam pelo atendimento pueril em espaços escolares apropriados, objetivando higienizar e organizar as cidades, e moldar o comportamento dessas crianças.

Entre as décadas de 1930 e 1940, o governo brasileiro ao reconhecer a necessidade de se criar escolas para formar cidadãos que atendessem as demandas resultantes do progresso industrial, encontra na Igreja Católica uma aliada para a expansão das escolas no país.

Nesse contexto, a Igreja teve papel fundamental na instalação de estabelecimentos escolares em todo Brasil. Por meio das instituições de ensino, a Igreja formava uma geração para atender as necessidades sociais e econômicas, mas, sobretudo, alicerçava os princípios do catolicismo, se configurando como religião dominante no país.

Entre os séculos XIX e XX, foram criadas no país diversas instituições de ensino dirigidas por congregações católicas. No estado do Pará, percebemos a atuação de algumas dessas congregações: Salesianos, Carmelitas, Irmãs Filhas de

Santana, Irmãs Missionárias Imaculada Conceição, Irmãs Mestras de Santa Dorotéia, entre outras.

Nesse período, a formação feminina privilegiava, sobretudo, a educação doméstica, a leitura, a escrita e o cálculo, restringindo-se aos cuidados com o lar. Todavia, o homem era formado para o mercado de trabalho, projetando uma profissão, pois cabia a figura masculina o papel de sustentar a sua família.

No ano de 1949 foi criada a Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, com a finalidade de atender e educar meninas órfãs, desvalidas e pensionistas em regime de internato, no município de Ananindeua no Pará.

O processo formativo das meninas internas nesta instituição escolar, contemplou vários aspectos da dimensão humana: educativo, moral e religioso. Os conteúdos desenvolvidos no internato estavam voltados para a formação de mulheres educadas dentro dos valores católicos.

As meninas tinham uma educação doméstica, como o próprio nome da escola revela. Na instituição, além dos conteúdos disciplinares, como a gramática, as operações matemáticas, entre outros, as meninas internas aprendiam a se dedicar para a Igreja, a cuidar do lar e da família.

Nessa perspectiva, a organização do internato era mantida por meio de disciplina, regra e controle, determinados pelas Irmãs Anunciadas para serem cumpridos pelas internas. Em caso de desvios e descumprimento das normas, as meninas eram submetidas a sanções punitivas.

Apesar do rigor e do controle frequente, as meninas internas conseguiam criar maneiras de subverter as ordens, transgredindo as imposições das religiosas, sem preocuparem-se com as punições disciplinares.

Por diversas vezes as meninas internas eram flagradas negligenciando ou furtando-se de alguma tarefa doméstica, deixando de fazer as atividades escolares, comendo algo sem permissão e/ou brincando em horários não autorizados. A maioria das meninas acatava as regras do internato sem contestá-las, no entanto foi possível observar movimentos contrários, onde as meninas tentavam rebelar-se, mas eram rapidamente contidas pelas religiosas, através de medidas punitivas e castigos.

As meninas desfrutavam de momentos de lazer na instituição, como forma de amenizar os rigores do internamento. Esses espaços de socialização criados pelas religiosas serviam para abrandar os ânimos exaltados pelas regras, e não por

reconhecerem que a ludicidade era necessária para o desenvolvimento das meninas.

As experiências vividas por nossas narradoras no internato foram distintas, no entanto foram determinantes para que Dona Maria, Dona Irene, Dona Lígia e Dona Conceição optassem pela religião católica.

Pressupomos que o fato dessas senhoras terem passado parte de suas infâncias em uma instituição religiosa, sendo educadas segundo os valores católicos, fizeram com que elas se identificassem e escolhessem o catolicismo como religião.

Alguns questionamentos surgiram a partir desta pesquisa, abrindo espaço para novas possibilidades de investigação: Qual a contribuição das Irmãs Anunciadas na educação de hansenianos na Colônia do Prata? Existem outras instituições educativas que foram administradas pelas Irmãs Anunciadas? Qual o papel dessa congregação religiosa para a educação paraense?

Para finalizar, afirmamos que com base nos documentos e na fundamentação teórica que embasam este estudo, buscamos compreender, dentro de um contexto histórico, a singular importância desta instituição educativa na formação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no estado do Pará, entre as décadas de 1950 e 1970.

FONTES DOCUMENTAIS

ANNES, Irmã Teresinha de Jesus Dias. História da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Brasil. **Acervo particular da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação**. Ponta Grossa, PR, [entre 1970 e 1990].

ASSOCIAÇÃO das ex-alunas da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação. Documentos e Fotografias relacionadas ao Colégio Nossa Senhora da Anunciação. Ananindeua/PA. [200-].

HISTÓRIA da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação na Hungria. Acervo particular da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação. Ponta Grossa, PR, [entre 1944 e 1956].

HISTÓRIA da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação no Comunismo. Acervo particular da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação. Ponta Grossa, PR, [entre 1970 e 1990].

JANK, Irmã Márcia Madalena. Histórico do Colégio Nossa Senhora da Anunciação. **Biblioteca Madre Ignácia**. Ananindeua, PA, 2007.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Octávio Barbosa. **Alfabetização de jovens e adultos**: saberes docentes de uma escola municipal de Ananindeua/Pa. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2010.

ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque; Cunha, Rúbia Mara de Sousa Lapa. Episódios da história e memória do Instituto Senhor do Bonfim: uma escola normalista rural no sertão baiano. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 6., 2012, São Cristóvão, Sergipe. **Anais eletrônicos...** São Cristóvão, Sergipe. 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_04/PDF/77.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

ALVES, Gilberto Luiz. O seminário de Olinda. In. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Proteção e assistência à infância desvalida do /Pará (1912-1934). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa, Paraíba. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, Paraíba: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.22.p>df. Acesso em: 05 de jan. 2015.

ARAÚJO, Heráclides Cesar de Souza. **Lazarópolis do Prata**: a primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil. Belém: Empreza Graphica Amazônica, 1924.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em revista**, Curitiba, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/33297/20947>>. Acesso em: 05 de jan. 2015.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **O farol que guia**: a educação de mulheres no Colégio São José / Óbidos – PA (1950 a 1962). 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do estado do Pará, Belém, 2010.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BÍBLIA sagrada. Nova tradução na linguagem de hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. Palácio do Planalto. **Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4830.htm>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Palácio do Planalto. **Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0869.htm>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência. Palácio do Planalto. **Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0593.htm>. Acesso em: 05 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977. Institui o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6439.htm>. Acesso em: 05 dez. 2014.

BURKE, Peter (Org.). **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (v. 1: séculos XVI - XVIII)

CATEDRAL de Belém. A catedral. Bispos. Disponível em: <<http://www.catedraldebelem.com/site/bispos/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da Silva. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da Silva; PETRY, Marília Gabriela (Org.). **Objetos da escola: espaços e lugares da constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. Tradução Guido de Almeida. São Paulo: Summus, 1987.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia do internar**: história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967). São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

_____. **Internar para educar colégios**: internatos no Brasil (1840 1950). 2012. 323 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Biblioteca de Banco de Teses e Dissertações. [199-]. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

COSTA, Benedito Gonçalves. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio no Pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878-1888**. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

COSTA, Ghislaine Dias. **A educação como transgressão**: nos horizontes de hansenianos no Pará do século XX a (re) criação da experiência em si. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

DAMASCENO, Alberto. Notas sobre a educação paraense na segunda república. **Revista HISTEDBR On-line**, UNICAMP, Campinas, v. 15, nº 62, p.229-241, mai2015. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/7127/6044>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

ESTAÇÕES ferroviárias do Brasil. Siglas de estados. E. F. Bragança – linha –tronco e ramais. Ananindeua. 1908. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/ananindeua.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. Siglas de estados. E. F. Bragança – linha –tronco e ramais. Entroncamento. 1910. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/entroncamento.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. Siglas de estados. E. F. Bragança – linha –tronco e ramais. Prata. 1908. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/prata.htm>>. Acesso em:

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, maio/ago., p. 19-34, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

FRANÇA, Iara da Silva; CLARAS, Antônio Flávio; PORTELA, Mariliza Simonete. Nas sabatinas e nas bancas examinadoras, a avaliação da matemática escolar do ensino primário: da primeira república ao estado novo (1890 a 1950). In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: [s.n.], 2013.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Microfísica do poder**. 20. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário". In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. 7 edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina, Paraná. **Anais...** Londrina, Paraná: ANPUH, 2005.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. **Os higienistas e a educação física: a história dos seus ideais**. 2000. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Paraná, v. 1, n. 1, jan. /jun., p. 9-44, 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

KINCHECKI, Ana Paula de Souza; NEVES, Tainara Lemos das. Objetos da escola e preceitos higienistas: condutas no Grupo Escolar Lauro Müller. In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da Silva; PETRY, Marília Gabriela (Org.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LUSTOSA, Antônio de Almeida. Arcebispo de Belém do Pará. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_de_Almeida_Lustosa#Arcebispo_de_Bel%C3%A9m_do_Par%C3%A1> . Acesso em: 10 fev. 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luis; SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina - 1855-1919: uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1991.

MELO, Clarice Nascimento de. Recolher e redimir: figuras de mulher e sua educação. In: FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino de França; MELO, Clarice Nascimento de (Org.). **História da educação no Pará**. Belém: EDUEPA, 2014.

MENDES, Gilene Alves. **Ananindeua: dos trilhos ao asfalto**. Ananindeua: Gráfica Salesianos, 2003.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, P. de. **O que é Brinquedo?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

PAIVA, José Maria de. Igreja e educação no Brasil colonial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (v.1: séculos XVI - XVIII).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PETIT, Pere. **A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará**. Belém: Boitempo Editorial; UFPA /NAEA, 1996.

_____. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas no Orphanato Paraense (1893 -1910)**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social: estudos históricos**. 5. ed. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Memória, esquecimento e silêncio: estudos históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1989.

POLETTO, Letícia Borges. A (des) qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: USC, 2012.

PRIORE, Mary del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RIBEIRO, Ivani; Souza, Luani de Liz. Corpos escolares, leitura de imagens: o uniforme escolar. In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da Silva; PETRY, Marília Gabriela (Org.). **Objetos da escola: espaços e lugares da constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Das materialidades de escola: o uniforme escolar. **Revista Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/03.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2015.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

RODRIGUES, D. S. S. **Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito**. 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

RODRIGUES, Denise Simões. FRANÇA, M. do P. S. G. de S. A. de. A pesquisa documental sócio histórica. In. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth. (Org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano. **Luz e sombras: internatos no Brasil**. São Paulo: Salesianas, 2000.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. **Pesquisa Educacional: quantidade - qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle - época (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. No tempo da palmatória. **Revista de História.com. br**, São Paulo, n. 23, ago.2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/no-tempo-da-palmatoria>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. A educação da mulher e da criança no Brasil colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.(v. 1: séculos XVI - XVIII.)

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. Postos de puericultura: um dos carros chefes das ações do DNCR na assistência, no cuidado e na educação da criança pequena no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória, Espírito Santo. **Anais...** Vitória, Espírito Santo: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2011.

SOUSA, Celita Maria Paes de. Colégio Nossa Senhora do Amparo: educação feminina no século XIX na história do Pará. In. FRANÇA, Maria do P. Socorro G. de Souza Avelino de França; MELO, Clarice Nascimento de (Org.). **História da educação no Pará**. Belém: EDUEPA, 2014.

SOUZA, Rita de Cássia de. O Horário escolar e o controle de tempo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa, Paraíba. **Anais...** João Pessoa, Paraíba: ANPUH, 2003.

SOUZA, William Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. Limites e contribuições da história oral: a memória e a história nas interseções entre o individual e o coletivo. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, Paraíba, n. 23 , jul. / dez., p. 1-15, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11521/6618>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

TEIXEIRA, Elizabeth; Oliveira, Ivanilde Apoluceno de; Marcondes, Maria Inês. (Org.). **Abordagens teóricas e construções metodológicas na pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Revista Currículo sem fronteiras**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AS EX-ALUNAS INTERNAS

TEMÁTICA 1: Identificação

- 1) Nome:
- 2) Data de nascimento:
- 3) Onde nasceu:
- 4) Idade:
- 5) Sexo:
- 6) Profissão:

TEMÁTICA 2: A família

- 1) Sua família era formada por quem?
- 2) Como era a sua vida em família?

TEMÁTICA 3: A vida no internato.

- 1) Com quantos anos ingressou no internato?
- 2) Como era o internato?
- 3) Como era o relacionamento com as Irmãs?
- 4) O que era ensinado no internato?
- 5) Havia muitas meninas no internato?
- 6) Como as meninas viviam no internato?
- 7) Como as meninas se comportavam diante das normas do internato?

TEMÁTICA 5: Celebrações e lazer no internato

- 1) Como eram as celebrações religiosas no internato?
- 2) Quais as festividades do internato?
- 3) De que as meninas brincavam?
- 4) Em que momento elas brincavam?
- 5) Quais eram os espaços de lazer no internato?
- 6) Como era o dia de visita?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E SCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora,

Gostaríamos de convidá-la a participar do estudo intitulado “Educação de meninas desvalidas e pensionistas no internato da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação – Ananindeua/PA (1949-1971)”. Trata-se de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação, vinculado a Universidade do Estado do Pará – UEPA, sendo desenvolvida pela pesquisadora Faneide Pinto França Bitencourt, orientada pela Prof^a Dr^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

O objetivo geral do estudo é analisar como eram formadas as meninas desvalidas e pensionistas internas na Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação em Ananindeua/Pa, no período de 1949-1971. São seus objetivos específicos: investigar as práticas educativas desenvolvidas no internato; analisar de que forma os rituais realizados no internato marcaram a formação das meninas e identificar se as internas criaram estratégias de resistência/transgressão às normas disciplinares impostas no internato. O método adotado é a História Oral, tendo como fontes as narrativas orais de uma religiosa da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação que trabalhou na instituição, de uma ex-professora da escola e de três ex-alunas internas da escola, onde utilizaremos entrevistas com gravação de voz.

A pesquisa será conduzida dessa forma, pois pretendemos analisar o processo de formação das meninas desvalidas e pensionistas no internato da referida escola, destacando o cotidiano e a cultura escolar própria destas instituições, esperando assim contribuir para compreensão da história da educação em nosso estado.

A qualquer momento da realização desse estudo qualquer participante/pesquisada ou o estabelecimento envolvido poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários. Qualquer participante selecionada poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Faneide Pinto França Bittencourt
Mestrado em Educação – UEPA
Pesquisadora

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Prof^a Dr^a da UEPA
Orientadora

Eu, _____, assino o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “Educação de meninas desvalidas e pensionistas no internato da Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação – Ananindeua/PA (1949-1971)”, permitindo, também, sem qualquer oposição de minha parte, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados, inclusive com a identificação e menção de meu nome.

Ananindeua, _____ de _____ de 2015.

Assinatura da pesquisada